UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

ELIZÂNGELA JUSTINO DE OLIVEIRA

LAZER E URBANIZAÇÃO:
A DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS NO LITORAL
DE PARNAMIRIM E NÍSIA FLORESTA - RN

NATAL
2013

ELIZÂNGELA JUSTINO DE OLIVEIRA

Lazer e urbanização:
A dinâmica do setor de serviços no litoral de
Parnamirim e Nísia Floresta - RN

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Área de concentração: Turismo, Desenvolvimento e Gestão.

Orientadora: Profa Dra. Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

NATAL

2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Oliveira, Elizângela Justino de.

Lazer e urbanização: a dinâmica do setor de serviços no litoral de Parnamirim Nísia Floresta - RN. / Elizângela Justino de Oliveira. - Natal, RN, 2013.

146 f.

Orientador: Prof. Dr^a Maria Aparecida Pontes da Fonseca.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Lazer – Atividade turística - Dissertação. 2. Urbanização – Litoral de Parnamirim/RN – Dissertação. 3. Serviços - Turismo - Dissertação. 4. Centralidade - Dissertação. I. Fonseca, Maria Aparecida Pontes da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 379.8

Elizângela Justino de Oliveira

**Lazer e urbanização: A dinâmica do setor de serviços no litoral de Parnamirim
e Nísia Floresta - RN.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Data da Aprovação: 28/06/2013

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Aparecida Pontes da Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Orientadora

Prof. Dr. Francisco Antônio dos Anjos
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Membro Externo

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Membro Interno

Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Membro Interno

NATAL
2013

Aos meus pais (Orlando e Marta) e
queridos avós (Zacarias e Iraci).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao meu amado e queridíssimo Adriano Medeiros Costa, um companheiro em todos os momentos e que todos os dias me faz descobrir uma felicidade que jamais pude imaginar existir.

À Professora Maria Pontes, que me resgatou quando eu já estava sem esperança, incerta sobre a minha carreira acadêmica (tão almejada quando iniciei a Graduação!) e pelo apoio durante toda a pesquisa.

À minha Família, pela compreensão nas ausências ao longo destes dois anos: meus Pais (Orlando e Marta), que me educaram, da melhor forma possível, em tempos tão árduos e difíceis; aos meus queridos e inestimáveis Avós (Zacarias e Iraci), que me adotaram informalmente, me deram amor e carinho como ninguém; a minha Irmã Elizoneide e seu esposo Josivan, que me acolheram em sua casa e a fizeram minha também; a meu Irmão Elias, um incansável estimulador das minhas empreitadas mais difíceis; e, por fim, ao rebelde, mas também querido, Enoch, que, mesmo com toda a sua implacável “gentileza”, me auxiliou na aplicação dos questionários nos dias ensolaradíssimos de janeiro e fevereiro de 2012.

Em especial, agradeço à minha mais nova e também muito querida Amiga Jô, que sempre me ajudou da forma mais pacífica possível a superar as angústias desta longa, e ao mesmo tempo curta, empreitada.

A toda a família do CMEI Amor de Mãe, em especial a Aparecida (minha parceira de sala de aula), Lúcia, Mari, minha querida e inestimável Flavinha, a minha colega de trabalho Fafá, que, com o passar dos anos, tornou-se uma amiga muito querida; toda a minha gratidão a Valdeclécia, Emirtes, Manu que me socorreram nas horas mais necessárias e também a Tânia, Cecília, Silvana, tia Magda, Graça, Glécia.

Quero agradecer ainda àqueles Amigos com quem, por circunstâncias alheias à minha vontade, mantenho raros contatos, mas que foram fundamentais na minha vida e de quem jamais esquecerei: a minha queridíssima Amiga Lúcia, uma amizade como poucas que se iniciou na Casa do Professor (casa de apoio ao servidor público da Educação do município de Natal); Fabiana, que, com suas pequenas ações, contribuiu imensamente na Graduação ao permitir as minhas ausências, devido aos inúmeros congressos de Geografia de que participava - na ocasião, ela era minha Chefe; e a minha querida e inesquecível Prima Aninha.

E também a Aline, Luzinete e Tiago Tavares.

RESUMO

A pesquisa aqui empreendida analisa o processo de urbanização no litoral de Parnamirim - RN e Nísia Floresta - RN, decorrente do lazer, tendo como principais expressões de lazer a segunda residência e o turismo no litoral. O lazer promoveu o crescimento de comércios e serviços públicos e privados para atender à demanda consumidora emergente naquela área, que inicialmente ocorreu com os usuários de segunda residência, que começaram paulatinamente a ocupar o litoral desses municípios por volta de 1980 e, mais recentemente, com o desenvolvimento do turismo da década de 1990 até então. Para empreendermos tal análise, georreferenciamos os comércios e serviços públicos e privados do referido litoral, caracterizando-os; avaliamos em que medida os serviços implantados nessa área vêm atendendo às demandas de turistas e usuários de segunda residência; procuramos ainda identificar de que maneira a centralidade de Natal interfere na expansão dos serviços nessas localidades. O recorte espacial da pesquisa compreende o litoral dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, considerando-se os limites dos Setores Censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Quanto ao recorte temporal, foi considerada a década de 1990 até os dias atuais. A metodologia consiste em: 1. levantamento e leitura da produção bibliográfica relacionada ao tema pesquisado, servindo de aporte teórico na construção da análise do objeto estudado; 2. coleta e organização de dados secundários junto ao IBGE e secretarias de turismo do Estado do Rio Grande do Norte, de Natal e dos municípios-focos da pesquisa; 3. aplicação de questionários e/ou entrevistas junto aos comerciantes, prestadores de serviços, turistas, usuários de Segunda Residência, moradores locais e o Poder Público; a análise de tais dados coletados possibilitou a elaboração de gráficos, mapas e tabelas que ilustram os resultados obtidos na pesquisa de campo, embasando assim o estudo. A relevância do estudo se mostra pelo amplo levantamento de dados, envolvendo os agentes da pesquisa, entre eles: turistas, usuários de segunda residência e, sobretudo, os dados referentes ao Setor de Serviços até então inexistentes na área analisada. Os resultados do estudo identificou na área analisada a emergência de três novas centralidades, decorrentes do processo de urbanização a partir do lazer, estando uma delas localizada no município de Nísia Floresta, na Praia de Barra de Tabatinga e outras duas em Parnamirim, mais especificamente na localidade de Pium e na Praia de Pirangi do Norte. Constatou-se ainda que, por estarem situadas em áreas turísticas, a principal característica dessas novas centralidades é a sazonalidade.

Palavras-chave: Lazer, Urbanização, Setor de Serviços, Centralidade, litoral oriental sul potiguar.

ABSTRACT

The research here undertaken analyzes the process of urbanization on the coast of Panamirim - RN and Nísia Floresta - RN, arising from leisure, the main leisure expression was considered the second residence and coastal tourism. The leisure promoted the growth of businesses and public and private services to meet consumer demand in that area, which initially occurred with users of second home, and which also gradually begin to occupy the coastline of these municipalities in 1980 and more recently with the development of tourism in the 1990s until now. To undertake such an analysis, we did the georeferencing about the trade and also public and private services of that coast, characterizing them; evaluated the extent to which services deployed in this area meets the demands of tourists and users of second residence; it was also identified how the centrality of Natal interferes in the expansion of services in these locations. The spatial area of research includes the coastal municipalities of Parnamirim and Nísia Floresta, considering the limits of the census of the *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*- IBGE, and about the time frame, it was considered the 1990s to the present day. The methodology consists of: 1. survey and reading of the literature related to the researched topic, serving as the theoretical analysis in the construction of the object studied; 2. collection and organization of secondary data by the IBGE and tourism sectors of the State of Rio Grande do Norte, Natal and main municipalities of the research; 3. Questionnaires and / or interviews with the traders, service providers, tourists, users of second homes, local residents, and government. The analysis of such data collected allowed the preparation of graphs, maps and tables that illustrate the results obtained in the research field, basing so the study. The relevance of the study is shown by the extensive survey data involving agents of the research, including tourists, users of second homes and, above all, the data for the service sector that did not exist in the analyzed area. The study results identified in the area analyzed the emergence of three new centers, arising from the urbanization process from leisure, one of them located in the municipality of Nísia Floresta Beach in Barra de Tabatinga, and two in Parnamirim, more specifically in locality Pium and Beach Pirangi do Norte. It was further observed that, being located in tourist areas, the main feature of these new centers is seasonality.

Keywords: recreation, urbanization, service sector, centrality, coast eastern south RN.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

1	- Ocupação por segundas Residências em Praia de Areia Preta- 1915.....	49
2	- Praia de Tabatinga – 1983.....	55
3	- Praia de Tabatinga – 2006.....	55
4	- Tipologia de ocupação das quadras (1980-90) - Pirangi do Norte (Parnamirim).....	61
5	- Condomínio de Segunda Residência “Residencial Vivenda Paraíso”.....	62
6	- Condomínio Dunas de Cotovelo em Pium- Parnamirim.....	63
7	- Condomínio “Tabatinga Beach Resort” em Tabatinga- Nísia.....	64
8	- Unidade Mista de Saúde Deputado Márcio Marinho - Pirangi do Norte (Parnamirim).....	96
9 e 10	- O Maior Cajueiro do Mundo.....	98
11	- Extensão do Maior Cajueiro do Mundo.....	99
12 e 13	- Lagoa de Arituba em Camurupim – Nísia Floresta.....	99
14 e 15	- A Sanduicheria “Pitts Burg” na alta e na baixa estação respectivamente em Pirangi do Norte- Parnamirim.....	117
16 e 17	- A sanduicheria <i>Tantico’s</i> na alta e na baixa estação em Pirangi do Norte – Parnamirim.....	117
18 e 19	- Estabelecimento comercial da franquia Mister Pizza e o tradicional restaurante Paçoca de Pilão - Pirangi do Norte/Parnamirim.....	125

GRÁFICOS

1	- Anos que o usuário de segunda residência frequenta o litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.....	45
2	- Total de Domicílios de Uso Ocasional no Rio Grande do Norte.....	51
3	- Profissão/ocupação do usuário de segunda residência em Parnamirim e Nísia Floresta.....	58
4	- Faixa salarial dos usuários de segunda residência em Parnamirim e	

Nísia Floresta.....	59
5 - Origem do proprietário dos estabelecimentos de Parnamirim e Nísia Floresta.....	96
6 - Formação dos comerciantes ou prestadores de serviços no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.....	97
7 - Utilização de serviços/comércio nos municípios de Nísia Floresta e/ou Parnamirim pelos turistas.....	101
8 - Serviços turísticos utilizados pelos turistas.....	102
9 - Comércio e serviços em geral utilizado pelos turistas de Parnamirim e Nísia Floresta.....	102
10 - Nível de satisfação em relação aos serviços/comércios ofertados nos municípios de Nísia Floresta e Parnamirim.....	103
11 - Praias visitadas pelos turistas.....	104
12 - Município que os turistas estão hospedados.....	105
13 - Estados de origem dos turistas.....	106
14 - Serviços/comércios não encontrados pelos no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.....	107
15 - Tipo de serviços utilizados no local pelo usuário de segunda.....	108
16 - Frequência na utilização destes serviços no local.....	109
17 - Frequência na utilização dos serviços em Natal.....	109
18 - Nível de satisfação dos usuários de segunda residência em relação aos serviços ofertados.....	110
19 - Principais usuários e/ou consumidores dos estabelecimentos por subcentro.....	131
20 - Funcionamento dos estabelecimentos durante todo o ano.....	132

MAPAS

1 - Localização da Área de Estudo.....	12
2 - Distribuição dos domicílios Particulares Permanentes em Parnamirim.....	74
3 - Distribuição dos domicílios Particulares e Permanentes em Nísia Floresta.....	74
4 - Localização das principais vias do litoral de Parnamirim e Nísia	

	Floresta.....	123
5	- Distribuição de comércios e serviços públicos e privados e localização dos Subcentros no litoral do Município de Parnamirim - RN.....	127
6	- Distribuição de comércios e serviços públicos e privados e localização de Subcentro no litoral do Município de Nísia Floresta - RN.....	129

QUADROS

1	- Comparação das principais características dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta.....	26
2	- Principais características das residências secundárias.....	47
3	- Investimentos do PRODETUR I no componente transporte nos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta.....	69
4	- Características dos subcentros.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Fluxo de turistas em Natal 2001-2010	9
Tabela 2	Tamanho da Amostra pesquisa de segunda residência no polo Costa das Dunas.....	15
Tabela 3	- Distribuição dos extratos por praia.....	16
Tabela 4	- Pesquisa de campo com turista- PE.....	18
Tabela 5	- Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Parnamirim e Nísia Floresta- 2010.....	24
Tabela 6	- Crescimento da população de Parnamirim e Nísia Floresta – 1991/2000/2010.....	25
Tabela 7	- Crescimento dos domicílios de uso ocasional nos municípios litorâneos da Região Metropolitana de Natal-1991/2000/2010.....	52
Tabela 8	- Distribuição de Domicílios de Uso Ocasional, por praia, nos Municípios de Nísia Floresta e Parnamirim – 2010.....	56
Tabela 9	- Porcentagem de usuários de segundas residências oriundos de Natal.....	57
Tabela 10	- Tempo que frequenta o lugar para fins de veraneio/lazer/descanso.....	57
Tabela 11	- Porcentagem de usuário de segunda residência que possui a propriedade da primeira e segunda residência.....	59
Tabela 12	- Investimentos por componente do PRODETUR II.....	71
Tabela 13	- Evolução da População nas praias – 2000/2010.....	73
Tabela 14	- Comércio e serviços públicos e privados no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.....	88
Tabela 15	- Distribuição de comércio e serviços públicos e privados, por praia, no município de Nísia Floresta.....	90
Tabela 16	- Distribuição de comércio e serviços públicos e privados, por praia, no município de Nísia Floresta.....	92
Tabela 17	- Distribuição de comércio e serviços públicos e privados, por praia, no município de Parnamirim.....	94
Tabela 18	- Abastecimento de água em Parnamirim e Nísia Floresta.....	110
Tabela 19	- Abastecimento de Energia Elétrica.....	111

Tabela 20	- Esgotamento sanitário.....	111
Tabela 21	- Coleta de lixo nos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta.....	111
Tabela 22	- Município dos principais Fornecedores dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços públicos e privados do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.....	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	20
1.1 O Município de Parnamirim	22
1.2 O Município de Nísia Floresta.....	23
2 O LAZER COMO INDUTOR DE URBANIZAÇÃO	27
2.1 Lazer: breve discussão conceitual	27
2.2 A expansão do lazer na Sociedade Capitalista	31
2.3 O Turismo como forma moderna de lazer.....	35
2.4 A valorização das áreas litorâneas e a expansão das Segundas Residências	42
2.5 O desenvolvimento da atividade turística.....	66
2.6 Urbanização no Litoral Sul Potiguar.....	75
3 A DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS EM ÁREAS TURÍSTICAS	83
3.1 Os Serviços: Características Gerais	83
3.2 Os Serviços ofertados no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.....	88
3.3 O Consumo dos Serviços pelos Turistas	98
3.4 O Consumo dos Serviços pelos Usuários de Segunda Residência	107
4 AS NOVAS CENTRALIDADES NO LITORAL DE PARNAMIRIM E NÍSIA FLORESTA	113
4.1 Os Processos que redefinem as novas Centralidades.....	114
4.2 A Constituição de novas Centralidades	119
4.2.1 Subcentro de Pirangi do Norte.....	125
4.2.2 Subcentro de Pium	126
4.2.3 Subcentro de Barra de Tabatinga	128
CONCLUSÃO	136
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	147

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da atividade turística, no Estado do Rio Grande do Norte e particularmente no Litoral Oriental Potiguar, juntamente com a expansão das Segundas Residências, vem acarretando modificações na paisagem e no conteúdo das áreas litorâneas da Região Metropolitana de Natal.

Neste contexto, nos últimos anos, a orla marítima e a zona costeira do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte (RN) vêm ganhando uma nova dinâmica decorrente do aumento tanto do número de turistas nacionais e estrangeiros, quanto de usuários de Segunda Residência, que adquirem imóveis para fins de lazer e descanso.

No Rio Grande do Norte, os últimos Censos realizados em 1991, 2000 e 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que a quantidade dos “domicílios de uso ocasional”, ou seja, de residências secundárias, tem sido crescente ao longo desses Censos.

Em 1991, eram 19.576 residências secundárias no Rio Grande do Norte; no ano de 2000, esse tipo de imóvel subiu para 33.321 unidades, apresentando, portanto, um crescimento de cerca de 58% ao longo de nove anos. No último Censo, em 2010, foram contabilizadas 66.432 residências secundárias, apresentando um crescimento de cerca de 99,37% em relação ao Censo anterior.

Em relação à localização das segundas residências na Região Metropolitana de Natal¹, estas estão mais concentradas nos municípios litorâneos da RM, a saber: Natal, Nísia Floresta, Extremoz, Parnamirim e Ceará Mirim. No Censo de 2010, esses cinco municípios somavam 32,74% do total das residências secundárias de todo o estado do Rio Grande do Norte. Entre esses municípios, Nísia Floresta, Parnamirim e Natal se destacam tanto quanto à quantidade desse tipo de imóvel quanto no que se refere aos percentuais de crescimento, conforme apresentaremos posteriormente.

Concomitantemente à expansão das segundas residências, há o crescimento da atividade turística no estado do Rio Grande do Norte, sobretudo nas áreas

¹ A Região Metropolitana de Natal, criada em 1997, inicialmente era formada por seis municípios, sendo eles Natal (Capital e Polo Metropolitano), Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Macaíba e Extremoz. Posteriormente, em 2002, foram inseridos mais dois municípios: Nísia Floresta e São José do Mipibu. Em 2005, amplia-se essa composição incluindo-se o município de Monte Alegre e finalmente, em 2009, a RMN é alterada novamente com a inclusão de seu 10º integrante: o município de Vera Cruz.

litorâneas dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal, devido aos investimentos em infraestrutura turística, divulgação do destino no Brasil e exterior, entre outros fatores.

O turismo é uma das principais atividades econômicas do referido Estado, com o número de turistas aumentando ano após ano, o que é atestado pelas estatísticas do período compreendido entre 2001 – 2007, disponibilizadas pela Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN). O que temos observado, todavia, é que, após a crise europeia de 2008, o número de turistas estrangeiros em viagem de lazer diminuiu, enquanto o de turistas nacionais tem aumentado neste período.

Em 2001, o número de turistas brasileiros e estrangeiros no Rio Grande do Norte era de 1.419.621, sendo 1.294.715 (91,20%) brasileiros e 124.906 (8,80%) estrangeiros; em 2007, aumentou para 2.179.925; destes, 1.923.974 (88,26%) eram turistas brasileiros e 255.951 (11,74%), estrangeiros².

No que se refere a Natal, os dados também mostram crescimento no número total de turistas no período de 2001-2010, embora apresente queda no número de turistas estrangeiros. Em 2001, o de brasileiros e estrangeiros contabilizava 1.089.110, em que aqueles representavam um total de 985.095 (90,45%) e estes, 104.015 (9,55%) - em 2010, somavam 1.650.102, sendo 1.529.511 (92,69%) brasileiros e 120. 591 (7,31%) estrangeiros, ou seja, nesse último ano, ocorre uma queda no número de turistas estrangeiros e um aumento dos turistas nacionais em relação ao ano de 2001. A queda dos turistas estrangeiros ocorre a partir de 2008, sendo que entre 2001-2007 esse percentual de turistas crescia ano após ano, conforme mostra a Tabela 1.

² A Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR/RN), nem o Anuário Natal 2011/2012, disponibiliza os dados de turistas do Rio Grande do Norte até 2010, de forma apresentamos dados apenas até o ano de 2007.

Tabela 1 – Fluxo de turistas em Natal 2001-2010

Anos	Brasileiros		Estrangeiros		Total
	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo
2001	985.095	90,45	104.015	9,55	1.089.110
2002	882.227	88,25	117.467	11,75	999.694
2003	837.911	83,23	168.855	16,77	1.006.766
2004	975.296	81,13	226.915	18,87	1.202.211
2005	1.086.016	80,11	269.664	19,89	1.355.680
2006	1.147.221	83,54	226.012	16,46	1.373.233
2007	1.155.009	85,48	196.118	14,52	1.351.127
2008	1.218.104	87,56	173.047	12,44	1.391.151
2009	1.344.415	91,10	131.322	8,90	1.475.737
2010	1.529.511	92,69	120.591	7,31	1.650.102

Fonte: Anuário Natal, 2011-2012

Assim, como já previa-se, com a crise europeia de 2008, os números de turistas estrangeiros caem significativamente, enquanto os de turistas brasileiros continuaram a crescer, de forma a não impactar o valor total de turistas que continuou a aumentar.

Neste sentido, a expansão das Segundas Residências e o desenvolvimento do Turismo no Litoral Potiguar têm provocado um processo de urbanização linear ao longo da costa, proporcionando a expansão de comércios e serviços públicos e privados para atender tanto à população flutuante (turistas e usuário de Segunda Residência) quanto à população permanente (moradores locais). É importante mencionar que a urbanização dessas áreas, decorrente da melhoria da infraestrutura (facilitando a acessibilidade) e dos serviços, tem favorecido o aumento da população permanente nelas, a partir da refuncionalização do território, ocasionando uma demanda cada vez maior por comércios e serviços locais.

É importante destacar que, embora o turismo esteja se desenvolvendo em todo o Litoral Potiguar, Natal, como capital do estado do Rio Grande do Norte, centraliza a maior parte dos equipamentos turísticos de hospedagem, restauração e mão de obra qualificada. O lazer, uma das funções a que se destina o Litoral Potiguar, tende, como é sabido, a demandar os mais variados tipos de comércios e

serviços públicos e privados, fato este que tem ocasionado o crescimento desse Setor ao longo do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta. Assim, dados os elementos acima mencionados, como a expansão das Segundas Residências, o desenvolvimento da atividade turística e a dinâmica do Setor de Serviços e Comércio, o espaço analisado tem apresentado características de área urbana, conforme discutiremos adiante.

Diante do exposto, emerge como ponto central deste estudo a seguinte questão: Em que medida a prática do lazer, a partir da expansão das Segundas Residências e do desenvolvimento do Turismo induz à urbanização e dinamiza o Setor de Serviços no litoral dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta?

Numa tentativa de resposta a este questionamento norteador, levantamos ainda outras questões como: Que tipos de serviços se desenvolvem localmente? Em que medida os serviços implementados atendem às necessidades dos turistas e dos residentes temporários? A centralidade de Natal repercute na expansão de comércio e serviços nessas localidades?

O estudo justifica-se por seu caráter pioneiro, por se constituir em uma das primeiras tentativas de buscar entender o processo de urbanização decorrente da demanda por lazer, enfocando o Setor de Serviços, mas, sobretudo, pelo exaustivo levantamento de dados de todos os comércio e serviços públicos e privados ao longo do Litoral, dados inexistentes até então.

Neste sentido, o presente trabalho se constituirá em uma rica fonte de dados dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, que servirá de subsídio para o Setor Público e Privado no planejamento das áreas analisadas, como também para a Academia, no desenvolvimento de pesquisas posteriores sobre o tema, embora não se proponha a esgotar o assunto, mas analisar as características da urbanização decorrentes da expansão de Segundas Residências e concomitantemente do desenvolvimento do Turismo nas áreas litorâneas de Parnamirim e Nísia Floresta, como resultado da demanda por espaços de lazer, tendo como principais enfoques os segmentos comerciais e serviços públicos e privados.

O objetivo central do trabalho é analisar o processo de urbanização desencadeado pelas atividades de lazer no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta. Na tentativa de atingir esse objetivo principal, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) Caracterizar os tipos de comércios e serviços (públicos e privados) implementados para atender às necessidades dos turistas e do usuário de Segunda Residência;

b) Avaliar em que medida os serviços implementados na área em análise atendem às necessidades dos turistas e dos residentes temporários;

c) Identificar de que maneira o elevado nível de centralidade de Natal interfere ou influencia a expansão de serviços nessas localidades.

Para o desenvolvimento do estudo, estabelecemos como recorte espacial a faixa litorânea dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta (ver Mapa 1), demarcada pelos Setores Censitários³.

³ Segundo o IBGE (2011, p.3), “O setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País”.

Mapa 1 – Localização da Área de Estudo

A área representada no Mapa 1 refere-se aos 10 municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal, mas o estudo aqui empreendido abordará apenas o litoral de dois deles, que se encontram no litoral ao sul de Natal. São eles: Parnamirim e Nísia Floresta - a escolha desses municípios ocorreu devido ao fato de a ocupação pelas Segundas Residências nessa área ter se iniciado na década de 1960 e se intensificado nas últimas décadas. Um processo, portanto, visivelmente consolidado.

Na área litorânea em destaque no Mapa 1, os Setores Censitários considerados neste estudo correspondem às praias de Pium, Cotovelo e Pirangi do Norte, no município de Parnamirim, e Pirangi do Sul, Búzios, Barra de Tabatinga, Camurupim e Barreta, em Nísia Floresta.

O recorte temporal de análise considerado é o período a partir dos anos de 1990 até os dias atuais. Para tal, foram considerados dois importantes eventos nesse período, a saber: 1- a partir de 1991, o IBGE passou a disponibilizar dados sobre as Residências Secundárias, o que possibilitou identificar a sua expansão nos municípios em foco ao longo das duas últimas décadas; 2- a implantação do PRODETUR/RN nos anos noventa (1995), que propiciou a expansão do processo de ocupação do Litoral ao sul de Natal, com a construção e melhoria dos acessos viários.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, estes são constituídos por: 1. levantamento e leitura da produção bibliográfica relacionada ao tema pesquisado, servindo de aporte teórico na construção da análise do objeto estudado; 2. coleta e organização de dados secundários junto ao IBGE e secretarias de turismo do Estado do Rio Grande do Norte, de Natal e dos municípios-focos da pesquisa, a saber: Parnamirim e Nísia Floresta; 3. pesquisa de campo para levantamento e georreferenciamento de comércios e serviços públicos e privados; 4. elaboração e análise de documentos cartográficos e fotográficos; 5. aplicação de questionários e/ou entrevistas junto aos comerciantes, prestadores de serviços, turistas, usuários de Segunda Residência, moradores locais e o Poder Público; 7. transcrição das entrevistas obtidas; 8. tabulação e análise dos dados estatísticos, o que possibilitou a elaboração de gráficos, mapas, planilhas e tabelas que ilustram os resultados obtidos na pesquisa de campo, embasando assim o estudo.

Para o desenvolvimento da pesquisa aqui empreendida, podemos citar os seguintes autores norteadores e suas contribuições teóricas: Julián Cólás López

(2003) e Olga Tulik (2001), com suas discussões sobre as Segundas Residências; Claus Offe (2001), a partir de suas teorizações sobre o Setor de Serviços; John Urry (1999), para podermos vir a compreender a intangibilidade dos serviços na atividade turística; Salvador Anton Clavé(1998) e Maria Tereza Duarte Paes Luchiari (2000), sobre urbanização; Maria Encarnação Beltrão Spósito (1991, 1998, 2009 e 2010), sobre a compreensão de centralidades; e, por fim, Christiane Luce Gomes (2004 e 2009), cujas contribuições levaram a um maior entendimento sobre lazer. Já com relação a um melhor conhecimento do Litoral, as luzes vieram de pesquisadoras da área-foco do estudo, como a geógrafa Maria Beatriz Soares Pontes *et al*(1993) e a antropóloga Francisca Miller (2002).

De forma mais detalhada, os procedimentos metodológicos referentes à pesquisa de campo dividem-se em quatro etapas, conforme a população-alvo.

Etapa 1- Aplicação de questionários aos usuários de Segunda Residência (APÊNDICE A), realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2012, para traçar o perfil destes, bem como verificar a utilização do comércio e dos serviços públicos e privados por esta população. Os dados obtidos nesta etapa foram extraídos de uma pesquisa mais ampla que envolveu os municípios litorâneos do Polo “Costa das Dunas”, que apresentavam um percentual considerável de Segunda Residência.

Os objetivos da referida pesquisa era identificar o perfil do usuário dessa modalidade de residência, o vínculo territorial, as motivações e a utilização de comércios e serviços por esse grupo.

Embora a pesquisa tenha como área de abrangência os municípios litorâneos do referido Polo, apresentaremos apenas os resultados referentes a Parnamirim e Nísia Floresta e, dentre os aspectos abordados pelo questionário, deter-nos-emos àqueles referentes ao perfil do usuário de Segunda Residência e à utilização, por parte deste, de comércios e serviços públicos e privados. A técnica utilizada para compor o plano amostral foi de uma Amostra Aleatória Estratificada (AAE), em que cada município do Polo Costa das Dunas foi considerado um estrato, no qual considerava-se o número total de Segundas residências nestes, para então calcular a amostra correspondente ao total de questionários que seriam aplicados em cada um dos municípios, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2- Tamanho da Amostra da Pesquisa de Segunda Residência no Polo “Costa das Dunas”

Municípios	Tamanho da Amostra
Ceará-Mirim	16
Extremoz	77
Maxaranguape	10
Nísia Floresta	119
Parnamirim⁴	67
Rio do Fogo	05
Tibau do Sul	05
Touros	07
Total de Questionários	306

Fonte: Relatório do Plano Amostral, 2012.

Para a proporção de domicílios de uso ocasional, foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\hat{p}_h = \frac{N_h}{N},$$

onde N_h é o número de domicílios de um determinado estrato e N é o total de domicílios de uso ocasional dos municípios estudados.

Para alocação da amostra em cada estrato, foi utilizada a proporcional, com a seguinte fórmula:

$$w_h = \frac{N_h}{N},$$

Por fim, foi calculado o tamanho da amostra, conforme a amostra aleatória estratificada (AAE), a partir da fórmula. Para essa estimativa, foi estipulado um erro máximo de 5%.

$$n = \frac{\sum_{h=1}^H N_h^2 \hat{p}_h \hat{q}_h}{\frac{N^2 E^2}{Z_{\alpha/2}^2} + \sum_{h=1}^H N_h \hat{p}_h \hat{q}_h}$$

Etapa 2- foi realizado visita *in loco*, para realização do georreferenciamento (APÊNDICE E) e caracterização dos comércios e serviços públicos e privados, que incluiu as praias de Nísia Floresta (Barreta, Camurupim, Barra de Tabatinga, Búzios, e Pirangi do Sul), e as de Parnamirim (Pirangi do Norte, Cotovelo e Pium). Esse

⁴ Embora, o litoral de Parnamirim seja composto das praias de Pium, Cotovelo e Pirangi do Norte, os questionários foram aplicados somente nesta última praia, devido à concentração de Segundas Residências nessa localidade em detrimento das demais praias do referido litoral.

levantamento deu suporte à análise da distribuição espacial dos comércios e serviços públicos e privados e de suas características gerais e especificidades, como também possibilitou a identificação dos subcentros.

A contagem dos comércios e serviços foi realizada considerando-se como recorte espacial os Setores Censitários do IBGE referentes ao litoral dos mencionados municípios, quando foram contabilizados 364 tipos de comércio e serviço público e privado. Essa etapa ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2012,

Logo em seguida, foram aplicados os questionários junto ao segmento comercial e de prestação de serviços (APÊNDICE B). Para tanto, fizemos o cálculo da amostragem considerando como população-alvo os tipos de comércio e serviço (público e privado) contabilizados na área-objeto do estudo. Foi feita uma divisão da população em oito estratos, considerando o total de comércios e serviços contabilizados em cada uma das praias dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, ficando distribuídos conforme Tabela 3:

Tabela 3- Distribuição dos Estratos por Praia

Praias	Estratos	População de comércios e de serviços por praia	Amostra
Parnamirim			
Pirangi do Norte	Estrato 1	108	29
Cotovelo	Estrato 2	08	02
Pium	Estrato 3	92	26
Nísia Floresta			
Barreta	Estrato 4	25	07
Camurupim	Estrato 5	24	06
Barra de Tabatinga	Estrato 6	43	12
Búzios	Estrato 7	39	11
Pirangi do Sul	Estrato 8	25	07
Total	-	364	100

Fonte: Relatório do Plano Amostral, 2012

Calculada a amostragem segue-se um sorteio referente ao estabelecimento que seria aplicado o questionário (ver anexo do Plano Amostral – APÊNDICE F), no caso do estabelecimento encontrar-se fechado na ocasião da entrevista, segue-se novo sorteio.

O Plano Amostral (APÊNDICE F) utilizado foi o da Amostragem Aleatória Estratificada com Alocação Proporcional, que se caracteriza por dividir a população em partes mais homogêneas do que o é a população em geral, das quais será

retirada uma amostra aleatória simples dos serviços (públicos e privados), buscando-se alocar o tamanho da amostra de maneira proporcional ao tamanho de cada estrato.

Logo, o tamanho da amostra foi calculado através do seguinte procedimento: foi atribuído um $\alpha=10\%$ e margem de erro de 0,10. Como a proporção era desconhecida, atribuímos um $p=0,5$ (variância máxima). Ver distribuição da amostra na Tabela 3 acima.

Fórmula do tamanho da amostra com alocação proporcional:

$$n = \frac{\sum_{h=1}^H \frac{N_h^2 \cdot \hat{p}_h \cdot \hat{q}_h}{w_h}}{\frac{N^2 \cdot E^2}{Z_{\alpha/2}^2} + \sum_{h=1}^H N_h \cdot \hat{p}_h \cdot \hat{q}_h} \quad w_h = \frac{N_h}{\sum_{k=1}^H N_k} = \frac{N_h}{N}$$

Fórmula da alocação proporcional:

$$nh = \frac{NH}{N} n$$

A amostra foi de 100 tipos de comércio e de serviço (público e privado), alocados em 8 (oito) estratos. Para o cálculo do tamanho e seleção da Amostra, utilizamos o *software* estatístico R⁵.

Etapa 3- Esta etapa, que se refere à aplicação dos questionários a turistas (APÊNDICE C), foi dividida em duas fases. A primeira, realizada nos dias 4 e 11 de fevereiro de 2012 (período de alta estação), foi constituída da aplicação dos questionários em dois locais de visitação turística. O primeiro deles é o do “Maior Cajueiro do Mundo”, localizado na praia de Pirangi do Norte - Parnamirim, onde foram aplicados 48 questionários ao longo do dia; o segundo foi a Lagoa de Arituba, localizada na praia de Camurupim - Nísia Floresta, quando aplicamos 50 questionários. A segunda fase ocorreu nos dias 7 e 21 de julho de 2012 nas mesmas localizações (conforme mostra a Tabela 4). Na ocasião, foram aplicados 52

⁵ R é uma linguagem e ambiente para computação estatística e para gráficos. Trata-se de um conjunto integrado de facilidades de *software* para manipulação de dados, cálculo e visualização gráfica. É um projeto disponível como *Software Livre* sob os termos da Licença Pública Geral GNU da *Free Software Foundation* na forma de código-fonte, ou seja, um projeto com o objetivo de criar um sistema computacional totalmente livre, que qualquer pessoa teria direito de usar, modificar e redistribuir o programa, seu código-fonte, desde que garantindo para todos os mesmos direitos. Disponível em: <http://www.ime.uerj.br/>. Acesso em: 28 nov. 2012.

questionários na área do Cajueiro e 53, na Lagoa⁶. Os locais foram escolhidos devido à grande incidência de turistas.

Tabela 4- Pesquisa de campo com turista- período fevereiro e julho/2012

Local	Data*	Quantidade de Questionário
“Maior Cajueiro do Mundo” ⁷ , Praia de Pirangi do Norte-Parnamirim	04 /02/2012	48
	07/07/2012	52
Lagoa de Arituba, Praia de Camurupim- Nísia Floresta	11/02/2012	50
	21/07/2012	53
Total	-	203

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Org.: Elizângela Justino de Oliveira (2012)

*As aplicações dos questionários se deram sempre em dias de sábados.

Os questionários eram formados de oito questões, sendo quatro delas abertas e quatro fechadas. As questões diziam respeito à utilização dos comércios e dos serviços públicos e privados pelos turistas no litoral dos dois municípios analisados.

Etapas 4- Foram realizadas entrevistas junto ao Poder Público Municipal (APÊNDICE D) e aos moradores locais e outros. Os entrevistados⁸ foram:

⁶ Considerando que não há dados dos turistas apenas do Litoral dos Municípios estudados, e que ao considerarmos dados sobre o número de turistas de Natal (a menor unidade territorial com dados disponíveis), a amostragem seria muito grande inviabilizando a aplicabilidade dos questionários, assim, estabeleceu-se como metodologia o seguinte procedimento: os questionários que serviriam para contabilizar a amostra seriam aqueles aplicados durante um dia (8 horas) nos principais atrativos dos municípios analisados, no caso, os questionários foram aplicados no “Maior cajueiro do Mundo”, localizado na Praia de Pirangi do Norte (Parnamirim) e na Lagoa de Arituba, localizada na Praia de Camurupim (Nísia Floresta), conforme mostra os detalhes da Tabela 4. No caso da Lagoa de Arituba, na qual os frequentadores são diversos (turistas, moradores locais, excursionistas, etc.), consideramos turistas apenas aqueles que oriundo de outros estados, estavam utilizando meios de hospedagem.

⁷ O “Maior Cajueiro do Mundo” é um dos principais atrativos turísticos de Parnamirim, localizado na Praia de Pirangi do Norte. É assim chamado porque atualmente ele possui uma área de 8.500m², decorrente de uma anomalia chamada de “fitoteratológica”, a qual permite que os galhos do cajueiro que tocam o solo criem raízes secundárias, embora todos sejam dependentes do tronco principal. Toda a sua área atualmente corresponde a um agregado de 70 cajueiros de porte normal, sendo a profundidade das raízes de um a dois metros e a do tronco principal de 20 a 25 metros. Estima-se que se houvesse espaço para seu crescimento, a árvore poderia alcançar 30 a 40.000 m². Disponível em: <<http://www.omaiorcajueirodomundo.com/ocajueiro.html>>. Acesso em: 25 fev.2013.

⁸ Os referidos entrevistados foram escolhidos por sua representatividade e conhecedores da realidade local, pelo fato de residirem há muito tempo na localidade. Quanto ao fato dos entrevistados em sua maioria serem de Pirangi do Norte, ocorre devido ao fato de tentarmos compreender as circunstâncias ou os motivos que teria levado Pirangi do Norte a assumir tamanha representatividade ao longo de todo litoral analisado.

Em Parnamirim:

- a sra. Adalva, Proprietária do tradicional Restaurante “Paçoca de Pilão”, localizado em Pirangi do Norte e residente nessa localidade desde 1991, ou seja, há 23 anos;
- a sra. Dayana, Gerente do Hotel “Village do Sol”, localizado em Pirangi do Norte;
- a sra. Telma, moradora de Pirangi do Norte desde 1958, há, portanto, 55 anos;
- o sr. Cardoso, Presidente da Associação de Moradores de Pirangi do Norte (AMOPIN);
- o sr. Geovane Júnior, Vereador de Parnamirim (filho da sra. Adalva).

Em Nísia Floresta:

- o sr. Jorge Wilson, Secretário de Obras de Nísia Floresta;
- a sra. Ana Karla, uma das Coordenadoras da Secretaria de Turismo;
- o sr Jorge, Vereador e morador local.

1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Os municípios de Parnamirim e Nísia Floresta estão localizados no Nordeste Brasileiro, no estado do Rio Grande do Norte. Mais especificamente na Mesorregião do Leste Potiguar e na Microrregião de Natal e Macaíba, respectivamente. Suas características físicas compreendem o clima úmido e sub-úmido; vegetação dunar e Mata Atlântica; relevo de planície costeira, tabuleiros costeiros e planícies fluviais; e solos arenosos, segundo FELIPE *et al* (2006, p. 41-60).

As primeiras tentativas de ocupação do Litoral ocorreram por intermédio da atividade econômica de produção da cana-de-açúcar. Posteriormente, a Pecuária e o algodão direcionaram a ocupação para o interior do Estado. Assim, as atividades econômicas tiveram papel importante no povoamento, ocupação e urbanização das cidades do estado do Rio Grande do Norte. Nas últimas décadas, a base econômica potiguar tem sido bastante diversificada, com a produção da Fruticultura, a atividade petrolífera, a Carcinicultura e o Turismo. Tratando especificamente do Litoral, o Turismo tem redimensionado as cidades litorâneas, atribuindo-lhes novas dinâmicas.

Os municípios estão entre os dez que compõem a Região Metropolitana de Natal. Cinco deles estão situados no Litoral do Rio Grande do Norte, inclusive Parnamirim e Nísia Floresta, que estão localizados no Litoral Sul do Estado. O primeiro município faz parte da RMN desde a sua formação inicial em 1997; já o segundo foi inserido posteriormente em 2002.

No geral, os municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal não possuem forte interação política, econômica e social entre eles, talvez porque a formação da RMN seja recente, diferentemente das outras regiões metropolitanas do Nordeste. Enquanto estas iniciaram a sua formação no início da década de 1970 (1973), a de Natal só se formou duas décadas mais tarde (1997), o que caracteriza o processo de metrópole em formação, conforme colocam CLEMENTINO e PESSOA (2009, p. 77). Sendo assim, as ações que visaram à integração dos municípios que compõem as regiões metropolitanas formadas na década de 1970 são bem anteriores em relação à Região Metropolitana de Natal.

Na RMN, o lazer nas últimas duas décadas se constitui um dos principais elementos responsáveis por esse caráter de metropolização, decorrente da expansão das Segundas Residências. Tal processo revela uma forte interação com

Natal, tendo em vista que a maioria dos usuários desse tipo de residência nos municípios litorâneos é oriunda dessa Capital. Além do mais, o desenvolvimento da atividade turística tem permitido uma interação não só com o polo metropolitano, mas também entre os demais municípios litorâneos, considerando que eles estão inseridos em um circuito que envolve os principais atrativos turísticos do Estado. Tal fato demanda, contudo, estratégias e ações conjuntas para o fortalecimento do Turismo.

Assim, o lazer é o fator que induz e promove a urbanização do Litoral Potiguar. Tal processo é característico das demais regiões metropolitanas nordestinas, conforme coloca Pereira:

Para as metrópoles nordestinas o processo de metropolização se define não prioritariamente pela cooperação de ações entre os municípios, mas pela produção de espacialidades engendradas pelos transbordamentos e necessidades gestadas no núcleo central. O lazer no litoral, que inclui a vilegiatura marítima, mesmo não incluindo no cerne das ações estratégicas, permaneceu nos interstícios e propiciou a (re) produção do espaço urbano, formando espacialidades metropolitanas (até anteriores à institucionalização das regiões metropolitanas) (PEREIRA, 2012, p. 100).

Como vemos, na maioria das vezes, a interação é mais intensa na área litorânea do que entre as sedes dos municípios. Natal, o polo metropolitano, interage mais intensamente com as localidades praias do que com as sedes municipais.

No caso da sede e do litoral do município de Parnamirim, há uma forte interação com o polo metropolitano, pois esse município é conurbado com Natal e a distância entre o perímetro urbano de Natal e o litoral de Parnamirim é de 20 e 24 km. No caso de Nísia Floresta, distante de Natal de 25 a 45 km⁹, a integração é menor com a sede, dando-se mais com suas localidades litorâneas.

⁹ Dados retirados do *Guia "Quatro Rodas"*, disponível em; < www.praiacerta.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2012, à 00h:43m. A distância é em relação à capital e às praias mais próximas. Em relação às praias de Parnamirim, a mais próxima da capital é Pium. O site não disponibiliza, porém, o dado para essa praia, fazendo apenas para a praia de Cotovelo, localizada após Pium. A praia mais distante da capital em Parnamirim é Pirangi do Norte, distante 24 km. No caso de Nísia Floresta, a praia mais próxima é Pirangi do Sul, distante 25 km da capital, e a mais distante é Barreta, 45km da capital.

1.1 O Município de Parnamirim

Parnamirim, segundo o Censo do IBGE (2010), possui uma população de 202.456 habitantes, uma área de 123,589km², caracterizando uma densidade demográfica de 1.638,14 (hab/km²). Dista apenas 12km da capital Natal. Limita-se ao norte com Natal, ao sul, com São José de Mipibu e Nísia Floresta, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste, com Macaíba.

O início da ocupação desse município esteve relacionado com a Aviação, quando, em 1927, chegava ao estado do Rio Grande do Norte uma comitiva de franceses, tendo à frente o aviador Paul Vechet, com a finalidade de construir um campo de pouso nas proximidades de Natal. O aviador escolheu Parnamirim para tal fim.

Esse mesmo campo de pouso foi, na Segunda Guerra Mundial, de grande interesse para os países do chamado “Bloco Aliado” (Inglaterra, União Soviética, França e Estados Unidos), tendo em vista sua localização estratégica na chamada “esquina do Continente”. Em 1941, em um acordo firmado entre Brasil e os Estados Unidos, inclui-se Parnamirim no projeto de estratégia bélica coordenado pelos Estados Unidos, fato que culminou, um ano depois, em 1942, no Decreto-Lei número 4.142, sancionado pelo então Presidente Getúlio Vargas, criando a Base Aérea Brasileira, em Parnamirim.

Segundo o inventário de Parnamirim (2010), no período da Segunda Guerra Mundial, “devido à grande presença de operários, vindos de várias partes do estado e à própria dinâmica natural das organizações militares, começou a brotar em Parnamirim, já no primeiro momento, um forte núcleo populacional com porte de cidade”.

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, em 1943, Parnamirim é elevado à categoria de Vila, pertencente a Natal. Em 1948, foi elevada à condição de distrito de Natal, desmembrando-se deste somente em 1958, quando se tornou um dos municípios que compõem o estado do Rio Grande do Norte.

Economicamente, o referido Município, nas décadas de 1960 e 1970, destaca-se devido ao forte Setor Fabril, com a instalação em seu território de um Distrito Industrial, onde se situavam empresas da Indústria Têxtil e uma fábrica de plásticos.

Esse município é o terceiro maior do Estado em termos econômicos e populacionais, atrás apenas de Natal, com 803.739 habitantes, e Mossoró - cidade situada no Oeste Potiguar - com 259.815 habitantes, segundo dados do IBGE, 2010.

Parnamirim possui um litoral de grande potencialidade turística, com belas praias, o maior cajueiro do Mundo e infraestrutura de serviços turísticos, como hotéis, bares e restaurantes, entre outros atrativos. A atividade turística foi impulsionada nesse Município na década de 1990, a partir das políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo no estado do Rio Grande do Norte.

Realidade bem diferente da que está posta no Litoral atualmente é relatada por uma entrevistada, a sra. Telma, residente na praia de Pirangi do Norte desde a década de 1950.

[...] Pirangi era um pequeno povoado que se concentrava na atual praça São Sebastião, nessa época existia apenas algumas casas, incluindo a do meu avô e a igreja. Isso por volta no início de 70. Todo o resto era mata típica da região, existia pitombeira, cajueiro, guajiru e muitas dunas, elas vinham até essa pista [referência à Av. Deputado Márcio Marinho] . A energia do povoado era a motor, ligava às 18h e desligava-se às 22h. [...].

À beira-mar tinha casas de taipa e palha, a profissão dos moradores era de pescadores ou agricultores, eles plantavam mandioca e tinham uma casa de farinha coletiva, onde tinha um responsável, porém não existia dono, era de todos. As próprias terras não tinham dono, não havia cerca nessa época, então eles combinavam entre si onde cada um iria plantar .

[...] A estrada era de barro. Quase não havia comércios, só bodega, existia uma escola que ensinava até a quarta série.

Muitos anos passaram-se até então. Obviamente Pirangi do Norte há muito não se enxerga neste relato, e a maior parte das mudanças ocorridas nessa localidade decorreu da expansão das Segundas Residências e do desenvolvimento do Turismo nessa praia, que demandaram comércios e serviços variados.

1.2 O Município de Nísia Floresta

Desde 1607, o espaço onde hoje se localiza Nísia Floresta já era conhecido “pela abundancia de peixes e pelas roças de milho dos índios tupis que ali habitavam ao redor das lagoas Guaraíras, Papeba e Papari (chamada *Paraguaçu* no século XVIII)”, afirmam Pontes *et al* (1993, p. 73).

O município de Nísia Floresta foi criado pela Lei Provincial 242, de fevereiro de 1852, sob a denominação de “Vila Imperial de Papari”, desmembrado do município de São José de Mipibu. Em 1890, passou à denominação de “Vila de Papary”. Em 1948, a comunidade de Papary mudou seu nome para Nísia Floresta - uma homenagem à escritora Dionísia Gonçalves Pinto, cujo pseudônimo literário era Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida em Papary,

Nísia Floresta conta com uma população de 23.784 hab., da qual mais da metade (14.404) é população rural, conforme o Censo do IBGE (2010), área territorial de 307,839 km², com densidade demográfica de 77,26 hab/km², distando 35km da capital do Estado.

Em termos econômicos, segundo Pontes (1993, p. 24), “as culturas predominantes nessa região fértil do litoral abrangem o coco da baía, o abacate, a manga e o caju (permanentes), a cana-de-açúcar, a mandioca, a batata doce e o tomate (temporárias)”.

Ao contrário de Parnamirim, economicamente o município não assume grande representatividade no Estado, sendo seu PIB e a renda *per capita* é uma das mais baixas da Região Metropolitana de Natal, conforme mostram os dados da Tabela 5, referente ao PIB de ambos municípios. Sua economia é baseada na tradicional atividade agropecuária e, mais recentemente, no Turismo. O município se destaca pelo número de Segundas Residências em seu litoral. Nos Censos de 1991 e 2000, esse município superava até mesmo Natal quanto a esse tipo de imóvel - somente em 2010 foi superado por Natal, por algumas unidades, conforme constata-se na Tabela 7.

Tabela 5: Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Parnamirim e Nísia Floresta- 2010

Atividade econômica (R\$)	Parnamirim	Nísia Floresta
Agropecuária	25.203	15.598
Indústria	410.237	13.009
Serviços	1.615.199	96.121
Total	2.050.639	124.728

Fonte: IBGE, 2010

Quanto ao crescimento populacional das duas cidades ao longo dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, os dados apresentados são bem distintos quando comparados entre si (Tabela 6). A quantidade populacional nos diferentes

Censos nos municípios apresenta grande discrepância, mesmo referente ao Censo de 1991, quando Parnamirim não era tão populoso quanto em 2010 - o número de habitantes em Nísia Floresta era muito inferior e essa diferença aumentou ainda mais nos dois últimos Censos (2000-2010). É importante ressaltar o crescimento populacional de Parnamirim no período entre 1991-2000, a população praticamente dobrou. Esse fato deveu-se à chegada do Parque Industrial na década de 1990, quando a cidade ganhou visibilidade e atraiu mão de obra.

Tabela 6- Crescimento da População de Parnamirim e Nísia Floresta – 1991/2000/2010

Municípios	1991	2000	2010	% 1991-2000	% 2000-2010
Parnamirim	63.312	124.690	202.456	96,94	62,37
Nísia -Floresta	13.934	19.040	23.784	36,64	24,91

Fonte: IBGE, 2010

No que diz respeito à população permanente, Nísia Floresta, durante os Censos de 1991, 2000 e 2010, apresenta a porcentagem de sua população rural maior do que a urbana, diferente do município de Parnamirim. Para compararmos os dois municípios a partir de um dos Censos - o de 2000 por exemplo -, Parnamirim apresentava um índice elevado de população urbana - 87,5% -, enquanto Nísia Floresta, no mesmo Censo, apresentava, com relação a este item, porcentagem de 45,3% e de 54,7% de população rural, ou seja, a porcentagem da população rural superava a da população urbana. Ressalta-se ainda que esta não é uma característica apenas desse município, mas de outros dois municípios que compõem a RMN: Monte Alegre, cuja população total é de 20.685 hab., da qual 9.002 é urbana, e 11.683 rural, e Vera Cruz, que possui uma população de apenas 10.719 hab., dos quais 4.695 estão em áreas urbanas e 6.024 em áreas rurais.

Em resumo, podemos melhor visualizar as diferenças entre os municípios em questão no Quadro 1:

Quadro 1- Comparação das principais características dos Municípios de Parnamirim e Nísia Floresta

Características	Parnamirim	Nísia floresta
População (2010)	202.456 hab	23.784 hab
Área Territorial	123,589 km ²	307,839 km ²
Densidade Demográfica	1.638,14 (hab/km ²),	77,26 (hab/km ²)
Economia	Economia baseada na Indústria Têxtil, Comércio e Turismo.	Economia baseada na Agropecuária e Turismo
Distância de Natal	12 km	35 km
Praias	Pirangi do Norte, Cotovelo e Pium	Barreta, Camurupim, Barra de Tabatinga, Búzios, Pirangi do Sul
Extensão do litoral em km	6,4 km	20,9 km

Fonte: IBGE, 2010. *Google Earth* – acesso em: 4 jul. 2012
Org.: Elizângela Justino de Oliveira

Percebe-se que há diferenças significativas entre os municípios, entre os itens apontados no Quadro 1, ou seja, a população de Parnamirim é quase 10 vezes maior que a de Nísia Floresta. Este, por sua vez, tem maior extensão territorial, logo sua densidade demográfica é bem menor que a de Parnamirim, já que este, além de ter uma população maior, apresenta uma extensão territorial menor que a de Nísia Floresta. E mais: por representar a terceira economia do Estado, Parnamirim revela uma diversificação maior como base econômica. Porém, os municípios são semelhantes quanto ao fato de serem litorâneos, terem em seu território uma quantidade expressiva de segundas residências, como também desenvolvem a atividade turística.

2 O LAZER COMO INDUTOR DE URBANIZAÇÃO

2.1 Lazer: breve discussão conceitual

O tempo livre é primordial para o lazer. Este é caracterizado pela livre escolha e pela satisfação que o indivíduo tem de realizar uma atividade em seu tempo livre, embora tal tempo seja frequentemente cerceado pelo sistema capitalista, a fim de torná-lo lucrativo.

Marcellino (2002) destaca como fundamentais dois aspectos para se definir se é lazer ou não a prática do indivíduo. São eles: tempo e atitude. No aspecto atitude, seria levada em consideração a relação do indivíduo e da experiência vivida, ou seja, a satisfação que ele tem ao realizar tal atividade. Com relação ao aspecto tempo, são consideradas “as atividades realizadas no tempo liberado do trabalho, ou seja, no tempo livre das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas” (Marcellino, 2002, p. 8).

Já Gutierrez (2001, p. 8-9) elenca quatro características que definem uma atividade de lazer, a saber:

Liberdade de escolha - a atividade de lazer é resultado de uma opção livre, embora, alerta o autor, essa liberdade de escolha seja em sentido muito relativo, tendo em vista que o sujeito é influenciado por suas referências culturais, sociais e políticas do meio no qual está inserido. Sendo assim, a liberdade de escolha só pode ser considerada como tal porque o sujeito, enquanto ser social e individual, a define.

Atividade desinteressada- o lazer distingue-se por ser uma atividade não lucrativa; que não visa a uma utilidade prática imediata.

Hedonismo- busca o prazer ou a satisfação pessoal.

Pessoal - a atividade de lazer é essencialmente uma opção íntima, individual, regida pela liberdade.

Ambos os autores consideram importante a satisfação do indivíduo ao realizar uma atividade de lazer, mas divergem quanto ao grau de importância de outros atributos, a saber: o primeiro privilegia o atributo *tempo* (enquanto tempo disponível e livre das obrigações de trabalho, família, etc.); já o segundo privilegia a autonomia do indivíduo ao ter liberdade de escolher “o que fazer” e cabendo essa decisão somente a ele (o indivíduo e sujeito individual). Embora o autor destaque que, em

relação à autonomia, seja importante relativizar, pois “o indivíduo, agente da ação social, atua no interior de uma cultura que o precede e com a qual mantém uma relação de mútua interferência” (GUTIERREZ, 2001, p. 9).

O conceito de lazer mais utilizado no Brasil é o do sociólogo francês Joffre Dumazedier, que deu importantes contribuições para a construção desse conceito numa ótica sociológica. Para esse estudioso,

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2004, p. 34).

A contribuição deste teórico também diz respeito à sua definição das quatro características atribuídas ao lazer - escolha pessoal, liberalidade, gratuidade e hedonia -, como também das funções do lazer, que são: descanso, divertimento e desenvolvimento - os chamados “três Ds do Lazer”.

No conceito de Dumazedier, o lazer está associado à “não obrigação” de qualquer que seja a atividade realizada no tempo disponível do indivíduo e ao prazer e satisfação ao realizá-la, a partir de sua livre escolha, como também ao desenvolvimento pessoal do indivíduo, podendo ainda referir-se também a “um conjunto de ocupações”.

A este respeito, Taveira e Gonçalves (2012, p. 23) - assim como outros autores-, fazem uma importante ressalva quanto ao uso do vocábulo *ocupação* no conceito de Dumazedier: “o termo ocupação está intimamente ligado a trabalho, afazeres e ofício; e o lazer se enquadra exatamente no oposto a isto. Seria mais adequado falar em experiências ou vivências [...]”.

Recentemente, este autor tem recebido algumas críticas e outros autores têm buscado dar suas contribuições, ampliando a visão do conceito de lazer, numa perspectiva mais associada à dimensão cultural e não somente a descanso e reposição de energias. Segundo Gomes (2009, p. 2):

Essa ‘mudança de enfoque’ indica que a consideração do lazer como um mero conjunto de ocupações (conceito formulado pelo sociólogo Joffre Dumazedier) passa a ser redimensionada, no Brasil, no final

da década de 1980, sendo esse fenômeno percebido sob o prisma da cultura.

Entre os autores que percebem o lazer nesta perspectiva cultural, podemos citar a própria Gomes (2004), a qual entende o lazer como:

Uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo. (GOMES, 2004, p.125)

Nesta definição, a autora não dissocia lazer de trabalho e entende aquele a partir de quatro elementos-chave. São eles: tempo, espaço/lugar, as manifestações culturais e ludicidade. O tempo refere-se ao momento de lazer independente dos períodos reservados a este. Por isto, a autora não dissocia lazer de trabalho; o espaço/lugar é considerado pela autora além do espaço físico, por ser o espaço do qual os sujeitos se apropriaram ao ponto de transformá-lo em lugar de encontro para o convívio social; as manifestações culturais se constituem nas práticas culturais vivenciadas e próprias de determinado grupo social; e a ludicidade caracteriza o prazer e a satisfação ao se realizarem essas atividades.

Outro fator importante na definição da autora é que, ao não dissociar o lazer do trabalho, entendendo-o como uma relação dialética, a autora leva em consideração que vivemos numa sociedade capitalista e que o tempo de não trabalho constantemente é invadido/tomado pelo tempo do trabalho.

Percebemos que a autora usou como ponto de partida para sua definição as ideias de Bramante (1998, p. 9 *apud* Gomes, 2007, p. 3) acerca do lazer, para quem, o lazer

[...] se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se de um ato de fé.

Então, além da dimensão cultural que esses autores abordam para definir o lazer, ambos também se remetem à ludicidade e consideram o caráter de escolha pessoal e socializador do lazer.

A ideia de lazer fica, porém, comprometida quando está associada somente a alguns de seus valores, constituindo-se assim uma visão parcial de seu amplo conteúdo, conforme coloca Marcellino (2002):

[...]. Descansar, ‘recuperar as energias’, distrair-se, entreter-se, recrear-se, enfim, o descanso e o divertimento são os valores comumente mais associados ao lazer. [...] No entanto, além do descanso, e do divertimento outra possibilidade ocorre no lazer e, normalmente, não é tão perceptível. Trata-se do desenvolvimento pessoal e social que o lazer enseja. No teatro, no turismo, na festa etc., estão presentes oportunidades privilegiadas, porque espontâneas, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas (MARCELLINO, 2002, p. 13-14).

Sobre a ideia ou a própria ideologia que é disseminada sobre o lazer, sobretudo as elencadas acima e comumente entendidas como lazer, como também o lazer enquanto consumo do tempo nas sociedades contemporâneas, Baudrillard (2010) diz:

O repouso, o descanso, a evasão e a distração talvez sejam “necessidades”, mas não definem por si mesmas a exigência própria do lazer, que é consumo do *tempo*. O tempo livre consiste talvez em toda a actividade lúdica com que se cumula, mas é, antes de mais, a liberdade de perder o seu tempo e eventualmente de o “matar” e dispensar em pura perda (BAUDRILLARD, 2010, p. 205 - grifo do autor).

Logo, o lazer deve ser pensado a partir da lógica da sociedade atual. Esta mudou ao longo do tempo e o tempo livre do cidadão não é mais aquele do século XIX e até mesmo de meados do século XX. O tempo livre redefiniu-se, fazendo assim com que o conceito de lazer viesse a ser redimensionado.

É importante ressaltar que o tempo disponível que as diferentes classes sociais disponibilizam para o lazer não é o mesmo, diferenciando-se também quanto ao tipo de lazer. Bruhns (1997, p. 35) diz:

O acesso ao lazer é favorecido nas camadas mais privilegiadas da população, impedindo por vários fatores (necessidade de realização de horas extras, preços de ingressos em espetáculos, grandes

distâncias entre a moradia e o local de trabalho, dependência de transporte coletivo, dentre outros) que as camadas econômicas de baixa renda usufruam das muitas possibilidades.

Marcellino (2002) diz que grande parte dos trabalhadores consome seu “tempo livre” com atividades necessárias à sua sobrevivência, como as horas extras, os *bicos* para complementação da renda doméstica, a venda parcial ou total de suas férias, ou até mesmo a ocupação em serviços temporários no período de férias.

Ainda a respeito da desigualdade social quanto ao uso do tempo livre e a prática do lazer pela sociedade, em sua análise sobre a sociedade de consumo, Jean Baudrillard (2010, p. 201-209) afirma:

Como relativamente aos outros bens e serviços, também não existe igualdade das possibilidades e democracia do tempo livre [...]. O lazer, por enquanto repartido com grandes desigualdades, continua a ser, nas nossas sociedades democráticas, um factor de selecção e distinção cultural.

Logo, o fator econômico, no que se refere às desigualdades entre as classes sociais, aliado a outros subfatores próprios e internos às classes, é determinante para a realização do lazer pelos sujeitos/indivíduos, podendo influenciar na ampliação ou restrição ao tipo e à frequência dessa prática pelos sujeitos.

2.2 A expansão do lazer na Sociedade Capitalista

A ideia de lazer entendida como hoje só vai surgir com a Revolução Industrial. O lazer antes e depois das Sociedades Industriais é bem diferente. Na Sociedade Pré-industrial, trabalho e lazer não estavam separados rigidamente. Essa separação surge somente quando emerge a Sociedade Industrial. O período que caracteriza a pré-indústria, o surgimento da indústria e a relação com o lazer é bem retratado por Marcellino (2002, p. 55), ao destacar que:

Na sociedade tradicional, marcadamente rural, e mesmo nos setores pré-industriais, não havia uma separação rígida entre as várias esferas da vida do homem. Os locais de trabalho ficavam próximos, quando não se confundiam com a própria moradia, e a produção era ligada basicamente ao núcleo familiar, obedecendo ao ciclo natural do tempo. [...]. O ‘binômio’ trabalho/lazer não era caracterizado [...].

Na sociedade moderna, marcadamente urbana, a industrialização acentuou a divisão do trabalho, que se torna cada vez mais especializado e fragmentado, obedecendo ao ritmo da máquina e a um tempo mecânico, afastando os indivíduos da convivência nos grupos primários e despersonalizando as relações. As pessoas passam a fazer parte de grupos variados, sem ligações um com os outros. Caracteriza-se o binômio trabalho/lazer [...].

Mas foi também a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial que o tempo passa a ser controlado, onde o homem passa a exercer uma função passiva e secundária em relação às máquinas, que eram reguladas para produzir o máximo possível, ditando assim, o ritmo do trabalho humano. Segundo Gebara (1997, p. 65) nesse período “o tempo natural é gradualmente invadido pelo tempo do relógio. O comando das tarefas ritmadas pela natureza, ou pela vontade do artesão, é agora entregue a uma máquina de medir tempo, de medir tarefas, de medir eficiência e produtividade”.

Anterior a esse período do Capitalismo Industrial, coloca Gebara (1997):

[...] o ritmo do trabalho era dado pelo ritmo do homem no comando das ferramentas e instrumentos de trabalho, estes movimentados como extensão dos membros humanos. Uma enxada ou uma foice depende sempre da capacidade muscular humana para sua ativação; a ordenha, o plantio, as atividades domésticas, ainda que pesadas, não estavam mecanizadas. Neste sentido, estas diferentes atividades físicas, traduzidas em forma de trabalho, efetivavam-se por pressuposto o tempo ‘natural’ do ser humano. Em última análise, o artesão ou o agricultor comandava o ritmo do processo produtivo, integrando-o ao ritmo da natureza (GEBARA, 1997, p. 63).

Algumas conquistas dos trabalhadores foram importantes para a efetivação do tempo do lazer: a diminuição da jornada de trabalho dos operários da Indústria, no século XVIII e XIX, a concessão do tempo livre nos fins de semana para o lazer, para atividades recreativas, e o direito a férias remuneradas.

O lazer está diretamente ligado à ideia de tempo livre das obrigações do trabalho e somente seria possível com a redução da jornada de trabalho. Segundo Camargo (2003), esta chegava a 5.000 horas por ano, ou seja, uma jornada diária de 16 horas, de segunda a domingo, quase todos os dias do ano, deixando apenas o tempo do sono.

Mas o tempo livre para o lazer foi ressignificado. Para Baudrillard (2010), o tempo na sociedade de consumo transforma-se em capital e é regido pelo sistema de produção vigente, logo ele não é inteiramente livre:

Ora, no nosso sistema, o tempo só pode ser “liberado” como objecto, como capital cronométrico de anos, de horas, de dias, de semanas a “investir” por cada qual “a seu bel-prazer”. Por consequência, já não é tão “livre”, uma vez que se encontra regulado na sua cronometria pela abstração total do sistema de produção [...] o tempo “livre” é tempo “ganho”, capital que pode render, força produtiva virtual, que importa resgatar a fim de ser possível dispor dele (BRAUDILLARD, 2010, p. 202-204).

Nesta perspectiva, o tempo adquire valor de troca, deixando de ter o valor de uso, na Sociedade Pós-Moderna, tornando-se mercadoria, na Sociedade de Consumo. Segundo Baudrillard (2010, p. 201) “Na produção real ou imaginária da ‘sociedade de consumo’, o Tempo ocupa uma espécie de lugar privilegiado”. Lugar privilegiado de que o tempo não dispunha nas Sociedades Primitivas. Esse privilégio é contemporâneo e fruto da Sociedade Capitalista, que tudo transforma em mercadoria, em valor de troca: o tempo, mesmo o de lazer, passa a não mais ter valor de uso e sim de troca. Braudillard (2010, p. 203-204) diz:

Nas sociedades primitivas, não há tempo. A questão de saber se se “tem” ou não tempo, carece de sentido. O tempo reduz-se nelas ao ritmo das actividades coletivas repetidas (ritual de trabalho, das festas). Não se dissocia de semelhantes actividades para se projetar no futuro, previsto e manipulado. [...] O tempo constitui uma mercadoria rara, preciosa e submetida às leis do valor de troca. É o que se constata a respeito do tempo de trabalho, porque se vende e se compra. Mas o tempo livre, para ser “consumido”, tende cada vez mais a ser directa ou indirectamente comprado.

Neste sentido, até mesmo os lugares reservados para o lazer, que parecem livres do trabalho, onde os sujeitos se refugiam para recarregar suas energias, são produtos do trabalho, conforme coloca Lefebvre:

Os lugares de lazers, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazers parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são lugares de recuperação. Tais lugares, aos quais se procura dar

um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. É um típico exemplo de espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado. São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da reprodução da força de trabalho (LEFEBVRE, 2008, p. 49-50)

Então conquistou-se o direito ao tempo livre e agora é como se esse tempo estivesse paulatinamente sendo perdido novamente, não devido às longas horas de trabalho de antes, mas perdido para o sistema capitalista, que restringe aos sujeitos o direito ao ócio, a “nada fazer” no seu tempo livre. O tempo do não-trabalho é, assim, tomado pelo tempo do trabalho. Segundo Cruz (2001, p. 38):

O tempo livre, nas sociedades industrializadas é cada vez menos, o tempo do ócio. O mesmo sentido das obrigações do cotidiano das empresas- do cumprimento de tarefas e atendimento de horários- foi sutilmente transferido para o tempo livre. O tempo de não – trabalho tende a seguir a mesma lógica do tempo de trabalho. Daí a valorização dos lazeres ativos, em contraposição ao ócio.

Então, no tempo de lazer, quando de fato se deveria considerar a livre escolha e a satisfação completa do indivíduo, a Sociedade Capitalista cria obrigações que muito se assemelham ao empenho pessoal que se tem em relação aos ideais de realização que se almeja no trabalho e assim ser visto e percebido pelos outros como um “vencedor”. A este respeito, Baudrillard diz:

[...]. Encontra-se assim em toda parte no lazer e nas férias o mesmo encarniçamento moral e idealista de realização que se descobre na esfera do trabalho, depara-se com a mesma ética do “*forcing*”. Tal como o consumo, de que participa inteiramente, o lazer não praxi de satisfação. Pelo menos, só aparentemente assim se manifesta. De facto, a obsessão do bronzamento, a mobilidade sobressaltada que leva os turistas a cirandar pela Itália, pela Espanha e pelos museus, a ginástica e a nudez indispensável debaixo do sol obrigatório e sobretudo o sorriso e a alegria de viver sem desfalecimento- tudo testemunha da consignação total ao princípio do dever, de sacrifício e de ascese (BAUDRILLARD, 2010, p. 208).

Este ponto de vista também se assemelha aos pacotes turísticos “engessados” que são comercializados pelas agências de viagens, em que o turismo como forma de lazer nem sempre leva em consideração a livre escolha do indivíduo (a não ser a escolha do destino, e nem sempre, pois este também é preestabelecido

pelas agências de viagens), os passeios e as atividades durante os dias seguem uma lógica de organização que imobiliza o turista, tirando sua liberdade. Além do mais, as atividades realizadas durante toda a viagem parecem maratonas, de modo que se volta para o lugar de origem geralmente mais cansado do que antes.

2.3 O Turismo como forma moderna de lazer

O deslocamento em lugares distintos é bem antigo, embora não estivesse diretamente ligado ao entendimento de viajar que se tem hoje, pois estava relacionado à questão da sobrevivência. Isto já pode ser caracterizado como o prelúdio do que viria a se tornar o hábito de viajar. Os primeiros deslocamentos do ser humano, segundo Barbosa (2002), é bem antigo, anterior à Antiguidade, quando, na Idade da Pedra, no paleolítico superior, o ser humano, para sobreviver, se deslocava entre lugares em busca de alimentos ou abrigo para se proteger.

Mais tarde, na Idade Antiga, os deuses ou o comércio ditavam os caminhos a serem percorridos pelos viajantes. Estes viajavam para obedecer àqueles ou para estabelecer relações comerciais. Os gregos e os romanos tiveram papéis importantes nesse momento. Segundo Barbosa (2002), os gregos, devido às suas práticas comerciais entre as cidades do Mediterrâneo, criaram um fluxo intenso de pessoas e mercadorias a serem distribuídas e geralmente esse percurso para distribuição e compra de produtos se dava a pé, quando muitos dispunham de veículos de madeira puxados por dois animais. Já os romanos dominavam as técnicas que permitiram a construção de vários tipos de carros, a construção de pontes e estradas, além de possuírem uma elite que podia viajar. Segundo Urry (1999, p. 19) “Na Roma imperial, já existia para a elite um padrão bastante amplo de viagens voltadas para o prazer e para a cultura”.

No início da Idade Média, as viagens tiveram um cunho inteiramente religioso, enquanto as viagens para o prazer foram perdendo o interesse. Viajava-se para defender a fé cristã, como é o caso das Cruzadas, ou para peregrinação. Outro fator que contribuiu para o desinteresse das viagens de prazer foi a deteriorização das estradas após a queda do Império Romano. Era perigoso arriscar-se em estradas deterioradas e abandonadas, tornando-se constantes as ações de assaltantes.

Segundo Feifer (*apud* URRY, 1999, p. 19) nos séculos XII e XIV, as peregrinações tornaram-se um amplo fenômeno, “praticável e sistematizado, servido por uma indústria crescente de redes de hospedarias para viajantes, mantidas por religiosos, e por manuais de indulgência, produzidos em massa”. Nesse tempo, essas peregrinações já incluíam uma mescla de devoções religiosas, cultura e lazer.

Já no final do século XVII, o *Grand Tour* já estava estruturado e atendia aos filhos da Aristocracia e da pequena Fidalguia, passando, no final do século XVIII, a atender também aos filhos da Classe Média Profissional. Ainda nesse século, também se presenciou o desenvolvimento de uma considerável infraestrutura turística, sob a forma de balneários espalhados por toda parte na Europa, que inicialmente tiveram fins medicinais e posteriormente eram direcionados para o prazer da Classe Trabalhadora Burguesa, fruto da Sociedade Industrial.

No que se refere ao campo, o trabalho e o divertimento eram basicamente entrelaçados. Segundo Urry (1999, p. 20), “nas pequenas cidades e aldeias da Inglaterra, as feiras tinham papel semelhante aos balneários nas cidades, onde as pessoas percorriam grandes distâncias para encontrar outras, onde realizariam seus negócios, como também se divertiam”. As feiras sempre tiveram papel importante quando se tratava de aglomerar pessoas, as quais buscavam distração, a partir do encontro com outras ou a partir de diversões ali encontradas, servindo também para as relações comerciais e um estímulo para a criação de novas rotas de interação com outras pessoas.

Até então as viagens que prevaleciam ainda eram as de cunho comercial; as propriamente para o lazer ainda eram privilégios de poucos. Segundo Urry (1999, p.20), anteriormente ao século XIX, “poucas pessoas que não as das classes superiores realizavam viagens para verem objetos, motivadas por razões que não dissessem respeito ao trabalho ou aos negócios”.

Até final do século XIX, fazer turismo ainda era privilégio de poucos, entre eles, os aristocratas, as famílias reais, o clero, entre outros, porque eram estas as camadas sociais que dispunham do tempo livre e renda suficiente para fazer turismo.

E, mesmo nesse período, quando essa atividade já tinha perdido um pouco do seu caráter terapêutico e educacional, assumindo caráter mais esportivo, com a prática de esportes como o tênis, o golfe, as regatas e as corridas de cavalo, ou

seja, de atividades voltadas para o lazer, o que possibilitou a difusão da atividade, ela continuava elitista, ressalta Boyer (2003).

Somente a partir de 1930 é que o Turismo atinge as categorias de poder aquisitivo menor, com o surgimento do turismo de massa, em que boa parte da população, na maior parte do tempo, viajará para algum lugar com a finalidade de contemplá-lo e ali permanecer por motivos que, basicamente, não têm relação com o trabalho.

O surgimento da atividade turística de massa se deu devido a dois acontecimentos importantes no início século XX: a redução da jornada de trabalho e a conquista dos trabalhadores ao direito a férias remuneradas. A partir daí, surge o tempo livre, conforme seria o “tempo liberado”, que pode ser usado para o lazer.

Para Marcellino (2002, p.17), “a realização de qualquer atividade de lazer envolve a satisfação e aspirações dos seus praticantes”, ou seja, envolve o que o autor chamou de “atitude”. No caso do Turismo, a aspiração do turista é desfrutar de novas paisagens, de conhecer novas pessoas e costumes, sentir satisfação, novas sensações, diferentes de seu cotidiano. Tal sensação experienciada pelo turista sempre vai ser renovada a cada lugar que ele visitar, pois as paisagens são múltiplas, nunca se repetem. Mesmo que façam parte da mesma segmentação, elas são sempre diferentes: as praias de Natal, por exemplo, não são iguais às de Fortaleza, embora umas e outras estejam incluídas no turismo de sol e mar.

A respeito da diferenciação das paisagens, Santos (2008, p.67) diz: “[...] tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, de funções e sentidos”.

Sendo assim, as paisagens, que originariamente são únicas, cada uma com suas particularidades, passam a ser formadas e transformadas por povos diferentes, sobretudo as turísticas, que são modificadas e transformadas segundo as particularidades de determinados destinos turísticos, tudo com vistas a atrair turistas de diferentes tipos. O resultado disto é a artificialização daquilo que é natural, pois o que importa é agradar o turista.

Aliás, as paisagens, as apresentações culturais, as festividades locais não passam de uma ‘autenticidade encenada’, como diz MacCannell (*apud* URRY, 1999, p. 25). Os problemas reais das comunidades não são expostos aos turistas, configurando-se o lugar um paraíso, muitas vezes inexistente. Cruz (2007, p. 21),

pensando a realidade brasileira, diz: “a atividade do turismo tem uma inquestionável capacidade de transformar os lugares em função de seus interesses, não raras vezes escusos e estranhos aos locais dos quais se apropria”.

Em resumo, podemos destacar dois pontos importantes até então apresentados com relação ao Turismo: o de que este envolve de deslocamento de pessoas a transformação de espaço, como atrativo para o desenvolvimento da prática turística. Neste sentido, entendemos o Turismo a partir da compreensão de Cruz (2001, p. 5), quando este afirma: “O turismo [...], é antes de mais nada, uma prática social, que envolve deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”.

A sociedade contemporânea tem atribuído grande valor ao tempo, seja o tempo do trabalho, seja o tempo livre, e um dos fatores que tem impulsionado a atividade turística é o aumento do tempo livre a partir do progresso científico e técnico, que tem possibilitado um aumento ainda maior do tempo livre das pessoas, dando-lhes melhores condições de deslocamento. Viajar passou a ser uma possibilidade que muitos podem vivenciar.

O modelo econômico pós-fordista tem contribuído para isso, uma vez que está disponível para atender às necessidades de consumo das pessoas, seja criando novas formas de crédito, seja criando uma variedade de novos produtos.

Com o aumento do tempo socialmente construído - o tempo disponível, livre das obrigações profissionais, familiares, etc. -, rapidamente surge um mercado para atender a essa demanda, ou seja, um público com grande potencial de consumo de imagens espetaculares, ávido por vivenciar experiências do novo, do exótico, do diferente, que lhe dê ideia de que se está fora do cotidiano. É o tempo livre, capturado pelo mercado consumidor. A respeito do consumo no período pós-fordista, Urry (1999, p. 31) afirma que:

O consumo, mais do que a produção, predomina, na medida em que gastos do consumidor aumentam em proporção com a renda nacional; novas formas de crédito permitem o aumento dos gastos do consumidor, produzindo assim, elevados níveis de endividamento; quase todos os aspectos da vida social se tornaram mercadoria, até mesmo os atos de caridade; diferenciação muito maior dos padrões de compra por parte de diferentes segmentos do mercado; maior volatilidade das preferências do consumidor [...]; desenvolvimento de muito mais produtos, cada um dos quais tem uma vida mais curta; emergência de novas espécies de mercadorias, mais especializadas [...].

Neste sentido, o Turismo como forma de lazer moderna torna-se uma mercadoria como outra qualquer, reinventa e cria novas paisagens. Buscam-se produtos turísticos diversificados, serviços de hospedagem, restauração e equipamentos de lazer variados e de excelência, tudo para satisfazer o cliente/turista, tudo para que o tempo livre de lazer seja consumido.

No modelo pós-fordista, “tempo é dinheiro” e ninguém quer perdê-lo, nem o turista, que busca aproveitar ao máximo o seu tempo do não-trabalho, nem o *trade*, oferecendo os mais variados tipos de serviços. Gebara (1997, p. 72) faz um importante apontamento ao destacar o tempo de não-trabalho como parte do sistema capitalista ao dizer:

[...]. Trata-se de propô-lo (o tempo do não – trabalho) enquanto componente estrutural do mercado, quer como tempo livre, ou comercializável, quer como tempo disponível, ou construído pela riqueza socialmente produzida e potencializada. Em suma, no conjunto do sistema capitalista, não existe tempo perdido, pois, na medida em que tempo é dinheiro, sua perda é a negação do próprio sistema.

Ainda a respeito do valor de troca atribuído ao tempo na Sociedade Capitalista, Baudrillard (2010, p. 206-207) diz:

Vivemos numa época em que os homens jamais conseguirão perder tempo suficiente para conjurar a fatalidade de passarem a vida a ganhá-lo. Não nos desembaraçamos do tempo como da roupa interior. Também é impossível matá-lo ou perdê-lo, juntamente com o dinheiro, porque ambos constituem a própria expressão do sistema do valor de troca.

Assim, o homem da Sociedade Capitalista busca incessantemente “não perder tempo”. O seu tempo de lazer transformou-se no tempo livre a ser consumido. Logo, o mercado, para atender às necessidades da Sociedade Contemporânea, cria uma gama de atividades de lazer para que as preferências das pessoas possam ser atendidas, entre elas o turismo. Segundo Taveira e Gonçalves (2012, p.33):

[...] o turismo e o lazer são fenômenos da sociedade moderna entrelaçados, onde um só acontece no âmbito do outro, ou seja, toda

forma de Turismo é uma modalidade de lazer e este possui uma série de possibilidades de práticas e vivências, dentre as quais o turismo.

Segundo alguns teóricos, o turismo é um dos principais interesses relacionados ao lazer. Para Marcellino (2002, p. 74), esse tipo de interesse é uma forma de as pessoas saírem da rotina cotidiana e buscarem novas paisagens, interagirem com novas pessoas e culturas, podendo ser uma simples ocasião de consumo conformista ou de desenvolvimento pessoal e social crítico e criativo. Cada vez mais o turismo tem se tornado uma atividade de lazer que busca o enriquecimento pessoal e intelectual, que origina as suas novas segmentações, como o turismo de eventos, o turismo cultural, entre outras.

O turismo é uma forma de lazer moderno, que está associado ao *status*, ao descanso e/ou fuga das atividades rotineiras e ao desenvolvimento pessoal e social do sujeito.

Uma das principais características do lazer é a satisfação pessoal, mas o que tem-se visto recentemente é o surgimento ou destaque de atividades que ou confirmam *status* ao indivíduo praticante, ou constituam modismos, como é o caso do turismo. A este respeito Urry (1999, p. 19-20) coloca:

[...]. Ser turista é uma das características da experiência 'moderna'. Não 'viajar' é como não possuir um carro ou uma bela casa. É algo que confere status, nas sociedades modernas, e julga-se também que seja necessário a saúde. [...] Se as pessoas não viajarem elas perdem status. A viagem é a marca do status. É um elemento crucial, na vida moderna, sentir que a viagem e as férias são necessárias.

Sendo assim, além da satisfação pessoal, do *status* que o turismo confere a quem viaja, as pessoas também viajam para descansar, para livrar-se das atividades cotidianas, das obrigações do trabalho. Embora tenha havido grandes melhorias quanto às atividades que demandam esforço físico, o Sistema Capitalista tornou as relações de trabalho ainda muito complexas, na qual o trabalhador sofre grandes pressões das empresas que buscam o lucro a todo custo. Por isto, conhecer outros lugares, observar novas paisagens representa *fugir* das atividades rotineiras.

Dos atrativos naturais, as paisagens litorâneas, sobretudo, têm sido as mais procuradas. O mar, que até pouco tempo era hostilizado, foi recentemente

reconhecido como um dos lugares mais apropriados para a prática do lazer, enfatizando o turismo de sol e mar.

No caso de Natal, uma pesquisa realizada pela Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte- SETUR-RN, e divulgada no Anuário de Natal 2011 - 2012 (p.334), mostra que, em 2010, 90,77% dos turistas entrevistados indicaram como fator decisório da visita os atrativos naturais.

Outra pesquisa mais recente realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do estado do Rio Grande do Norte, através do seu Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC), entre os dias 19 e 27 de janeiro de 2012, com 350 turistas que visitavam a cidade de Natal, identificou que 94% dos entrevistados citaram os atrativos naturais, sobretudo as praias, como principal fator de atração ao escolher Natal como destino. Conforme Camargo (2003, p. 27), as pessoas que buscam o lazer turístico são atraídas pelas novas paisagens: “paisagens de sol, céu e água, ritmos opostos a rigidez do tempo de trabalho urbano e um estilo mais requintado, embora não necessariamente mais dispendioso, de consumo de comidas, bebidas, roupas e lembranças”.

As paisagens no geral, sejam elas naturais ou artificiais, tornaram-se, assim, imprescindíveis para o Turismo¹⁰, tamanha importância elas exercem sobre o conjunto geral no desenvolvimento da atividade turística, ao ponto de Yázigi (1998, p.74) dizer que “O turismo depende da visão”. Para Luchiari (2000, p. 111), esse “olhar moderno” passou a enxergar e a valorizar as paisagens, segundo a autora:

O olhar moderno voltou-se para as paisagens turísticas, nelas valorizando o sentido que havia sido perdido no ritmo veloz com o qual passamos pelas paisagens sem vê-las. O cotidiano absorvido no trabalho, na família, nas vias expressas das cidades, nos outdoors, dentro dos carros, dos transportes coletivos, da urbe roubou-nos o sentido do olhar- que agora olha e não vê. O olhar do turista contemporâneo conduziu o imaginário coletivo a revalorizar a natureza, a cultura e mesmo o simulacro que queiramos ou não, é natureza e cultura construída socialmente.

¹⁰ Embora seja importante ressaltar aqui que a paisagem não é o único fator que atrai as pessoas a determinados lugares turísticos, ela tem grande relevância no conjunto geral, que inclui os meios de hospedagens, restauração, segurança e preços.

Vencidas, portanto, as barreiras culturais e trabalhistas - na primeira, o mar passa a ser valorizado; na segunda, a conquista do tempo livre -, ambos os fatores impulsionaram o desenvolvimento da atividade turística nas áreas litorâneas.

O lazer turístico tem transformado muitos lugares e áreas litorâneas, cujos moradores viviam da pesca e hoje encontram na atividade turística uma nova forma de sobrevivência.

O Poder Público, juntamente com a Iniciativa Privada, tem viabilizado infraestruturas urbanas e de serviços turísticos que possibilitam o aumento da população permanente e flutuante (Segundas Residências). Este último grupo, apesar de seus membros frequentarem essas áreas apenas em fins de semana e na alta estação, também precisa de serviços específicos que atendam à sua demanda.

É por isso que Cruz (2001, p. 39) diz: “tempo livre, lazer e urbanização estão, intrinsecamente, relacionados”. Pois, a partir do tempo livre institucionalizado, as pessoas buscam lazer e, ao chegarem nessas novas áreas, demandam uma série de serviços que vão estruturar esses novos lugares descobertos ou redescobertos.

2.4 A valorização das áreas litorâneas e a expansão das Segundas Residências

Os espaços litorâneos nem sempre foram privilegiados: até meados do século XVIII, as praias eram vistas como repulsivas, o que não favorecia uma aproximação da sociedade a esses espaços. Segundo Dantas (*apud* PEREIRA, 2012, p. 86), a relação da sociedade e o mar, até o século XIX, foi mediada, predominantemente, “por práticas marítimas tradicionais, exatamente aquelas que destacam o trabalho, o transporte de cargas/pessoas e a defesa territorial”.

O processo de valorização de tais espaços ocorrerá a partir das práticas marítimas modernas, inicialmente com os tratamentos terapêuticos, ligados ao tratamento de doenças respiratórias, tuberculose e depressão, orientados pelos discursos de médicos que recomendavam o banho de mar. Posteriormente, os espaços litorâneos/zonas de praia passam a ser apropriados não somente para tratamentos terapêuticos, mas também para o banho de mar, que passa a ter um caráter de lazer. Juntamente com esse processo surgem as primeiras Segundas Residências nessas áreas, que terão papel importante na ocupação e valorização das áreas de praia para a prática do lazer.

No Nordeste Brasileiro, os banhos de mar começam a fazer parte do cotidiano das populações urbanas no fim do século XIX, mas o marco inicial do processo de urbanização da orla em função do lazer data de 1920, segundo Pereira (2012).

Com a valorização e ocupação das áreas litorâneas, inicia-se o processo de urbanização “como resultado da demanda por espaços de lazer”, conforme apontam Dantas e Pereira (2010, p. 73). Neste contexto, a Segunda Residência é o principal desejo dessa nova elite, que busca inicialmente se estabelecer nas zonas de praia das capitais. Posteriormente, verifica-se uma fuga das grandes áreas adensadas em direção às áreas de praia dos municípios adjacentes às capitais.

Assim, a prática do lazer nas áreas litorâneas, nos últimos anos, tem passado por transformações, tendo “a segunda residência como novo padrão de ocupação das zonas de praia, ocupação de natureza urbana, predominantemente metropolitana e responsável pelo espalhamento do tecido urbano metropolitano” (DANTAS, 2010, p. 11).

Neste sentido, Dantas (2010) vem tratando a prática do lazer nas áreas de praia como indutora de urbanização do Litoral Nordeste. Assim, a Segunda Residência, como espacialidade da prática do lazer, permite que se reflita sobre o processo de urbanização do litoral da Região Metropolitana de Natal/RN, decorrente de sua expansão.

Paralelamente à expansão da Segunda Residência, também o Turismo, mais recentemente, tem se apropriado das áreas litorâneas, demandando a instalação de infraestruturas, aumentando o número de comércios e serviços nessas áreas, de forma que tem estruturado o litoral de objetos que indicam a urbanização desses locais.

Os primeiros dados oficiais sobre *Segunda Residência* no Brasil surgem em 1970, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu essas residências no grupo de “**domicílios fechados**”, ou seja, o morador temporário deveria estar ausente na data do Censo.

No Censo de 1980, essa modalidade de residência aparece designada como “**domicílio de uso ocasional**”, normalmente usado para descanso de fim de semana ou férias, considerando-se a contagem apenas do imóvel que estivesse fechado ou cujo proprietário estivesse ausente na data do Censo.

Posteriormente, no Censo de 1991, o IBGE passa a restringir a Segunda Residência a propriedade, identificando-a como “**domicílios particulares de uso**

ocasional”, característicos de fins de semana ou períodos de férias, com a finalidade de descanso ou lazer. Esse Instituto, no entanto, aprimora a coleta de dados de modo a vir a não restringir a categoria dessa modalidade de residência à não presença do morador temporário, ou seja, o domicílio de uso ocasional seria computado como tal, mesmo que o morador temporário estivesse presente no local, desde que o seu uso ocorresse ocasionalmente e sua finalidade fosse o lazer e o descanso. A data de 1991 constitui, assim, um marco para a análise da expansão das segundas residências, pois somente a partir de então pôde-se empreender estudos sistemáticos e mais detalhados sobre o tema.

A Segunda Residência, conforme Tulik (2001, p.4), é também chamada de “casa de temporada, de praia, de campo, chalé, cabana, rancho, sítio, ou chácara de lazer” - termos comumente aplicados a esses imóveis usados temporariamente, nos períodos de tempo livre.

Normalmente esse tipo de imóvel está relacionado ao uso temporário, à finalidade de descanso e lazer e ao deslocamento de pessoas da sua residência permanente até a residência secundária.

No entanto, compreende-se que a Sociedade Capitalista Contemporânea redefine certos conceitos. Assim, os estudos realizados sobre a Segunda Residência na Espanha têm considerado o conceito apontado pelo Instituto Nacional de Estatística da Espanha-INE, por entenderem se tratar de um conceito amplo e completo, tendo em vista os novos comportamentos da Sociedade, em que até mesmo os lugares definidos inicialmente para fins de lazer podem estar atrelados ao trabalho. Para o INE (*apud* LOPES COLÁS, 2003, p. 6), uma residência é secundária

quando é utilizada somente parte de um ano, de forma estacional, periódica ou esporadicamente e não constitui residência habitual de uma ou várias pessoas. Pode ser, portanto, uma casa de campo, praia ou cidade que se usa para férias, veraneio, fins de semana, trabalhos temporários ou outras.

A Segunda Residência é, então, um tipo de imóvel que pode estar localizado não só em áreas litorâneas, mas também em outros locais. A sua característica principal é que deve ser usada ocasionalmente (tal prerrogativa é consenso entre diferentes autores), ou seja, em temporadas de férias, fins de semana, embora o conceito inclua não só a finalidade para o lazer, mas também para o trabalho.

Alguns autores (TULIK, 2001; HIERNAUX-NICOLAS, 2005) definem a Segunda Residência como alojamento turístico (quando são alugados e/ou ocupados por turistas), embora esta não seja a regra para esse tipo de imóvel, pois a maioria dos seus usuários frequentemente retorna para ele por vários anos seguidos, estabelecendo não só vínculo social com os moradores locais, como também um vínculo territorial com o lugar, o que não configura alojamento turístico, uma vez que o turista não cria vínculos com o lugar visitado.

Pesquisa de campo realizada em janeiro e fevereiro de 2012, no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, revela que os residentes temporários frequentam esse local há mais de 20 anos (Gráfico 1), sempre retornando para ali com vistas ao lazer e ao descanso.

Gráfico 1- Anos que o usuário de Segunda Residência frequenta o litoral de Parnamirim e Nísia Floresta

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro e fevereiro de 2012.

O tempo que o usuário frequenta essas áreas está diretamente relacionado à constituição de vínculo social de vizinhança e territorial com o lugar. Isto pode ser demonstrado através de um depoimento espontâneo e informal de veranista, ao ser questionada sobre o “o que o lugar representava para a sr(a)?”. Mesmo a questão sendo fechada, ela respondeu de forma espontânea, antes mesmo de elencarmos os itens:

[...] eu frequento este lugar desde criança, conheço todo mundo aqui, meus vizinhos parecem da família, nos encontramos sempre, todo fim de ano, nas férias, todo fim de semana, amo Pirangi [referência à Pirangi do Norte, praia localizada em Parnamirim], hoje tenho 55 anos e adoro isso aqui, quando eu morrer quero ser enterrada aqui, já disse a meus filhos e a meu marido (VERANISTA EM PIRANGI DO NORTE- PRAIA DE PARNAMIRIM, Jan. 2012).

Logo, o vínculo territorial estabelecido com o lugar, se constitui uma das principais características que envolvem a Segunda Residência.

Fonseca e Lima (2012) elencam além desta, outras características das Residências Secundárias, conforme apresenta o quadro 2:

Quadro 2- Principais características das Residências Secundárias

Características	Comentário
Finalidade	A principal característica das Residências Secundárias diz respeito à sua finalidade: o lazer. Quase todos os autores admitem a característica recreativa desse tipo de imóvel(TULIK, 2001; LÓPES COLÁS, 2003)
Tempo livre	Segundo Assis (2003), outra característica da Residência Secundária é o tempo livre, sendo esta condição essencial para se usufruir do alojamento. Tulik (2001, p.12) complementa colocando que a maior ou menor disponibilidade de tempo livre exerce papel significativo na seleção dos locais para a aquisição desse tipo de domicílio e que a escolha do lugar é definida pela relação tempo-custo-distância.
Temporalidade	Outra característica que possui concordância entre os autores da área é a temporalidade, uma vez que, ninguém reside, permanentemente, em residência secundária (TULIK, 2001; ASSIS, 2003; LÓPES COLÁS, 2003).
Disponibilidade financeira	Uma das condições necessárias para a aquisição desse tipo de imóvel é a disponibilidade de uma renda que garanta além da aquisição também a manutenção de uma Segunda Residência (TULIK, 2001).
Propriedade	Como o IBGE coloca os domicílios de uso ocasional entre os domicílios particulares, ele confere à Segunda Residência um sentido de propriedade, embora tal imóvel possa ser alugado, arrendado ou emprestado. Entretanto, Tulik (2001) acredita que este fato não deveria estar ligado ao conceito operacional da Segunda Residência.
Usuário	Uma característica desse tipo de residência diz respeito ao caráter familiar do seu usuário, que, em geral, consiste em casais com filhos. Observa-se ainda que é elevado o número de aposentados que se utilizam desse tipo de domicílio (LÓPES COLÁS, 2003)
Localização	Outra questão que se apresenta é a localização das Residências Secundárias, podendo estar localizadas na zona urbana ou rural. Segundo Tulik(2001), o contexto cultural explica onde mais provavelmente as Segundas Residências encontram-se localizadas.
Vínculo	A Residência Secundária representa uma relação permanente entre origem e destino, uma vez que existe uma certa regularidade entre saída, chegada e retorno. A frequência possibilita a criação de um vínculo entre o usuário e o lugar onde se localiza a Segunda Residência (EUGENI SÁNCHEZ, 1991; TULIK, 2001; LÓPES COLÁS, 2003)

Fonte: FONSECA e LIMA, 2012.

No que se refere à sua expansão em Natal, a Segunda Residência tem seu ponto de partida no início do século XX, quando o núcleo urbano da cidade de Natal encontrava-se nos bairros da Ribeira, Cidade Alta e Alecrim, e paulatinamente se direcionou para a praia, com a disseminação da prática do banho de mar pelos natalenses, inicialmente por recomendação médica e posteriormente para a prática do lazer, passando a praia a ter fins recreativos e de moradia temporária.

Segundo Silva (2010), antes tais residências ficavam localizadas em sítios, chácaras e fazendas, nos bairros das Quintas, Barro Vermelho e Cidade Nova – nos arredores do sítio urbano – e seus proprietários eram funcionários públicos, políticos, fazendeiros e comerciantes bem sucedidos, pois somente essas pessoas dispunham de capital excedente para a construção e arcar com os altos custos que demandam a manutenção desse tipo de imóvel.

Assim, segundo Fonseca e Oliveira (2012, p. 99) “as primeiras residências secundárias em Natal é anterior a prática do banho de mar e ao uso recreativo da praia, em um período que ainda não vigorava a concepção da praia como local de moradia e lazer”.

No que se refere a esse movimento em direção à praia em Natal, segundo Fonseca e Oliveira (2012, p. 100) este “se inicia nas primeiras décadas do século XX nas Praias de Areia Preta e Praia do Meio (anos 20), posteriormente um núcleo na Redinha (anos 20 - 30) e finalmente em Ponta Negra (anos 40 - 50)”.

As Praias de Areia Preta e Praia do Meio foram as primeiras a serem ocupadas, conforme mostra a Fotografia 1, assumindo a função de lazer, a partir da construção de Segundas Residências dos natalenses.

Fotografia 1- Segundas Residências na Praia de Areia Preta - 1915

Fonte: Miranda, 1999, p. 61

Miranda (1999, p. 60-61), ao relatar como ocorreu o processo de urbanização de Natal, no período compreendido entre 1599-1999, detalha como ocorreu o processo de ocupação ligado ao lazer na Praia de Areia Preta nas primeiras décadas do século XX. Segundo o autor:

Natal desce para Areia Preta [referência ao processo de ocupação], escolhida em 1908 pela resolução nº 115 da Intendência Municipal, para banhos de mar, considerando-a a que melhor condições oferece. O território compreendia a linha divisória que fecha o perímetro da cidade pelo sul [...] Praia de pescadores até 1920, quando foram vendendo os ranchos e os natalenses construindo outros, além de casas de taipa para passar as semanas de calor do verão. Areia Preta foi, legal e oficialmente, a primeira praia escolhida para função balneária. Os bondes elétricos chegavam aí em 1915. Sua História é contada mais pelas festas, serenatas, banhos a fantasia nos carnavais passados. [...]. De 1915 em diante a praia teve casas melhores e a temporada de verão a tornava festiva [...].

Posteriormente à ocupação das Praias de Areia Preta e Praia do Meio, esse processo intensifica-se chegando à Praia de Ponta Negra, entre as décadas de 1960-1980, e posteriormente ocorrendo um extrapolamento da tessitura urbana de Natal para os municípios vizinhos do Litoral Sul, Parnamirim e Nísia Floresta. Tal movimento tem a Segunda Residência como principal objeto de espacialização e indutor de urbanização decorrente do uso recreativo da praia, para fins de lazer.

Assim, a Região Metropolitana de Natal passa a contar, em sua franja litorânea, com uma ocupação e uso do espaço dentro da lógica do lazer, que se deu com a emergência de uma sociedade fortemente urbanizada e hedonista.

Os primeiros indícios de ocupação no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta para fins do lazer dão-se no final da década de 1970 e início da de 1980, com o surgimento dos primeiros loteamentos na faixa litorânea.

É importante mencionar que, nesse período, iniciam-se as políticas de promoção ao turismo no Nordeste Brasileiro, quando a valorização das áreas litorâneas torna-se evidente e a ideia do lazer na praia consolida-se.

Pontes *et al.* (1993, p. 51-52) identificaram, entre o período de 1980-1983, 23 loteamentos em Nísia Floresta - a maioria na Praia de Búzios. No que se refere ao ano de implantação e quantidade dos loteamentos, estes estão distribuídos da seguinte maneira: “1977-1; 1978-1; 1979-7; 1980-8; 1981-1; 1982-2; e 1983-3”.

Já em Parnamirim constatou-se a existência de seis loteamentos, sendo o primeiro deles datado de 1966, em Pirangi do Norte. Segundo os autores (1993, p. 50), em Nísia Floresta “os loteamentos resgatados no cartório local evidenciaram que a localização preferencial dos referidos reportava-se a Pirangi do Norte”.

Tal fato pode justificar a importância que Pirangi do Norte assumiu nas últimas décadas, sendo naquela época uma das primeiras praias a ser ocupada por veranistas, emergindo posteriormente como principal localidade para o turismo.

Além desse dado, convém ressaltarmos que os veranistas constituíram-se no principal e primeiro grupo a dinamizar essa praia, e que, muito cedo, demonstrou uma certa potencialidade turística, por, em seu território, estar localizado o “Maior Cajueiro do Mundo”¹¹, o qual recebe visitantes desde a década de 1950, segundo, o sr. Cardoso, Presidente da Associação de Moradores de Pirangi do Norte- AMOPIN, e as sras. Adalva e Telma (moradoras locais entrevistadas). Tal prerrogativa se confirma com a efetivação do Turismo na área, na década de 1990. Aliado a esses fatores, houve ainda um crescimento da população nessa localidade, devido à infraestrutura de que Pirangi dispõe e à sua proximidade com Natal, o que, inclusive, ocasionou recentemente a construção de vários condomínios fechados de residências permanentes.

Assim Pirangi do Norte tem se destacado ao longo do Litoral por sua potencialidade turística, expansão das Segundas Residências, aumento da população local e crescimento de um comércio diversificado e de serviços para atender às demandas existentes.

¹¹ Ver nota de rodapé explicativa nº 7.

Algo semelhante ocorre em Nísia Floresta, na praia de Búzios, no que se refere a quantidade de segundas residências localizadas nesta praia. O fato de inicialmente, esta praia ter liderado o número de vendas de loteamentos pode justificar a densidade de Segundas Residências nessa área, em comparação com as demais praias do município referido, embora a praia de Barra de Tabatinga tenha adquirido relevância maior quanto à oferta de tipos de comércio e de serviço público e privado.

Conforme dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE sobre as Segundas Residências a partir de 1991, esse tipo de imóvel tem crescido em todo o Rio Grande do Norte, sobretudo nos municípios litorâneos que compõem a Região Metropolitana de Natal.

Analisando-se a totalidade das residências secundárias no Rio Grande do Norte, nos últimos Censos realizados pelo IBGE (1991, 2000 e 2010), a quantidade dos “domicílios de uso ocasional” tem sido crescente ao longo dos três Censos, conforme mostra o Gráfico 2. Em 1991, eram 19.576 residências secundárias no Rio Grande do Norte. No ano de 2000, esse tipo de imóvel subiu para 33.321 unidades, apresentando, assim, um crescimento de cerca de 58% ao longo de nove anos.

No último Censo, em 2010, foram contabilizadas 66.432 residências secundárias, apresentando um crescimento de cerca de 99,37%, superior ao período censitário anterior (1991-2000).

Gráfico 2 - Total de Domicílios de Uso Ocasional no Rio Grande do Norte

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010).

No que diz respeito a municípios litorâneos que compõem a Região Metropolitana de Natal, as Residências Secundárias estão distribuídas da seguinte maneira: Natal, polo da Região Metropolitana e capital do Estado, apresentou, no Censo de 2000, o número de 2.780 de domicílios de uso ocasional. Em 2010, esse número subiu para 5.850 - um crescimento de 110,43% no referido período.

Em 2000, Nísia Floresta, no Litoral Sul do estado do Rio Grande do Norte, possuía 4.971 domicílios de uso ocasional. Em 2010, eram 5.674, apresentando um crescimento nesse período de 64,85%. Em seguida, vem o município de Extremoz, que possuía, em 2000, o número de 2.471 unidades de Residências Secundárias. Em 2010, esse número subiu para 4.354 unidades - um crescimento de 76,20% no período.

Em Parnamirim, o número desse tipo de imóvel correspondia, em 2000, a 1.823 unidades; já no Censo seguinte, em 2010, era 4.018 - um crescimento de 120,41% nesses dez anos.

Por fim, segue Ceará Mirim, com 910 unidades em 2000 e 1.858 em 2010, representando crescimento de 104,17%, conforme apresenta a Tabela 7.

Tabela 7 - Crescimento dos Domicílios de Uso Ocasional nos Municípios Litorâneos da Região Metropolitana de Natal-1991/2000/2010

Municípios	1991	2000	2010	% 1991-2000	% 2000 -2010
Ceará Mirim	579	910	1.858	57,17	104,17
Extremoz	1.223	2.471	4.354	102,04	76,20
Natal	1.452	2.780	5.850	91,46	110,43
Nísia Floresta	2.016	3.442	5.674	70,73	64,85
Parnamirim	887	1.823	4.018	105,52	120,41

Fonte: IBGE 1991, 2000, 2010

Percebemos que o percentual de crescimento dos municípios de Natal e Nísia Floresta, para o período 2000-2010, revela Natal numa posição superior a Nísia Floresta. Isto também ocorre no período entre 1991-2000, quando as Segundas Residências na capital cresceram 91,46%, enquanto em Nísia Floresta esse percentual ficou em 70,73%. Todavia, em números absolutos, é a primeira vez que o número de Segunda Residência de Natal é superior ao de Nísia Floresta - 5.850 e 5.674 unidades - uma diferença de apenas 176.

A partir do Censo de 2010, Natal se equipara às demais capitais nordestinas quanto à concentração de Segundas Residências nas capitais, que geralmente é

superior ao que se passa nos demais municípios. No caso específico de Natal, isto ocorreu devido ao maior número de imóveis lançados no mercado imobiliário, às novas possibilidades de financiamento em adquirir-se um segundo imóvel e, principalmente, ao surgimento da demanda estrangeira.

Podemos destacar também que, em Parnamirim, o percentual de Segundas Residências é superior nos períodos de 1991-2000 e de 2000-2010, quando comparado aos demais municípios litorâneos da RM, chegando esse percentual, no primeiro período, a 105,52% e, no segundo, a 120,41%, ou seja, a mais de 100% em cada um dos períodos.

Outro ponto que pode ser observado a partir da Tabela 7 é que, mesmo o percentual de crescimento das Segundas Residências de Extremoz (Litoral Norte e município que apresenta maior número dessa modalidade de residência depois de Natal e Nísia Floresta), no período 2000-2010, sendo maior do que o de Nísia Floresta, há uma diferença significativa em números absolutos: enquanto Nísia Floresta possui 5.674 residências secundárias em 2010, Extremoz possui 4.354 no mesmo ano. Isto ocorre também nos Censos de 1991 e 2000. Em 1991, Extremoz possui 1.223 unidades e, em 2000, 2.471; já Nísia Floresta possui 2.016 em 1991 e 3.442 em 2000.

Sendo assim, a importância de Nísia Floresta é incontestável no que se refere à significativa expressão de Segundas Residências em seu território.

Comparando o percentual dos domicílios de uso ocasional dos municípios sobre o total da Região Metropolitana de Natal, o Censo de 2010 mostra que o maior percentual de Segundas Residências entre os municípios da Região Metropolitana é o do litoral. A saber, dos dez municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal, cinco são litorâneos. São eles: Natal, Nísia Floresta, Extremoz, Parnamirim e Ceará Mirim.

No Censo de 2010, esses cinco municípios litorâneos somavam 32,74% do total das Residências Secundárias de todo o estado do Rio Grande do Norte, ou seja, quase um terço de todo o conjunto dessa modalidade de residência do Estado, o que ratifica a ideia de valorização e busca pela elite potiguar por espaços litorâneos. Estes concentram-se na RMN, também em função da disponibilidade de uma boa infraestrutura nessa área.

No caso da distribuição dos Domicílios de Uso Ocasional nas praias de Nísia Floresta e Parnamirim, estes concentram-se, em sua maioria, nas praias de

Camurupim, Barra de Tabatinga e Búzios, situadas em Nísia Floresta, e em Pirangi do Norte, praia pertencente a Parnamirim, conforme apresenta a Tabela 8. As praias de Camurupim e Barra de Tabatinga foram as primeiras a serem ocupadas na década de 1980, com a divisão da terra em loteamentos. Atualmente o fácil acesso por vias bem estruturadas até essas praias possibilita a expansão das Segundas Residências, conforme podemos vislumbrar nas fotografias 2 e 3, correspondentes ao processo de ocupação na praia de Barra de Tabatinga em períodos diferentes.

Fotografia 2¹² - Praia de Tabatinga – 1983

Fonte: Acervo particular do sr. Pedro Vitorino

Fotografia 3- Praia de Tabatinga – 2006

Fonte: Acervo particular do sr. Pedro Vitorino

¹² As linhas vermelhas nas fotografias 2 e 3 indicam os traçados das ruas.

Verificamos que as primeiras casas à beira-mar eram de palha ou taipa. Duas décadas depois, deu-se um processo de ocupação da orla mais intensificado e com tipologias diferentes. O processo de expansão das Segundas Residências, também possibilita o crescimento de comércios e serviços no litoral. A área constante na imagem é onde atualmente se encontram pousadas, restaurantes e bares. Entre estes, as pousadas “Porto Parus” e “Ponta de um sonho”, além da petiscaria “Brisa do Mar”, entre outros. Vemos também na imagem apresentada a área de concentração de Segundas Residências.

No que se refere a Pirangi do Norte (Parnamirim), a infraestrutura que essa praia oferece, com bares, restaurantes e entretenimento, confere-lhe um dinamismo maior, no período da alta estação, do que nas demais praias do litoral, tornando-a bastante “badalada”. Some-se a isto o fato da proximidade com Natal (em torno de 12km). Esses fatores são considerados relevantes na escolha do natalense em adquirir uma Segunda Residência em Pirangi do Norte.

A praia de Búzios (pertencente a Nísia Floresta), é a que apresenta o maior número de Segundas Residências (1.623 imóveis) no litoral analisado.

Tabela 8- Distribuição de Domicílios de Uso Ocasional, por praia, nos Municípios de Nísia Floresta e Parnamirim - 2010

Praia	Domicílios de Uso Ocasional
Nísia Floresta	
Barreta	993
Camurupim e Barra de Tabatinga	1.275
Búzios	1.623
Pirangi do Sul	421
Parnamirim	
Pirangi do Norte	1.397
Cotovelo	592
Pium	62

Fonte: IBGE, 2010.

Dados da pesquisa de campo realizada entre janeiro e fevereiro de 2012, no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta¹³, para identificar o perfil desse usuário de Segunda Residência, revelam que a maioria destes é oriunda de Natal, conforme mostra a Tabela 9.

¹³ Pesquisa Segunda Residência, na qual foram aplicados 119 questionários no litoral de Nísia Floresta e 68 em Parnamirim, para identificar o perfil, e utilização de comércios e serviços públicos e privados pelos usuários de Segunda Residência.

Tabela 9- Porcentagem de Usuários de Segundas Residências oriundos de Natal

Município/Praia	% de Usuário de Segunda Residência oriundo de Natal	Número de Questionário Aplicado
Nísia Floresta	70,83	119
Barreta	70,00	30
Búzios	72,73	66
Camurupim	69,23	13
Tabatinga	63,64	12
Parnamirim	70,59	68
Pirangi do Norte¹⁴	70,59	68

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

A maioria desses usuários possui a propriedade da Segunda Residência, sendo esse percentual assim distribuído: 69,17% dos usuários de Segundas Residências em Nísia Floresta detêm a propriedade desta, e 61,76% em Parnamirim idem.

No geral, os usuários de Segundas Residências frequentam a área há bastante tempo - o maior percentual dos entrevistados afirma que são frequentadores daquele local há mais de 20 anos, conforme revela a Tabela 10:

Tabela 10- Tempo que frequenta o lugar para fins de veraneio/lazer/descanso

Período	% Nísia Floresta	%Parnamirim
Até 3 anos	15,00	11,76
3 a 5 anos	10,83	10,29
5 a 10 anos	10,83	7,35
10 a 15 anos	10,00	5,88
15 a 20 anos	19,17	16,18
Mais de 20 anos	33,33	48,53
Não respondeu	0,83	0,00

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

A profissão/ocupação desses usuários de Segundas Residências no geral é bem diversificada, mas, de forma resumida, eles estão distribuídos nas de funcionário público, aposentados, profissional liberal e, em menor percentual, na de comerciante, conforme Gráfico 3:

¹⁴ Em Parnamirim, os questionários foram aplicados somente na praia de Pirangi do Norte devido à concentração de Segundas Residências nessa localidade, em detrimento das demais praias desse litoral.

Gráfico 3- Profissão/ocupação do Usuário de Segunda Residência em Parnamirim e Nísia Floresta

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Podemos destacar no Gráfico 3 o percentual de profissões/ocupações ligadas ao comércio. Percebemos que esse percentual é maior no litoral de Parnamirim, representando 16,18% do total das profissões, enquanto Nísia Floresta apresenta 7,50% - fato que aponta Parnamirim com maior disponibilidade de tipos de comércio e serviço, sobretudo a praia de Pirangi do Norte, a qual se apresenta como a melhor estruturada dentre as demais para receber turistas e residentes temporários.

A faixa salarial desse grupo está entre dois e oito salários mínimos, embora seja importante destacar que, na faixa salarial acima de 12 salários mínimos, Parnamirim apresenta um percentual superior ao de Nísia Floresta, como expõe o Gráfico 4. Então, no geral, a renda do usuário de Segunda Residência do Litoral é uma renda média.

Gráfico 4- Faixa Salarial dos Usuários de Segunda Residência em Parnamirim e Nísia Floresta

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Quanto à escolaridade desse grupo na área analisada, a maioria deles possui o Ensino Superior Completo, sendo esse percentual maior em Parnamirim (38,24%) comparado a Nísia Floresta (30,00%); ou o Ensino Médio Completo, sendo esse percentual maior em Nísia Floresta (29,17%) e em Parnamirim (22,06%).

Tendo em vista os dados coletados sobre o perfil do usuário de Segunda Residência, percebemos que esse grupo dispõe de uma condição financeira favorável, pois, além de seus componentes terem a propriedade da residência permanente, eles possuem também a propriedade da Segunda Residência, conforme revela a Tabela 11.

Tabela 11 – Porcentagem de Usuário de Segunda Residência que possui a propriedade da Primeira e da Segunda Residência

Município	% dos que possuem a propriedade da Residência Permanente	% dos que possuem a propriedade da Residência Secundária
Parnamirim	83,82	61,76
Nísia Floresta	83,33	69,17

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Assim, toda essa lógica de expansão das Segundas Residências, no Estado do Rio Grande do Norte, nos municípios litorâneos da Região Metropolitana e nas praias dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta não foge à regra quando comparada numa escala mais ampla.

No caso, quando se trata do Nordeste, conforme colocam Dantas e Pereira (2010), esse movimento foi liderado por uma elite, que o inicia nas capitais, extrapolando-o paulatinamente para os municípios do seu entorno.

Recentemente, relacionado ao *status* de se ter uma Segunda Residência na praia, a especulação imobiliária incrementa o mercado de terras, caracterizando-se como uma importante fonte de investimentos para alguns. Segundo os autores:

O extrapolamento dos limites das capitais resulta, também, da dinâmica evidenciada por Claval, 2004, na qual a ideia de morar na beira-mar se torna moda para a elite. Denota, pois emergência de processo de especulação imobiliária que incrementa o mercado de terra das zonas de praia [...] desse modo a vilegiatura marítima escapa a tessitura urbana, incorporando áreas litorâneas dos municípios vizinhos das capitais. (DANTAS; PEREIRA, 2010, p. 74)

Assim, a expansão das Segundas Residências nos municípios litorâneos na RMN tem dinamizado essas áreas, pois demandam obras estruturais e serviços diversos. Esses ambientes são ideais para a reprodução do capital, que se beneficia dessas vantagens, reestruturando o espaço urbano, criando novas centralidades e redefinindo outras para atender às suas demandas.

Neste sentido, essas áreas têm se mostrado apropriadas e atrativas para investimentos no Setor Imobiliário, pois, além de possuírem um litoral atrativo, este tem se tornado cada vez mais estruturado no que se refere às políticas locacionais, as quais buscam esses agentes imobiliários. A respeito da concentração do Setor de Comércio em áreas diferentes dos centros tradicionais e que implicam na redefinição das novas estratégias locacionais, Spósito (1998, p.29) diz que

O processo de concentração econômica dos grandes grupos, que atuam no setor comercial e de serviços e daqueles que atuam no setor da produção imobiliária, implica novas escolhas em termos de estratégias econômicas e locacionais, que se expressam na estrutura urbana mudando, [...] as relações entre o centro, as áreas pericentrais e a periferia.

Essa nova dinâmica que apresenta o Litoral na captação de investimento imobiliários pode ser percebida a partir das novas tipologias de imóveis que vêm surgindo no litoral dos municípios de Nísia Floresta e Parnamirim, no que se refere a condomínios fechados tanto para usuários de Segunda Residência quanto para moradores permanentes, atendendo a uma demanda local e estrangeira.

Anterior a essa expansão do Setor Imobiliário no Litoral, por volta de 1980, as casas de veraneio foram construídas ao longo do litoral dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, nas praias de Pirangi do Norte e do Sul, Búzios, Barra de Tabatinga, Camurupim e Barreta, sendo frequentadas principalmente por famílias de Natal, Parnamirim e Nísia Floresta, para passarem os fins semana ou o período de férias, “atendendo a uma demanda local do próprio Estado” (SILVA 2009, p. 8).

Tais Residências Secundárias eram distribuídas isoladamente ao longo do Litoral Oriental Potiguar, nas praias ao sul de Natal, possuindo tipologia simples e em formato horizontal, conforme mostra a Fotografia 4.

Fotografia 4 - Tipologia de ocupação das quadras (1980-1990)- Pirangi do Norte (Parnamirim)

Fonte: Lima; Silva, 2008.

Atualmente, a expansão das Residências Secundárias tem assumido nova expressão no litoral, caracterizado por investimentos que envolvem grandes volumes de capitais internacionais, por produtores e demanda dos bens produzidos procedentes do exterior (europeus), por uma maior diversificação das tipologias dos empreendimentos destinados à Residência Secundária, caracterizados pela produção de condomínios fechados de padrão médio, *resorts* e complexos turísticos, até recentemente não percebidos nessas áreas, como é o caso do Condomínio de Segundas Residências “Residencial Vivenda Paraíso” (ver Fotografia 5), construído por espanhóis. Localizado na praia de Búzios (Nísia Floresta), possui 22 apartamentos e nove chalés, sendo os apartamentos de proprietários nacionais, sobretudo natalenses, e os chalés de espanhóis, que usam os imóveis nas temporadas de férias.

Fotografia 5 – Condomínio de Segunda Residência “Residencial Vivenda Paraíso”

Foto: Elizângela Oliveira – Trabalho de campo (2012).

Com o incremento do litoral dos estados nordestinos promovidos pelas políticas públicas, o desenvolvimento da atividade turística a partir da década de 1990 despontou. Concomitantemente, houve uma expansão das Segundas Residências nessas áreas, de forma que o litoral nordestino está cada vez mais valorizado. Assim o Setor Imobiliário tem percebido um cenário promissor nessa dinâmica, com novas oportunidades de obtenção de lucros. Para tanto, tem se reestruturado para atender às várias demandas que estão surgindo.

Podemos constatar a diversidade reinante, tanto a partir da nacionalidade dos proprietários desses imóveis, podendo esta ser nacional ou estrangeira, quanto no que se refere à permanência ou não no imóvel, uma vez que pode este ser para uso ocasional em temporadas de férias ou para moradia permanente, ou ainda para ser usado como alojamento turístico, quando é alugado apenas em determinados períodos. Segundo Fonseca e Oliveira (2012, p. 96):

A expansão recente desses domicílios está vinculada à associação do capital imobiliário com os negócios turísticos, isto é, os empresários do setor imobiliário encontraram novas oportunidades de negócios nas destinações turísticas e desenvolveram que conjugam alojamentos turísticos e residências secundárias. Se até o final do século XX a produção e consumo desses domicílios era de

âmbito regional/estadual, na fase atual verifica-se a forte presença de investidores estrangeiros tanto na produção como no consumo desses bens imobiliários, cuja finalidade agora não é apenas o lazer e o descanso, mas também oportunidade de negócio em busca de rentabilidade.

Como vemos, a expansão dos negócios imobiliários associados ao Turismo e à Segunda Residência está atrelada à ideia de se fazer um bom investimento, aliando segurança, exclusividade e lazer em áreas de paisagens muito agradáveis, como as litorâneas, e que já dispõem de infraestrutura.

É o caso de alguns empreendimentos encontrados ao longo do Litoral Sul, nos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta. Entre eles podemos citar o “Dunas de Cotovelo” (ver fotografia 6), localizado em Pium (Parnamirim). O condomínio foi construído por franceses, possui 62 unidade e congrega Segundas Residências e Residências Permanentes; e o *Blue Marlin- Resort Spa Recepção* está localizado em Cotovelo (Parnamirim). O empreendimento é de noruegueses e dinamarqueses, constando de 100 unidades e congregando Segunda Residência, hotel, SPA, e área de lazer.

Em Nísia Floresta, há os Condomínios de Segunda Residência “Búzios Dream”, localizado na praia de Búzios, e o Condomínio “Tabatinga Beach Resort” (ver fotografia 7), com 74 unidades, localizado na praia de Barra de Tabatinga, ambos construídos com recursos de noruegueses.

Fotografia 6 - Condomínio “Dunas de Cotovelo” em Pium- Parnamirim

Fotos: Elizângela Oliveira- Trabalho de campo (2012)

Fotografia 7- Condomínio “Tabatinga Beach Resort” em Tabatinga- Nísia Floresta

Foto: Elizângela Oliveira – Trabalho de campo (2012)

Assim, o promotor imobiliário, como agente da reprodução do espaço, se utiliza das benesses naturais que valorizaram o Litoral, como também, as obras infraestruturais que promoveram a facilidade de acesso a essa área - obras estas oriundas de investimentos públicos, para reproduzir capital, ampliando seus lucros.

É importante ressaltar ainda que o Setor Imobiliário, na figura de promotores imobiliários juntamente com outros agentes produtores do espaço, tem papel fundamental na organização e estruturação do destino turístico¹⁵, conforme coloca Clavé (1998, p. 26 - Tradução nossa): “A forma que adota o espaço turístico é resultado da interação entre os agentes que intervêm na sua produção. Os proprietários, os promotores urbanos e os empresários turísticos formam o conjunto produtivo do espaço de destino turístico”.

No geral, não há uma preocupação real por parte de alguns agentes produtores do espaço, sobretudo os agentes imobiliários, que, tendo à frente a lógica capitalista de acumulação, buscam o lucro imediato em detrimento de qualquer preocupação com o impacto posterior à comunidade local. Esta, por sua vez, dificilmente se mostra contrária às ações de investimentos que possam trazer impactos negativos no futuro, de ordem econômica ou social. Geralmente, esse

¹⁵ Cooper *et al.*(1993) definem o destino turístico como a “concentração de instalações e serviços planejados para satisfazer as necessidades dos turistas”.

grupo não pensa nas consequências a longo prazo, e vê os investimentos como o progresso de sua localidade.

O Setor Imobiliário enxerga nesta lógica a ocasião propícia para seus investimentos. Para tanto, tem diversificado sua oferta, para assim atender às diferentes demandas que têm surgido. Nesta perspectiva, Dantas (2010, p. 173) afirma:

No Brasil o setor imobiliário e seus promotores, por meio da valorização social das áreas próximas ao mar, tem se apropriado do discurso do desenvolvimento econômico por meio da atividade turística, criando o turismo imobiliário e ou turismo de segunda residência, a partir construções de condomínios fechados e prédios para atender não apenas uma demanda nacional, mas principalmente a uma demanda internacional.

Como fica evidenciado, o mercado imobiliário se intensifica e incorpora cada vez mais áreas próximas à faixa de praia, utilizando-se de discursos que atraem os mais variados públicos.

Essa expansão do Setor Imobiliário, todavia, também precisa ser repensada no que se refere às ações de planejamento urbano para a área em foco, pois cada vez mais as construções estão mais próximas da beira-mar, desconsiderando, inclusive, os parâmetros urbanísticos do planejamento. Algumas delas frequentemente constroem barricadas de rochas ou de outros elementos, numa tentativa, quase sempre frustrada, de impedir que o mar avance sobre seus imóveis.

Uma ação efetiva de planejamento urbano contribuiria igualmente para uma melhor qualidade de vida para os habitantes locais, que cada vez mais estão residindo em áreas afastadas do mar, o que dificulta até mesmo aquilo que diz respeito às embarcações dos pescadores dessas áreas, que precisam de um local próximo ao mar para deixar suas embarcações.

Segundo Miller (2002, p. 98), em sua análise sobre os vários aspectos da organização social dos habitantes de Barra de Tabatinga, em Nísia Floresta, “A especulação imobiliária passou a constituir-se um dos maiores problemas da urbanização sem planejamento no litoral norte-rio-grandense, por sua rápida disseminação no espaço e suas consequências negativas”.

De fato esse processo da especulação imobiliária, sobretudo aliado à atividade turística, tem se constituído fator de preocupação dos planejadores, que, efetivamente se preocupam com as consequências negativas da falta de

organização do espaço, quando os princípios e pressupostos do planejamento são desconsiderados e desrespeitados. Não nos referimos à organização técnica dos objetos geográficos ou à estética, mas às consequências do ponto vista das relações socioambientais no espaço.

A especulação imobiliária no Litoral se dá concomitantemente ao desenvolvimento da atividade turística nesse espaço, a qual se inicia na década de 1980.

Até a década de 1970, ainda segundo o estudo de Miller (2002, p. 53), as terras do Litoral não eram valorizadas até a década de 1970, e “só começaram a ser valorizadas por turistas e veranistas a partir de 1985, com a pavimentação da estrada”¹⁶. Para os habitantes locais, a terra possuía apenas valor de uso: era essencialmente da terra que eles tiravam o sustento, através das atividades de agricultura de subsistência - fato de que o Setor Imobiliário soube aproveitar-se bem, ao comprá-la dos habitantes locais por preços baixíssimos.

2.5 O desenvolvimento da atividade turística

Percebemos, portanto, que o crescimento das Segundas Residências se dá concomitantemente e nas mesmas áreas de desenvolvimento do Turismo, possibilitado pela implementação de infraestrutura nessas áreas litorâneas.

A partir da década de 1990, sequencial e concomitantemente ao crescimento desse tipo de residência, o desenvolvimento da atividade turística no Litoral Potiguar possibilitou uma desconcentração mais evidente, tendo em vista que, enquanto a maior parte das atividades econômicas desenvolvia-se no Polo Metropolitano de Natal, o Turismo o fazia a partir dos atrativos existentes nos municípios litorâneos do entorno de Natal, dentre os quais, os municípios de Parnamirim, Nísia Floresta, Extremoz e Ceará Mirim, uma vez que é neles que se encontra a condição inicial para o desenvolvimento da atividade, qual seja: a das belezas naturais. Aliás, em tais municípios é que estão localizados alguns dos principais atrativos turísticos do Polo “Costa das Dunas”¹⁷, a saber:

¹⁶ A estrada a que se refere a autora é a atual Rodovia RN063.

¹⁷ O Polo “Costa das Dunas” foi instituído pelo Decreto Estadual nº 18.186, de 14 de abril de 2005. Atualmente é formado pelos 21 municípios que estão ao longo do Litoral Norte e Oriental Potiguar: Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará Mirim, Extremoz, Goianinha, Macaíba, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pedra Grande, Pureza, Rio do Fogo, São Gonçalo

- Parnamirim, onde se tem as praias de Cotovelo e Pirangi do Norte, com o “Maior Cajueiro do Mundo”¹⁸ nesta última - um dos principais atrativos para o turista.
- Nísia Floresta, com as praias de Barreta, Camurupim, Barra de Tabatinga, Búzios e Pirangi do Sul, além de campos dunares e de um complexo de 23 lagoas, das quais, as mais visitadas pelo turista são a de Arituba, a do Bonfim, a de Boa-Água e a do Carcará;
- Extremoz, onde se têm as praias de Pitangui e Genipabu - esta última com lagoas e dunas exuberantes,
- Ceará Mirim, com belas praias, como as de Muriú e Jacumã, além das lagoas de Jacumã e dos campos dunares.

Sabe-se que as belezas naturais por si sós não desenvolvem o Turismo, visto ser necessário infraestrutura mínima de hotéis, além de restauração e entretenimento, para que o turista se sinta atraído e queira permanecer no local visitado. Esses municípios litorâneos, como bem se constatava, embora ricos em recursos naturais, eram defasados quanto a uma infraestrutura mínima para receber o turista.

Neste sentido, na década de 1980, com a intenção de diversificar a economia do Nordeste Brasileiro, o Governo Federal inicia a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo em algumas regiões no Brasil. Entre essas políticas estão o “Política Nacional de Turismo-1996/1999”, que se constitui em uma política pública federal para o segmento turístico, que deu origem ao Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR.

No estado do Rio Grande do Norte, as primeiras tentativas de investimentos em obras de infraestrutura para o desenvolvimento do Turismo ocorrem com a implantação do Megaprojeto Turístico “Parque das Dunas/Via Costeira” – PD/PV – e do “Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte” – PRODETUR I-RN.

do Amarante, São José de Mipibu, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Touros e Vila Flor. O referido Polo é um dos 16 Polos Turísticos do Nordeste que foram formados a partir das parcerias entre os governos estaduais e o BNB. Os municípios que foram agrupados para formar cada polo o foram a partir de suas potencialidades turísticas, com o objetivo de promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do Turismo nessas áreas.

O primeiro, idealizado a partir do final dos anos de 1970 e implantado na segunda metade dos anos de 1980, ligou as duas praias urbanas de Natal - Areia Preta e Ponta Negra - através da estrada Via Costeira. Embora o projeto visasse à construção de hotéis ao longo da rodovia para impulsionar a atividade turística no Estado, essa via também possibilitou uma ocupação mais densa de Ponta Negra.

O segundo - o PRODETURN I-RN - foi implementado na década de 1990, abrangendo uma área bem mais ampla, caracterizada por ser litorânea - a dos municípios de Ceará Mirim, Extremoz, Natal, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul, dos quais, os cinco primeiros integram a RMN.

O referido Programa teve relevância quanto à implantação de algumas obras de infraestrutura posteriormente tornadas importantes para o incremento do Turismo. Dentre estas, destacam-se os investimentos em saneamento básico (água e esgoto); na ampliação e modernização do Aeroporto "Augusto Severo" - que teve sua inicial área construída de 2.970m² ampliada para 10.300m² - o mesmo se dando com a área do estacionamento, que comportava apenas 130 veículos e passou a ter capacidade para 475 vagas; como também os investimentos no componente transporte, com a construção e melhorias de estradas, conforme consta o Quadro 3:

Quadro 3- Investimentos do PRODETUR I no componente transporte nos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta.

Ação	Local	Descrição	Valor em R\$	Estágio
Rodovia Nova Parnamirim/ Rota do Sol	Parnamirim	Implantação de 2,96 km de rodovia	191.555	Obra Concluída
Entroncamento RN 313/Nova Parnamirim	Parnamirim	Implantação de 8,68 km de rodovia	529.175	Obra Concluída
Rodovia Nova Parnamirim/Entroncamento BR 101	Parnamirim	Implantação de 3,65 km de rodovia	312.016	Obra Concluída
Rodovia RN 313 - Pium/BR 101	Parnamirim	Implantação de 14,57 km para acesso às praias do Litoral Sul	744.123	Obra Concluída
Rodovia RN 063 - Pirangi Sul/ Barra de Tabatinga	Nísia Floresta	Implantação de 9,69 km de rodovia para prolongamento da Rota do Sol	859.102	Obra Concluída
Rodovia RN 063/ binário de Pirangi do Sul	Nísia Floresta/ Parnamirim	Implantação de 2,54 km de rodovia Inclui ponte com 35m	819.520	Obra Concluída
Rodovia RN 063 – Tabatinga/ Barreta	Nísia Floresta	Implantação de 7,32 km de rodovia para prolongamento da Rota do Sol	999.221	Obra Concluída

Fonte: PDITS¹⁹

Desses investimentos, tanto as melhorias das vias de acesso quanto as do saneamento básico são também importantes para a refuncionalização do território, de que trataremos adiante. Além das obras estruturais realizadas com os recursos provenientes do PRODETUR I, outras obras igualmente importantes foram realizadas pelo Estado para promover o Turismo nos municípios do Polo “Costa das Dunas”.

As obras, que envolvem os municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, são: a construção da via da BR-101/Nísia Floresta, que teve um custo de R\$ 98.462, no componente saneamento básico houve a ampliação da SAAE²⁰ de Nísia Floresta e Parnamirim, que custaram R\$ 136.472 e 919.381 respectivamente, totalizando um investimento de R\$ 1.055.853.

¹⁹ Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

²⁰ Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Já mais recentemente, na última década, surge o PRODETUR II²¹, que, assim como o PRODETUR I, tem como agente financiador o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e recursos dos Estados. O Programa de Desenvolvimento do Turismo em sua fase II tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida da população que reside nos polos turísticos situados nos Estados que estão inseridos no Programa, segundo o BNB, visando:

- ao aumento das receitas provenientes da atividade turística;
- à melhoria da capacidade de gestão das receitas por parte dos Estados e Municípios;
- ao desenvolvimento turístico auto-sustentável e responsável nas áreas a serem beneficiadas pelo Programa;
- à melhoria da qualidade de vida das populações fixas dos municípios a serem beneficiados, por meio de incremento dos postos de trabalho e renda;
- ao aumento da acessibilidade da população aos serviços urbanos e à melhoria da gestão municipal sobre o uso e ocupação do solo, o meio ambiente e o crescimento da atividade turística;
- à sustentabilidade às ações realizadas no âmbito da primeira fase do PRODETUR/NE, antes de expandir a atuação para novas áreas turísticas.

Embora a ênfase do PRODETUR II seja a melhoria da qualidade de vida da população local, a partir de investimentos direcionados à Gestão Turística e à qualificação profissional da população para atingir uma de suas metas - o incremento dos postos de trabalho e renda dessas pessoas -, o PRODETUR II se constitui em uma continuação da Fase I do Programa, tendo em vista que a maioria dos seus investimentos continuou no quesito infraestrutura, conforme revela a Tabela 12.

²¹ No Rio Grande do Norte, os investimentos do PRODETUR II serão para os municípios que compõem o Polo “Costa das Dunas”. Já O PRODETUR NACIONAL beneficiará, além dos municípios que compõem o Polo “Costa das Dunas”, os que compreendem o Polo “Costa Branca” e o Polo “Seridó”.

Tabela 12- Investimentos por componente do PRODETUR II - rn

Componente	BID		CONTRAPARTIDA		TOTAL	
	US\$*	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
Fortalecimento da capacidade municipal de Gestão do Turismo	57.769	89.860	1.208.596	1.879.792	1.266.366	1.969.832
Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Turismo	21.229.584	33.022.618	18.414.953	28.644.459	39.644.537	61.667.077
Promocão de investimentos privados	-	-	330.992	514.858	330.992	514.858

Fonte: SETUR-RN, 2004

*Taxa de câmbio (29.07.11) US\$ 1,00 = 1,55

O segundo componente, particularmente nos interessa, porque foi estruturado visando diretamente à ampliação da demanda turística, por meio de subcomponentes que contemplam a infraestrutura das localidades inseridas no Programa, como a construção de rodovias e pontes, saneamento básico nas comunidades, etc. Um exemplo disto são as obras de esgotamento sanitário das praias de Pirangi, Cotovelo e Pium (concluídas em 2013), localizadas em Parnamirim; o projeto de execução da urbanização das orlas de Pirangi do Norte e Cotovelo; como também a recuperação de áreas degradadas das rodovias binário de Pirangi do Sul- Nísia Floresta e da RN 313, em Nova Parnamirim, que dá acesso às praias de Parnamirim.

O PRODETUR NACIONAL²², posterior ao PRODETUR NORDESTE em suas duas etapas, também prevê ações importantes no componente de infraestrutura e serviços básicos no município de Nísia Floresta, sobretudo no que diz respeito à construção de algumas vias de acesso. Entre elas:

- Implantar acesso de entrada da RN 313(Pium)/Alcaçuz /Entr. Vicinal Nísia Floresta, com extensão de 7,5km;
- Implantar acesso de entrada Entr. BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/Entr. RN 063 (Pirangi), com extensão de 16 km;
- Implantar acesso Entr. RN 063/Lagoa de Arituba, e extensão de 2 km.

²² O PRODETUR NACIONAL prevê a continuação de ações com vistas a completar e complementar as ações do PRODETUR NORDESTE em suas duas etapas.

Assim, o fato de os atrativos turísticos estarem nos municípios do entorno do polo metropolitano de Natal, como também as políticas públicas de desenvolvimento do Turismo, sobretudo no que se refere às melhorias de infraestrutura, terem chegado até esses municípios, possibilitando uma melhor acessibilidade ao Litoral Sul Potiguar, contribuíram não só para a consolidação do Turismo na área, mas também para o aumento da população e de Segundas Residências nas áreas de praia.

Neste sentido, Fonseca e Costa (2004) consideram esses projetos turísticos como os principais fatores que direcionaram a urbanização para o sul de Natal e posteriormente para os municípios do seu entorno no Litoral Sul:

[...] A implementação do PD/PV, que consistiu um eixo viário estruturante ligando a praia de Ponta Negra à praia de Areia Preta, objetivou a implementação de infraestrutura hoteleira e definiu o eixo da expansão para a urbanização turística em direção à Zona Sul de Natal. Posteriormente, a implantação do PRODETUR/RN consolidou a referida expansão, através da implementação de infraestrutura básica, tais como, saneamento e iluminação, além da implantação de outros equipamentos urbanos, contribuindo ainda mais para a valorização do solo (FONSECA; COSTA, 2004, p. 29).

Logo, os projetos turísticos mencionados anteriormente foram fundamentais para a estruturação das áreas litorâneas, promovendo a urbanização no Litoral.

Decorrentemente dos fatores acima mencionados, sobretudo devido à implantação de infraestrutura, ocorre nessa área litorânea a refuncionalização do território. A melhoria das vias de acesso até às praias de Parnamirim e Nísia Floresta constitui um dos principais fatores que deram condições materiais para a ocupação e o espraiamento urbano do Litoral.

A melhoria dessas vias possibilitou a expansão das Segundas Residências e da atividade turística, como também a refuncionalização do território, onde esse tipo de imóvel tem se transformado em residências permanentes, constatado pelo aumento desses últimos tipos de domicílio nas áreas de praia.

O encurtamento da distância entre Natal, Parnamirim e Nísia Floresta ocorre, sobretudo, devido à implantação de alguns equipamentos e de uma infraestrutura como a construção da RN 063, que conecta Natal à Parnamirim, estendendo-se ao longo do litoral até o município de Nísia Floresta (ver Mapa 4). Além dessa via, que se constitui na principal via de acesso às praias desses municípios, podem-se

destacar, conforme coloca Fonseca (2005), “as estradas RN 313-Nova Parnamirim, BR 101-Nova Parnamirim (Parnamirim) e a estrada binária de Pirangi (Nísia Floresta)”, que contribuíram para esse fim.

Outro fator relevante é o redesenho das rotas de ônibus do transporte coletivo urbano ou do transporte alternativo, que permite rápido deslocamento entre os municípios, como também o crescimento da infraestrutura básica de água e esgoto, energia e saúde, comércios e serviços, que tem estruturado o litoral desses municípios, dando condições para que as Residências Secundárias acabem por se transformar na primeira residência, ou seja, na residência permanente.

A ampliação da infraestrutura de circulação pelo sistema de rodovias que se inicia em Natal e segue em direção ao litoral de Parnamirim e Nísia Floresta facilitou o acesso até às praias, possibilitando o aumento, nessas áreas, não só das Segundas Residências e do fluxo de turistas, mas também da população de praia (ver Tabela 13).

Tabela 13- Evolução da População nas Praias – 2000/2010

Praia	2000	2010	%2000-2010
Nísia Floresta			
Barreta, Tabatinga e Camurupim	938	1.641	74,95
Búzios e Pirangi do Sul	1.951	1.982	1,59
Parnamirim			
Pium	2.238	2.694	20,37
Cotovelo	168	788	369,04
Pirangi do Norte	2.413	2.955	22,46

Fonte: IBGE, 2010

Percebemos, no período correspondente ao período censitário 2000-2010, que as populações das praias de Cotovelo, em Parnamirim, Barreta, Tabatinga e Camurupim, em Nísia Floresta, foram as que mais cresceram. Tal fato pode ser justificado pela melhoria das vias entre essas praias e Natal, o que encurtou as distâncias, e diminuiu o tempo até essa capital, além do que essas praias e sobretudo Tabatinga dispõem de boa infraestrutura de tipos de comércio e de serviços, tanto públicos quanto privados.

Nos Mapas 2 e 3, verifica-se que Parnamirim e Nísia Floresta estão divididos pelos Setores Censitários e que o seu litoral também concentra elevada quantidade de domicílios permanentes, igualando-se - algumas vezes ultrapassando - às áreas próximas à sede administrativa dos municípios.

Mapa 2 – Distribuição dos Domicílios Particulares Permanentes em Parnamirim

Fonte: IBGE- Sinopse do Censo 2010

Mapa 3- Distribuição dos Domicílios Particulares e Permanentes em Nisia Floresta

Fonte: IBGE- Sinopse do Censo 2010

Ainda sobre a importância das vias de circulação, estas são fundamentais para o deslocamento e fixação das pessoas em determinados locais, além de proporcionarem uma extensão dos centros urbanos principais para o seu entorno, dando, muitas vezes, origem a subcentros.

Logo, os sistemas de comunicação por estradas em direção às praias do Litoral Sul e a expansão de tipos de comércio e serviços públicos e privados, sobretudo, no município de Parnamirim – o mais próximo a Natal - permitiram a refuncionalização do território, anteriormente usado quase somente para atividades de lazer nos fins de semana e férias.

2.6 Urbanização no Litoral Sul Potiguar

Para a análise até aqui empreendida, colocando a expansão das Segundas Residências e do desenvolvimento da atividade turística como indutora de urbanização no Litoral Oriental Sul Potiguar (sendo essas atividades consideradas expressões de lazer no Litoral), faz-se importante neste momento elencarmos as características desse processo de urbanização.

A urbanização pode ser abordada e conceituada de diversas maneiras. Todavia, não há um conceito que englobe as várias características que indicam um processo dessa ordem. E mais: a definição de tal conceito também foi sendo modificada ao longo dos anos, de acordo com os processos históricos.

Dada a essa variabilidade de abordagem, a urbanização pode ser vista a partir do crescimento da população urbana em relação à população rural e a partir do aumento da taxa de urbanização (SANTOS, 2008). Já outros pesquisadores relacionam o urbano com o modo de vida, a cultura urbana, como é o caso do sociólogo Manuel Castells (1983, P. 46), para quem:

O termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como a existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana.

Outros estudiosos do tema, por sua vez, consideram a urbanização como um “processo de implementação de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, importantes e fundamentais para a vida nas cidades, estando mais voltado para o

espaço construído” (Spósito, 1991, p. 26), ou ainda pode ser “entendida como processo social que abrange relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, se constituindo num processo dinâmico e histórico inerente a cada sociedade urbana” COSTA (*apud* COSTA, 2004, p. 26).

Harvey (2005, p. 167-168) define a urbanização como

[...] um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. [...] o conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais, que denomino urbanização, produz diversos artefatos: formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distintiva.

Percebemos, assim, que a diversidade de conceitos torna o fenômeno analisado ainda mais complexo. Embora consideremos em nossa análise as proposições acima acerca do tema, uma vez que identificamos na área analisada o crescimento populacional, a implementação de infraestrutura urbana e a cultura urbana, analisamos as práticas espaciais e os processos sociais no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta. No entanto, no que se refere a esse litoral, as características mais evidentes apontam para um tipo específico e particular de urbanização própria dos espaços turísticos: a urbanização turística. Assim:

A urbanização turística faz referência, pois, aos processos pelos quais se tem desenvolvido áreas urbanas com a finalidade fundamental de produzir, vender e consumir serviços e bens que produzem prazer aos residentes temporários. Simbolicamente esses espaços são extraordinários por parte de seus usuários. (CLAVÉ, 1998, p. 25 – Tradução nossa)

A urbanização turística, assim como a urbanização convencional, é, como vemos, caracterizada pela diversidade de serviços que oferece, embora a diferença esteja no fato de que, nos espaços turísticos, esses serviços são “produzidos”, vendidos e consumidos por turistas, ou seja, a produção desse espaço é para fins turísticos. É nele que ocorre o consumo de paisagens, de bens e serviços pelo turista, sendo, assim, um espaço fundamentalmente destinado ao lazer. Neste sentido, Luchiari (2000, p. 108) diz:

As cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque são organizadas não para a produção, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens. Enquanto - desde a Revolução Urbana – as cidades eram construídas para a produção e para as necessidades básicas, essas cidades erguem-se unicamente voltadas para o consumo e para o lazer.

Isto ocorre porque em cidades turísticas, o turista deseja encontrar nos lugares turísticos²³, em suas temporadas de férias, novas paisagens e realizar atividades diferentes das vivenciadas em seu cotidiano, além de almejar consumir serviços de qualidade no nível dos encontrados na cidade onde reside. No caso das destinações “sol e mar”, Sánchez (1991, p. 234) aponta que, “na maioria dos casos, o turista é um “urbanita” que espera encontrar algo similar ao que dispõe em seu lugar de residência habitual, mas também um espaço de ócio-sol-praia”.

A urbanização turística trata-se de um tipo de urbanização singular, pois ela tem características diferenciadas da urbanização convencional: enquanto a produção do espaço urbano convencional deve atender às necessidades coletivas de lazer, saúde, educação, a cidade turística busca atender quase que exclusivamente às necessidades dos turistas, conforme coloca Clavé (1998, p. 27 – Tradução nossa):

Tendo em conta que o elemento central do turismo é o consumo de um tipo de bens e serviços que tem principal objetivo sensação de bem-estar em um entorno diferente do habitual, a diferença das cidades desenvolvidas durante os séculos anteriores, a urbanização das cidades turísticas buscam atender –teoricamente- a necessidade de satisfazer a vontade de consumo supérfluo das pessoas- o ócio – em lugar de suas necessidades de consumo coletivo.

Os espaços turísticos, quando não bem planejados, para atender a uma demanda durante todo o ano, passam boa parte dos meses do ano quase abandonados ou parcialmente ocupados. Somente no período da alta estação (dezembro a fevereiro) é que atraem um maior número de turistas e ganham novos reparos e maiores cuidados na iluminação, segurança pública e oferta de alguns serviços - estes, na maior parte do ano, precários para atender às necessidades da população local residente. Tal afirmação pode ser confirmada através de entrevista

²³ Segundo Cruz (2001, p. 7), a expressão “Lugar Turístico” é utilizada para se referir a lugares que foram apropriados pela prática social do Turismo, como também a lugares considerados potencialmente turísticos.

concedida pelo Secretário de Obras de Nísia Floresta, o sr. George Wilson: “No período que antecede à alta estação, há a pintura do meio fio [...] a Secretaria dá uma ênfase maior na iluminação pública. Na baixa estação, essa manutenção é realizada através de ligações da população residente que liga e faz a reclamação”.

A cidade turística também se caracteriza por ser destinada ao consumo de bens e serviços supérfluos e intangíveis, uma vez que o turismo em si não é uma necessidade básica do ser humano, como alimentação, saúde e educação. Convém ressaltarmos que, embora o lazer em si se constitua uma necessidade básica, o turismo não o é, visto não se constituir na única forma de se ter lazer.

Outra característica igualmente importante da cidade turística é a sua flexibilidade: pode ser sempre modificada para se tornar cada vez mais atraente para os turistas, sempre na busca de se diferenciar entre os demais destinos. Segundo Luchiari (2000, p. 108):

A urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica em função desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer (Grifo da autora).

Na maioria das vezes essa urbanização turística ocorre sob a lógica da “parceria” entre o Setor Público e o Privado, em que aquele investe na implementação de infraestrutura básica, como água, energia, saneamento básico, pavimentação das ruas, na construção ou melhoria das vias de acesso a esses locais, além dos incentivos generosos para que as empresas invistam capital em seus territórios. Estas geram empregos e mantêm a população “satisfeita”. A essa relação entre o público e o privado Harvey (2005, p. 170) chamou de “novo empreendedorismo”, o qual “tem como elemento principal a noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamentos diretos ou novas fontes de emprego”.

Na maioria das vezes, esses lugares são construídos com base no discurso de desenvolvimento econômico para a comunidade local. No entanto, esta continua a ocupar as vagas do subemprego e os lucros reais nem sempre retornam diretamente para essa comunidade. Harvey (2005, p. 171), discutindo a respeito da

melhoria da imagem de cidades como Baltimore, em função da atividade turística, destaca o seguinte:

A construção de tais lugares talvez seja considerada uma maneira de obter benefícios para populações numa jurisdição específica. De fato, essa é a alegação principal do discurso público elaborado para justificá-la. No entanto, geralmente, sua forma torna indiretos todos os benefícios, e, possivelmente, resulta maior ou menor em escopo do que a jurisdição em que se encontra. Os projetos específicos a um determinado lugar, também têm o hábito de se tornarem foco da atenção pública e política, desviando a atenção e até os recursos dos problemas mais amplos, que talvez afetem a região ou o território como um todo.

Embora os lugares turísticos sejam reconhecidos como aqueles que captam muitos investimentos, nem sempre isto significa melhoria efetiva das condições de vida da população local. Além do quê, esses investimentos concentrados em apenas uma base econômica acompanham certo risco e tornam essa economia muito frágil, já que, em crises econômicas, ela pode ter consequências sociais bastante negativas.

Logo, as cidades turísticas não fogem à regra da lógica de produção capitalista. Ao contrário, enfatizam essa lógica, tendo em vista que são um espaço produzido pelas esferas públicas e privadas para atender às demandas do capital - um espaço produzido para usos e acessos diferenciados pela Sociedade.

Neste sentido, Carlos (2011, p. 64) coloca que

[...] A produção do espaço se insere, assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo produto dessa produção em mercadoria. A lógica do capital fez com o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca e, com isso, passasse a determinar os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros da sociedade. [...] trata-se, também, do momento histórico em que a expansão da mercadoria penetra profundamente na vida cotidiana, reorientando-a sob sua estratégia. É a ocasião em que a propriedade privada invade a vida de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, encerrando numa prática socioespacial limitada pela norma como forma legítima de garantir os acessos diferenciados aos bens produzidos.

Assim, a cidade turística é um espaço produzido que se transforma essencialmente em mercadoria: a ele tem acesso quem pode pagar para tal. É o lazer como expressão máxima da lógica capitalista, a partir da qual ficam claras as normas que legitimam o acesso a determinados bens ou serviços.

Outro ponto a se destacar na área analisada refere-se às características morfológicas da urbanização e às relações entre as cidades que compõem a rede urbana do entorno de Parnamirim e Nísia Floresta.

O processo de urbanização tem seguido as principais vias de acesso ao litoral, ou seja, tem ocorrido, ao longo do litoral, de forma estendida, tendo em vista que tanto a expansão das Segundas Residências quanto a do Turismo ocorrem no litoral e, conseqüentemente, os fluxos demandados por esses dois processos é que definem os vetores de expansão do tecido urbano em direção ao Litoral Oriental Sul Potiguar.

Alguns autores têm discutido os novos processos que redefinem as morfologias urbanas (GOTTDIENER, 1993; DEMATTEIS, 1998; HERNANDÉZ, 2006; MONTE-MÓR, 2006) caracterizadas pela extensão e espraiamento dos tecidos urbanos. Spósito (2009, p. 43) coloca que:

A urbanização difusa pode ser vista mais como tempo do que espaço, ou seja, são as novas temporalidades urbanas, dadas pela ampliação das novas tecnologias, que possibilitam a ocupação de tecidos urbanos cada vez mais extensos e em descontínuo à cidade, cuja morfologia era mais integrada ou compunha, em algum nível, uma unidade formal e de funcionamento.

Verificamos ainda que, embora a centralidade que Natal exerce enquanto capital do Estado seja indiscutível, tanto no que refere a equipamentos turísticos, quanto à variedade de comércio e serviços, superiores aos da área litorânea, a relação entre Natal-Parnamirim-Nísia Floresta ocorre de forma complementar e não se constitui em uma hierarquia rígida.

Em 1933, o geógrafo alemão Walter Christaller formulou a teoria das localidades centrais, explicando a relação existente entre os núcleos urbanos e as redes que se estabeleciam entre eles. Naquele momento, a teoria se constituiu na tábua de salvação para muitos estudiosos do urbano, inclusive geógrafos. No entanto, essa teoria tem sido reavaliada em face às mudanças decorrentes do desenvolvimento do capital nas sociedades.

Segundo Corrêa (2010, p. 41), a teoria de Christaller, em proposições gerais

[...] traduz-se, em uma região homogênea e desenvolvida economicamente, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços oferecidos pelos estabelecimentos

do setor terciário e pela atuação espacial. Essa hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto de semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito a dimensão territorial e ao volume de população. Os mecanismos fundamentais que atuam gerando essa hierarquia de centros são, de um lado, o alcance máximo e, de outro, o alcance espacial mínimo.

Logo, na referida teoria, os núcleos urbanos tinham papéis muito bem definidos, exercendo uma rígida hierarquia. O núcleo urbano ou cidade, que dispunha de um Setor Terciário altamente especializado e desenvolvido, subordinava um outro centro de relevância menor a partir destas características, que subordinavam outro ainda menor e assim sucessivamente. Esses centros também possuíam um nível de alcance maior ou menor, de acordo com sua relevância e posição nessa hierarquia. Alguns possuíam um campo de influência maior do que outros.

Ocorre que as mudanças promovidas pelo avanço do capital, com a inserção de novas lógicas de produção, de circulação e consumo, aliadas às redes de informação que estão cada vez mais desenvolvidas, vêm fazendo com que esse modelo de centralidade hierárquica não mais dê conta de toda a complexidade que têm apresentado os núcleos urbanos.

O geógrafo Francisco Antônio dos Anjos e a arquiteta Lisete Assen de Oliveira propõem a adequação dos estudos sobre o urbano, tentando entender os sistemas urbanos a partir da coexistência de “redes rígidas, sistemas multipolarizados e radiais” (ANJOS; OLIVEIRA, 2009, p. 198), pois, mesmo parecendo tão opostas à teoria das localidades centrais e à ideia de dispersão urbana, elas devem ser vistas de forma integrada e complementar, já que essas novas morfologias urbanas têm se apresentado em diversas áreas no Mundo, seja na Itália, em Portugal, na Espanha ou no Brasil, conforme colocam Anjos e Oliveira (2009, p. 198):

Essas novas morfologias presentes na metropolização atual, com conurbações intensas e descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas, são percebidas em vários espaços brasileiros [...]. Nestes territórios urbanizados, as lógicas de produção dos espaços vêm promovendo a dispersão urbana que tende a aumentar a metropolização do espaço. A difusão do modo de vida urbano pelo território, além disso, produz novas hierarquias urbanas, as quais menos rígidas, promovem sistemas urbanos complexos. (ANJOS & OLIVEIRA, 2009, p. 198)

Não pretendemos afirmar que o litoral de Parnamirim e Nísia Floresta é produto de uma urbanização difusa, o fato é que muitos são os estudos empreendidos a este respeito nos países europeus. Alguns estudiosos do urbano no Brasil, por exemplo, já apontam algumas cidades brasileiras como exemplo desse tipo de urbanização. Novas reflexões, contudo, são necessárias para se procederem a uma análise mais fiel da realidade das cidades nordestinas.

3 A DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS EM ÁREAS TURÍSTICAS

3.1 Os Serviços: Características Gerais

As áreas turísticas necessitam de uma infraestrutura básica, de variedade de tipos de comércio e serviços, de investimentos em infraestrutura turística que deem suporte à atividade do turismo. Conforme colocamos na discussão anterior, os lugares turísticos são alvos de investimentos públicos e privados, com o intuito de atrair turistas e novos investimentos.

Assim, os municípios analisados, ao longo dos anos, foram se estruturando para atender à demanda dos turistas e dos usuários de Segunda Residência, dinamizando seu Setor de Serviços e Comércios, conforme veremos mais adiante.

A literatura sobre o Setor de Serviços e suas características é muito confusa, devido à amplitude do conceito. Por essas dificuldades, que vêm se prolongando, as abordagens conceituais apresentaram quase exclusivamente definições reducionistas, como: “o setor de serviços abrange tudo o que não está incluído na produção extrativa e de transformação”; ou “são aquelas atividades econômicas que não podem ser atribuídas nem ao setor primário (agricultura, mineração) nem ao setor secundário (indústria)”; ou ainda definições meramente enumerativas, que afirmam que as profissões ou as organizações de serviços “abrangeriam o comércio, bancos, seguros, a administração pública e empresarial, sistemas de saúde, de ensino e judicial” (OFFE, 1991, p.11-14).

Percebemos que as tentativas de definições das atividades de serviços a partir de características como: “alta exigência de formação à força de trabalho”, “possui um grau especial de interação no trabalho”, “uso intensivo de informações e tecnologias”, “elevada participação da força de trabalho feminino”, sempre fracassaram, pelo fato de captarem apenas as especificidades de uma parte das atividades classificadas como serviços. Além do quê, o Setor de Serviços no passado não tinha a importância que assumiu perante a Sociedade Contemporânea, onde novas formas de consumo têm buscado os mais variados suportes e ocasionado mudanças na relação produtor/consumidor, demandando outros tipos de serviços. Um exemplo desse processo são as modificações no setor turístico das Agências de Viagens, com o surgimento da Internet.

A forma de oferecer o produto turístico teve que ser completamente modificada, para que esse meio de comercialização pudesse contribuir para o aquecimento do mercado. Para tanto, as Agências de Viagens, procurando se adequar aos novos tempos, criaram os GDS - Sistemas Globais de Reserva -, a partir de um grande sistema de banco de dados. Tal sistema revolucionou a atividade, otimizando o processo de prestação de serviços aos seus clientes.

Ainda a propósito do Setor de Serviços, Kon (1999, p. 65) diz que “No passado o setor de serviços era considerado como residual em relação ao global da economia, após a consideração das atividades primárias e secundárias, e os serviços eram vistos como intangíveis e de inerente menor produtividade”.

No que se refere a definições, Claus Offe (1991, p. 15) vai propor uma definição funcional do Setor de Serviços, a qual, segundo ele:

O setor de serviços abrange a totalidade daquelas funções no processo de reprodução social, voltadas para a reprodução das estruturas formais, das formas de circulação e das condições culturais paramétricas, dentro das quais se realiza a reprodução material da sociedade [...] Onde o conceito de reprodução das estruturas formais, é entendido como a manutenção das condições físicas da vida social, dos sistemas de normas culturais e legais, a transmissão e o desenvolvimento do acervo de conhecimento de uma sociedade, seus sistemas de informação e circulação.

O mesmo autor estabelece três formas da organização do referido Setor. São elas: serviços comerciais, serviços internos à organização e serviços públicos e estatais. Segundo ele, nos serviços comerciais, empresas autônomas geram e vendem serviços comercialmente, em que tais serviços são dotados de “valor” apenas ao surgir o cliente.

Quanto à segunda categoria do Setor de Serviços, referente aos serviços internos à organização, esta abrange o conjunto daquelas atividades de trabalho realizadas no bojo e como parte das organizações produtivas e que não sejam diretamente produzidas, mas tenham uma função de acompanhamento do processo de produção. Essa categoria abrange o pessoal técnico-gerencial nas empresas, as funções mais ou menos diferenciadas de direção, os serviços diretamente referidos à produção, como estoque, manutenção, reparos, limpeza e administração do pessoal, e as funções policiais internas à empresa, como vigias, porteiros, entre outras.

Para Offe (1991, p. 28), a diferença entre serviços comerciais e os serviços internos à organização reside em que “o volume de serviços gerados pelo comércio é definido a partir de critérios de custos e rendimentos enquanto no segundo o rendimento sequer pode ser cogitado como base de cálculo, já que os resultados desses serviços não são voltados para a venda”.

Quanto aos serviços públicos e estatais, o autor coloca que a sua produção distancia-se ainda mais das condições necessárias à aplicabilidade dos critérios da racionalidade do mercado. Já que os resultados dos serviços estatais não são alocados por meio de preços, mas na sua maior parte são avaliados enquanto seu valor de uso, exclui-se o critério da rentabilidade enquanto indicador da composição e do volume do trabalho em serviços organizados estatalmente.

A respeito dos serviços públicos, Kon (1999, p. 69) diz que estes “tendem a ser analisados não totalmente por critérios econômicos de custos ou lucro, mas através de critérios sociais, incluindo a possibilidade de acesso dos consumidores e a qualidade do produto”.

Em se tratando dos lugares onde se desenvolvem atividades turísticas, sabemos que esses espaços de uso turístico necessitam de serviços complementares para que seu uso possa se efetivar, uma vez que os aspectos físicos por si só não caracterizam a função produtiva de uma área turística. A este respeito, Sánchez (1991, p. 223) ressalta que:

O espaço turístico assume uma função produtiva, pelo fato de tratar-se do uso de fatores físicos que precisam de toda uma série de serviços para que seu uso possa tornar-se efetivo. [...] Em si mesmo, ao espaço físico – mar, praia, sol- não se atribui uma função mercantilizada [...]. O que se converte em espaço produtivo é aquele território em que se localizam os serviços necessários para que o espaço de ócio possa ser usado como tal.

No caso das áreas turísticas e de expansão de Segundas Residências, embora tenham crescido os investimentos em infraestrutura e equipamentos complementares para a efetivação desses espaços turísticos, o que geralmente ocorre é a demanda por alguns serviços em períodos de férias, fins de semana e feriados ser superior à oferta.

No caso das áreas ocupadas por Residências Secundárias, sua estacionalidade causa alguns problemas aos municípios que optam por captar esse

tipo de demanda, visto, em boa parte do ano, elas estarem desocupadas, causando uma disparidade entre os serviços ofertados e a demanda consumidora.

Para Aledo (2007, p.10), administrar esse problema tem se constituído em um desafio para os municípios, uma vez que, “a administração estatal ou regional planeja de acordo com a população que aparece nos censos e documentos oficiais [...] o curto tempo que o veranista passa nessas localidades não justifica a construção de maiores infraestrutura e serviços que seriam usados somente em algumas semanas do ano”.

Em outros casos, onde áreas, que inicialmente eram de Residências Secundárias, passaram a ser de Residências Permanentes, também ocorrem outros problemas relacionados a oferta e demanda de serviços. Neste caso, esses novos residentes vão demandar todo tipo de infraestrutura e serviços públicos, como: melhoria de estradas, coleta de lixo, limpeza e manutenção das ruas, iluminação pública de qualidade, segurança, transporte público, serviços de saúde, redes de abastecimento de água e energia e saneamento, se “constituindo em onerosa carga econômica para os municípios”, Mazón (*apud* ALEDO, 2007, p. 8).

Ainda sobre o uso dos serviços pelo usuário de Segunda Residência, Aledo (2007) afirma que este não contribui de forma significativa para uma dinâmica econômica local, uma vez que a rotina por ele ali desenvolvida não muda muito em relação à que desenvolve em sua residência permanente. Por isto, seu gasto médio diário é muito inferior ao do turista que está alojado em um hotel, inclusive no que diz respeito a lazer, uso constante de restaurantes e deslocamentos – geralmente, em veículo de sua propriedade. Esse índice de gastos tende a diminuir ainda mais quando a Residência Secundária é própria e não alugada.

No caso da comunidade local dessas áreas turísticas, no geral esses moradores prestam serviços ligados às Residências Secundárias, como cuidar das casas no período da baixa estação, ou assumem outras funções, como a de vigia noturno, pastorador de carro e outros serviços relacionados a funções domésticas.

Na alta estação, no período de veraneio, ocorre uma oferta maior de empregos - a maioria temporários -, devido às várias atividades comerciais que surgem nessas localidades litorâneas para atender à demanda turística. Mesmo assim, identificamos (através da pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2012) que muitas das vagas temporárias oferecidas em restaurantes e pousadas não são ocupadas por moradores locais, pois, segundo alguns proprietários ou gerentes dos

estabelecimentos, “há muitos problemas para contratar mão de obra local [...] eles querem folgar no fim de semana [...] quando o movimento/fluxo de pessoas é mais intenso, assim não dá” (Gerente de restaurante na praia de Búzios- entrevista, fevereiro de 2012). Além do mais, a maioria dos gerentes que ocupam as vagas em restaurantes ou pousadas é de Natal.

No caso do Turismo, os serviços têm outras especificidades: em sua maioria, possuem característica intangível, ou seja, estão ligados a questões emocionais. Sobre os serviços relacionados com o Turismo, Urry (1999, p. 103) diz “O produto do serviço é predominantemente intangível. Assim, embora existam certos elementos tangíveis, tais como alimentação, a viagem ou as bebidas, os elementos fundamentais são intangíveis”.

O turista espera ser bem atendido desde o primeiro instante em que ele decide viajar, quando procura uma agência de viagem, até a arrumação de suas malas no hotel em que está hospedado. Ele espera ser bem atendido pelos atendentes da agência de viagem, pelos comissários de bordo nas companhias aéreas, pelo garçom nos restaurantes que frequenta e no hotel onde está hospedado. O hóspede bem tratado em um hotel voltará a este não somente por sua estrutura física, mas pelo tratamento recebido, pela presteza e eficiência com que teve os seus pedidos atendidos, entre outros fatores.

Neste sentido, os empregados desse ramo são frequentemente estimulados a sorrir e a decorar o nome dos clientes. Para Urry (1999), isso é a “comercialização do sentimento humano”, em que esses empregados “vendem” simpatia sem obterem maior remuneração para tal. Segundo Urry (1999, p. 100), “Pode-se alegar, no entanto, que esse trabalho emocional é muito difícil, solicita demais, não obtém reconhecimento e é relativamente mal recompensado”.

Em resumo, a intangibilidade dos serviços turísticos está diretamente ligada à forma como se oferece determinado produto, ou seja, à atitude de quem está oferecendo-o, e não necessariamente ao produto em si. A qualidade desse serviço não pode ser medida e, além de ser a “alma do negócio” dos serviços turísticos, é própria da Sociedade Capitalista, que transforma absolutamente tudo em mercadoria, atribuindo a tudo o valor de troca, até mesmo as relações humanas, que se tornam dissimuladas. Em relação ao valor de troca atribuído até mesmo a essas relações, como consequência da Sociedade Contemporânea do Consumo, Baudrillard (2010, P. 215) afirma:

[...]. Trata-se de toda rede de comunicação personalizada que invade a quotidianidade do consumo. Trata-se, de facto, do consumo – consumo da relação humana, de solidariedade, de reciprocidade, de calor e participação sociais estandardizadas sob forma de serviços-, consumo permanente de solicitude de sinceridade e de zelo, mas também, claro está, simples consumo dos signos desta solicitude – ainda mais vital para o indivíduo que a alimentação biológica num sistema em que a distância social e a atrocidade das relações sociais constituem a regra objectiva. A perda da relação humana (espontânea, recíproca e simbólica) é o facto fundamental das nossas sociedades.

Assim as relações humanas passaram a ser mediadas pelo que Baudrillard chama de “sorriso institucional”, embora as empresas não recompensem seus funcionários pelo sorriso distribuído aos seus clientes - ele é um dos ingredientes da “eficiência” daquele. É neste sentido que a aeromoça distribui simpatia e a recepcionista do hotel e o garçom do restaurante são solícitos, simulando uma aproximação que nunca será real quando se trata da relação empresa-cliente.

A partir do próximo item, iremos analisar a expansão dos tipos de comércio e serviços a partir do lazer no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.

3.2 Os Serviços ofertados no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta

O georreferenciamento e a contagem dos tipos de comércio e serviços no litoral dos municípios analisados ocorreram em fevereiro de 2012, quando foram contabilizados 364 estabelecimentos de comércio e serviços públicos e privados ao longo do litoral (APÊNDICE E), dos quais 156 foram registrados em Nísia Floresta e 208 em Parnamirim, conforme mostra a Tabela 14.

Tabela 14- Comércios e Serviços Públicos e Privados no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta

Serviços	Parnamirim	Nísia Floresta
Privados	181	139
Públicos	27	17
Total	208	156

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

A partir dos dados coletados, constata-se que o fato de Parnamirim ser mais desenvolvido do que Nísia Floresta é refletido também no litoral, uma vez que

aquele apresenta uma maior representatividade de serviços públicos e privados em relação a este, embora a extensão do seu litoral seja menor que a de Nísia Floresta.

A área litorânea dos municípios foi delimitada pelos Setores Censitários do IBGE e os estabelecimentos comerciais e os serviços foram divididos em categorias para melhor serem analisados, conforme mostra a Tabela 15 a seguir, referente aos citados municípios:

Tabela 15- Distribuição de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços Públicos e Privados nos Municípios de Nísia Floresta e Parnamirim

Categorias	Nísia Floresta	Parnamirim	Total
1.Hotel, pousada, <i>resort</i>	11	11	22
2.Bar, barracas, restaurante, pizzaria, creperia lanchonetes, sorveterias, sanduicheria e tapiocaria	70	68	138
2.Parque aquático, museu	2	0	2
4.Feira e lojas de artesanato,feira de frutas de Pium, passeio de barco do Marina Badauê	1	5	6
5.Supermercado, empórios, distribuidora de gás e bebidas, padaria, quitanda e conveniência	30	27	57
6.Estabelecimentos de material de construção, loja de móveis, madeireira, distribuidor de pedras, loja de pré-moldado, loja de confecção, floricultura	7	28	35
7.Serralheria, borracharia, oficina, serviços e manutenção de bombas, geladeiras, antenas, piscinas	9	13	22
8.Salão de beleza, academia, <i>lan house</i> , locação andaimes, locação de motos, loja de <i>pet shop</i> , lavanderia, estabelecimento de segurança particular, empresa de transporte coletivo, posto de combustível	7	23	30
9.Farmácias e laboratório de análises clínicas, consultório odontológico	1	6	7
10. Unidades de saúde ou hospital	4	2	6
11.Posto policial, posto rodoviário e delegacias	1	3	4
12. Escolas	5	8	13
13. Igrejas	5	4	9
14. Posto dos Correios	1	2	3
15.SubPrefeitura; serviços de água e esgoto	1	1	2
16. Clube de dança, associações, colônia dos pescadores, ginásio de esportes	1	7	8
Total do litoral	156	208	364

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

De forma mais específica, a Tabela 16, referente aos estabelecimentos comerciais e aos serviços distribuídos por praias do litoral de Nísia Floresta, mostra que a Praia de Barra de Tabatinga apresenta o maior número de estabelecimentos comerciais e de serviços referentes à categoria 2 (bar, barracas, restaurante, pizzaria, creperia lanchonetes, sorveterias, sanduicheria e tapiocaria), mas não só por isto essa praia tem maior dinâmica entre as demais do referido litoral, mesmo porque o número de estabelecimentos comerciais e de serviços da praia em foco

não é tão diferente do das outras praias nessa categoria - tanto é que Búzios tem apenas dois estabelecimentos comerciais a menos, além de apresentar um número maior de hospedagem. O que se dá, porém, é que Barra de Tabatinga congrega uma maior dinâmica por estar melhor estruturada em relação às demais praias desse litoral, pois concentra serviços como posto policial, correios, farmácia e outros das categorias 6 e 7.

Tabela 16- Distribuição de comércios e serviços públicos e privados por praia no município de Nísia Floresta

CATEGORIAS	PRAIAS DE NÍSIA FLORESTA				
	Barreta	Camurupim	Tabatinga	Búzios	Pirangi do Sul
1. Hotel, pousada, resort	0	3	3	5	0
2 Bar, barracas, restaurante, pizzaria, creperia lanchonetes, sorveterias, sanduiches e tapiocaria	11	13	17	15	12
3 Parque aquático, museu	0	1	0	1	0
4 Feira e lojas de artesanato,Feira de frutas de Pium, passeio de barco do Marina Badauê	0	0	1	0	0
5 Supermercado, empórios, distribuidora de gás e bebidas padaria, quitanda e conveniência	6	4	8	9	3
6 Estabelecimentos de material de construção, loja de móveis, madeireira, distribuidor de pedras, loja de pré-moldado, loja de confecção, floricultura	1	0	3	2	1
7 Serralheria, borracharia, oficina, serviços e manutenção de bombas, geladeiras, antenas, piscinas,	1	1	3	2	2
8 Salão de beleza, academia, Lan house, locação andaimes, locação de motos, loja de pet shop, lavanderia, estabelecimento de segurança particular, empresa de transporte coletivo, Posto de combustível	0	1	2	2	2
9 Farmácias e laboratório de análises clínicas, consultório odontológico	0	0	1	0	0
10 Unidades de saúde	1	0	1	1	1
11 Posto policial, posto rodoviário e delegacias	0	0	1	0	0
12. Escolas	2	0	1	1	1
13 Igrejas	1	1	1	0	2
14 Posto de correios	0	0	1	0	0
15 Subprefeitura; serviços de água e esgoto	0	0	0	1	0
16 Clube de dança,associações, colônia dos pescadores, ginásio de esportes	1	0	0	0	0
TOTAL POR PRAIA	25	24	43	39	25
TOTAL NO LITORAL DE NÍSIA FLORESTA	156				

Fonte: Trabalho de campo (2012).

Já quanto ao item “comércios e serviços em Parnamirim”, está evidente, conforme os dados apresentados na Tabela 17, que Pirangi do Norte assume uma maior relevância entre as demais praias, não só pelo número em si, embora este não represente uma diferença de muita expressividade comparando-se com Pium, mas pela qualidade dos serviços e do comércio oferecidos nessas praias. E tem mais: Pirangi do Norte recebe o maior número de turistas entre as praias do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, entre outros fatores, porque ali está um dos atrativos turísticos do Rio Grande do Norte, o “Maior Cajueiro do Mundo”.

Tabela 17- Distribuição de comércios e serviços públicos e privados por praia no município de Parnamirim

CATEGORIAS	PRAIAS		
	Pirangi do Norte	Cotovelo	Pium
1. Hotel, pousada, resort	7	3	1
2.Bar, barracas, restaurante, pizzaria, creperia lanchonetes, sorveterias, sanduiches e tapiocaria	45	4	17
3.Parque aquático, museu	0	0	0
4.Feira e lojas de artesanato,Feira de frutas de Pium, passeio de barco do Marina Badauê	4	0	1
5.Supermercado, empórios, distribuidora de gás e bebidas padaria, quitanda e conveniência	13	0	14
6.Estabelecimentos de material de construção, loja de móveis, madeireira, distribuidor de pedras, loja de pré-moldado, loja de confecção, floricultura	7	0	21
7.Serralheria, borracharia, oficina, serviços e manutenção de bombas, geladeiras, antenas, piscinas,	3	0	10
8.Salão de beleza, academia, Lan house, locação andaimes, locação de motos, loja de pet shop, lavanderia, estabelecimento de segurança particular, empresa de transporte coletivo, Posto de combustível	13	0	10
9.Farmácias e laboratório de análises clínicas, consultório odontológico	2	0	4
10. Unidades de saúde	1	0	1
11. Posto policial, posto rodoviário e delegacias	2	0	1
12. Escolas	4	1	3
13. Igrejas	1	0	3
14. Posto de correios	1	0	1
15. Subprefeitura; serviços de água e esgoto	1	0	0
16. Clube de dança,associações, colônia dos pescadores, ginásio de esportes	3	0	4
TOTAL POR PRAIA	108	8	92
TOTAL NO LITORAL DE PARNAMIRIM	208		

Fonte: Trabalho de campo (2012).

Em se tratando dos tipos de comércio e de serviços, estes possuem especificidades entre os municípios enfocados. De maneira geral, os do litoral de Nísia Floresta são mais precários e menos diversificados do que os do litoral de

Parnamirim. Tal fato pode ser devido a vários fatores. Um deles é a extensão do litoral de Parnamirim (em torno de 7km²⁴) ser menor do que a do de Nísia Floresta (em torno de 20km), o que torna mais fácil a administração do primeiro em relação à do segundo. Naquele, os investimentos tornam-se mais concentrados, enquanto em Nísia Floresta dá-se uma certa pulverização. Outro fator refere-se ao fato de Parnamirim ser a terceira maior economia do Estado, ser melhor estruturado e receber um número maior de turistas.

Os dados mostram que esse município (Parnamirim) apresenta-se mais estruturado no quesito “segurança”, dispondo de um maior número de delegacias de polícia e de posto policial. Embora seja um município que apresenta uma quantidade menor de itens referentes à categoria 2 - bar, restaurantes lanchonetes, etc -, é lá onde se podem encontrar os melhores restaurantes e bares, tais como o tradicional restaurante “Paçoca de Pilão” e algumas das melhores franquias de pizzaria, oriundas de Natal, no período da alta estação.

Outro ponto a ser levado em consideração é que Nísia Floresta, embora apresente um número maior de unidades de saúde, é em Parnamirim, na praia de Pirangi do Norte, que está localizada a Unidade Mista de Saúde “Deputado Márcio Marinho”, a qual funciona 24h e recebe casos de urgências das localidades do entorno e até de outros municípios.

²⁴ O cálculo da extensão do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta foi realizado por ferramentas disponíveis no *Google Earth*.

Fotografia 8- Unidade Mista de Saúde “Deputado Márcio Marinho” - Pirangi do Norte/Parnamirim

Foto: Elizângela Oliveira - Trabalho de campo (2012)

No que se refere ao perfil dos comerciantes, a maioria deles é de Barra de Tabatinga (12,24%), Pirangi do Norte (18,35%), Pium (16,33%) e Natal (15,31%), conforme especifica o Gráfico 5:

Gráfico 5- Origem do Proprietário dos Estabelecimentos de Parnamirim e Nísia Floresta

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A maioria dos comerciantes tem entre 25 e 45 anos, sendo um percentual de 55,1%. Referentemente ao nível de escolaridade, a maior parte deles possui o Primeiro ou o Segundo Grau Completo, sendo importante observar que Parnamirim apresenta o maior percentual de comerciantes ou prestadores de serviços com o maior nível de escolaridade - alguns deles possuem Curso Superior Completo e até Pós-Graduação.

Gráfico 6: Formação dos Comerciantes ou Prestadores de Serviços no Litoral de Parnamirim e Nísia Floresta

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No geral, podemos concluir que o comerciante ou o prestador de serviços no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta ou são oriundos desses municípios, ou são natalenses que enxergam o litoral como uma área boa para investimentos. Geralmente são pessoas em idade economicamente ativa e seu nível de escolaridade é médio, tendo em vista que a maioria possui o Nível Médio Completo - uma minoria é que apresenta Graduação ou apenas o Fundamental.

3.3 O Consumo dos Serviços pelos Turistas²⁵

Para levantarmos informação sobre o consumo dos serviços pelos turistas, foi realizada uma pesquisa em Pirangi do Norte – Parnamirim, em um dos pontos turísticos mais visitados no litoral: o “Maior Cajueiro do Mundo”.

Nesse local, foi criada uma estrutura de visitação ao Cajueiro que envolve o Mirante e um passeio sobre pontes de tábuas pelo Cajueiro, como também vários estabelecimentos que comercializam artesanatos da região, constituindo-se em uma feira de artesanato, conforme mostram as fotografias 9 e 10:

Fotografias 9 e 10 : O Maior Cajueiro do Mundo

Foto 9: Elizângela Oliveira – Trabalho de campo (2012)

Foto10: Disponível em: < <http://www.omaiorcajueirodomundo.com/>>²⁶.

²⁵ Esta etapa da pesquisa corresponde a etapa 3 (ver introdução), a qual se refere à aplicação dos questionários a turistas (APÊNDICE C). Essa etapa foi dividida em duas fases. A primeira, realizada nos dias 4 e 11 de fevereiro de 2012 (período de alta estação), foi constituída da aplicação dos questionários em dois locais de visitação turística. O primeiro deles é o do “Maior Cajueiro do Mundo”, localizado na praia de Pirangi do Norte - Parnamirim, onde foram aplicados 48 questionários ao longo do dia; o segundo foi a Lagoa de Arituba, localizada na praia de Camurupim - Nísia Floresta, quando aplicamos 50 questionários. A segunda fase ocorreu nos dias 7 e 21 de julho de 2012 nas mesmas localizações (conforme mostra a Tabela 4). Na ocasião, foram aplicados 52 questionários na área do Cajueiro e 53, na Lagoa.

²⁶ Acesso em: 02 jan.2013

Fotografia 11: Extensão do Maior Cajueiro do Mundo

Foto 11: Disponível em: < <http://www.omaiorcajueirodomundo.com/>>²⁷

Já em Camurupim – Nísia Floresta, a pesquisa foi realizada em um ponto bastante atrativo para os turistas: a Lagoa de Arituba. Entre os atrativos desta, têm-se o uso do Caiaque e do Pedalinho e alguns restaurantes.

Fotografias 12 e 13: Lagoa de Arituba em Camurupim – Nísia Floresta

Foto 11: Elizângela Oliveira – Trabalho de campo (2012)

Foto 12: Disponível em: <<http://atividadefisica222.blogspot.com.br/2011/02/lagoa-de-arituba-rn-e-suas-atividades>>²⁸.

Os turistas que chegam ao “Maior Cajueiro do Mundo” normalmente vão em ônibus de passeios turísticos e dispõem de um tempo curto e determinado para ali permanecerem²⁹.

²⁷ Acesso em: 31 dez. 2012

²⁸ Acesso em 20 jan. 2013.

²⁹ Geralmente os turistas estão inseridos em passeios, conforme constatamos no anúncio em um desses *sites* de passeios para turistas, o qual diz o seguinte a respeito de um passeio para a Praia de Camurupim: “O passeio começa na Rota do Sol com destino à praia de Camurupim. No roteiro paramos na Barreira do Inferno para fotos e informações do museu aeroespacial, feira de frutas típicas da região [Pium], visita ao maior cajueiro do mundo [Praia de Pirangi do Norte], parada

Na pesquisa de campo, foi possível perceber que os turistas geralmente se deslocam para esses atrativos através dos passeios previamente agendados e inclusos em seus pacotes turísticos organizados pelas agências de viagens, mas também há aqueles que são turistas independentes, como é o caso de uns turistas entrevistados na Lagoa de Arituba, dos quais alguns estavam hospedados em Pipa e deslocaram-se com grupos de amigos para a Lagoa.

Geralmente os que vão à Lagoa de Arituba permanecem por mais tempo no local do que aqueles que visitam “O Maior Cajueiro do Mundo”. Talvez esse tempo maior de permanência tenha interferido na percepção dos serviços oferecidos, pois os turistas entrevistados por ocasião da visitação ao atrativo de Pirangi do Norte, no geral, disseram estar mais satisfeitos do que os que estavam na Lagoa de Arituba.

Convém ressaltarmos que aqueles (os do Cajueiro) geralmente não utilizam os serviços do entorno da área, pois sua permanência no local é muito curta, tendo logo que seguirem para visitar as outras praias. A utilização dos serviços nessa localidade se resume, em geral, à visitação ao Cajueiro e à ida à Feira de Artesanato do seu entorno. Já os turistas que visitam a Lagoa de Arituba em Nísia Floresta permanecem, em geral, por um tempo maior ali e a utilização dos serviços se resume aos de restauração do entorno da Lagoa.

Ao serem interrogados se tinham utilizado algum estabelecimento comercial ou serviços no local, a maioria dos entrevistados respondeu que sim (62,50%), conforme revela o Gráfico 7. Logo em seguida, porém, quando perguntamos sobre quais os serviços turísticos utilizados, percebemos que utilizaram apenas os serviços ou comércios correspondentes a cada ambiente: no Cajueiro, fizeram a visitação deste e se dirigiram à Feira de Artesanato; na Lagoa de Arituba, utilizaram-se dos serviços de restauração do entorno da Lagoa.

Gráfico 7- Utilização de Serviços/Comércio nos Municípios de Nísia Floresta e/ou Parnamirim pelos Turistas

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No questionário (APÊNDICE C), a questão que se seguia à representada pelo Gráfico 7 era a de que, em caso afirmativo sobre a utilização dos comércios e serviços nos referidos municípios, quais eram as modalidades destes que o turista teria usado na localidade que visitou ou no litoral de cada município, sendo que essa questão estava subdividida em 3 sub-itens, quais sejam: os serviços turísticos, comércios e serviços em geral e os serviços públicos. Acontece que os turistas não conseguiam delimitar onde se iniciavam as praias que não pertenciam a Natal. Para eles todo aquele litoral era Natal - a não ser com raras exceções, em que o turista já tinha visitado o litoral potiguar e assim tinha um conhecimento maior das praias do litoral de forma que foi necessário utilizar recortes espaciais que eram significativos para indicar o início do litoral de Parnamirim.

Conforme apresenta o Gráfico 8, no total dos entrevistados, 55,21% visitaram o Cajueiro e obviamente foram os ali entrevistados e 45,83% visitaram a Lagoa de Arituba. Essa porcentagem do uso de restaurantes (30,21%) e bares (7,29) corresponde em sua maior parte, à utilização desses serviços no entorno da Lagoa, tendo em vista que os turistas que chegavam ao Cajueiro permaneciam ali por curto tempo e se dirigiam para conhecer as demais praias do Litoral Sul, constatando-se apenas, em algumas situações, que os entrevistados do fim da manhã afirmavam que iriam almoçar nessa localidade - fato também constatado no início do período vespertino, quando os entrevistados diziam ter almoçado nas proximidades do Cajueiro, ou seja, em Pirangi do Norte. Realidade diferente se dá com os da Lagoa, que permanecem mais tempo ali, consumindo os serviços de restauração e bar do seu entorno.

No que se refere à porcentagem de visitação ao Museu da Barreira do Inferno (5,21%), esta revela que, no dia da pesquisa, apenas um pequeno percentual dos turistas que estavam visitando o Cajueiro em Pirangi e a Lagoa de Arituba foi também ao Museu, local também de visitação turística.

Gráfico 8- Serviços Turísticos utilizados pelos Turistas

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Quanto ao sub-item “comércios e serviços em geral” utilizado pelos turistas, a maioria deles (42,71%) indicou a utilização de loja de artesanato para realizarem suas compras, ou seja, utilizaram a feira de artesanato que faz parte da estrutura turística do “Maior Cajueiro do Mundo”.

Gráfico 9- Comércio e Serviços em geral utilizados pelos Turistas de Parnamirim e Nísia Floresta.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Nenhum dos entrevistados afirmou ter utilizado qualquer serviço público, como de segurança ou de saúde, entre outros. No que se refere à satisfação dos entrevistados/turistas em relação aos serviços ofertados, eles se revelaram bastante satisfeitos: 42,71% disseram que o seu nível de satisfação era elevado, enquanto 28,13% afirmaram ter uma satisfação mediana; um percentual muito baixo, apenas 1,04 - expressou que seu nível de satisfação era baixo. Observemos que há um percentual bastante elevado de entrevistados que não responderam a esta questão (28,13%), pois diziam que tinham acabado de chegar ao local, por isso ainda não dispunham de capacidade para avaliar os serviços e comércios em um dos três níveis apontados pela pesquisa - fato que também ocorreu quando se perguntou ao entrevistado se este teria necessitado de utilizar algum serviço e não teria encontrado - a maioria (88,12%) respondeu que, devido ao curto tempo de permanência, tal não ocorrera.

Gráfico 10- Nível de Satisfação em relação aos Serviços/Comércios ofertados nos Municípios de Nísia Floresta e Parnamirim.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No geral, os resultados mostram que as praias visitadas são aquelas onde há uma intensa política de *marketing*. Entre as quatro mais citadas estão: as praias de Ponta Negra (84,38), Pirangi do Norte (78,13), Genipabu (77,08) e Pipa (71,88). Dentre estas, a segunda mais citada faz parte do litoral de Parnamirim, dado que enfatiza os resultados apontados pela pesquisa de campo realizada, a qual indica

essa praia como a mais visitada por turistas entre as demais que compõem o litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.

Gráfico 11- Praias visitadas pelos Turistas

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A maioria dos turistas entrevistados está hospedada em Natal (Gráfico 12). Isto se deve ao fato de Natal concentrar a melhor infraestrutura turística do Estado, como os melhores hotéis, serviços de gastronomia, bares e entretenimento. Tal se dá porque, ao ser implementada a atividade turística no Nordeste, as capitais nordestinas foram as primeiras a serem equipadas com a infraestrutura que possibilitasse o desenvolvimento da atividade.

Gráfico 12- Município em que os Turistas estão hospedados

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

E, neste sentido, as políticas públicas, sobretudo o PRODETUR, tiveram papel fundamental. Este Programa, em particular, dotou os municípios contemplados de elementos que possibilitaram a diferenciação entre os municípios que desempenham função turística, uma vez que alguns municípios, sobretudo Natal (no caso do Rio Grande do Norte), recebeu grande parte dos recursos desse programa de desenvolvimento, o que propiciou a Natal condições de competitividade muito superiores em relação às dos demais municípios do Litoral Potiguar, conforme aponta Fonseca (2005, p. 202). A esse respeito, a autora também cita alguns elementos que dotam Natal de condições de competitividade superiores, como:

- Concentração dos equipamentos de infraestrutura turística, sendo, portanto, o principal espaço onde se concentra o espaço produtivo da atividade turística potiguar;
- Apresenta melhores condições de acessibilidade, uma vez que os eixos viários convergem para a capital do Estado;
- Possui condições de infraestrutura básica, tais como saúde e transporte, bastante superior;
- Possui mão de obra mais qualificada.

Portanto, Natal centraliza tanto os serviços turísticos quanto os melhores serviços públicos e privados em geral que também são utilizados por turistas de forma secundária, como os de saúde, segurança, transporte, etc.

No que se refere ao resultado obtido a partir dos questionários, pode-se identificar que a maioria dos turistas entrevistados é de origem nacional, vindos do Sudeste ou do próprio Nordeste, tendo Pernambuco e Paraíba como principais emissores em se referindo ao nordeste. No geral, a maioria dos turistas é de São Paulo (20,79%), seguido do Rio de Janeiro (10,89%), que é o segundo estado que mais emite turistas para os municípios em análise, segundo a pesquisa de campo (Gráfico 13).

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Portanto, no geral, os tipos variados de comércio e de serviços turísticos atendem à demanda dos turistas que se deslocam para o litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, tendo em vista que a maioria deles disse estar satisfeita com os serviços ofertados. Mas os resultados precisam de uma avaliação cuidadosa, pois, na maioria das vezes, o tempo de permanência dos turistas em determinados locais é tão curto, que eles chegam a não necessitarem de serviços que são bastante importantes para o turismo.

Em um dos quesitos do questionário aplicado, perguntamos ao turista se eles vieram a necessitar de algum serviço e não encontraram naquela localidade. Segundo mostra o Gráfico 14, a maioria deles respondeu que isto não tinha ocorrido (88,12%). Uma minoria, porém, respondeu que não encontrou serviços básicos como farmácia, caixa eletrônico, etc. nem no Cajueiro, nem na Lagoa de Arituba. Esses serviços realmente não são ali oferecidos.

Gráfico 14- Comércios e serviços não encontrados pelos turistas no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Os resultados obtidos nesta questão também explicam o porquê de a maioria dos turistas se dizerem satisfeitos com os serviços ofertados: no geral, eles quase não demandam esses serviços, pois, além de permanecerem pouco tempo no local, preferem usar os serviços que são oferecidos em Natal, pela melhor qualidade e maior diversidade, como também pelo fato de ali estarem hospedados.

3.4 O Consumo dos Serviços pelos Usuários de Segunda Residência³⁰

O usuário de Segunda Residência do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta estabelece uma relação muito forte com Natal, seja porque é o local onde reside, seja pela proximidade entre a capital e o litoral desses municípios. Essa peculiaridade, inclusive, é apontada como um dos principais fatores que o levaram a adquirir a Segunda Residência nessas áreas litorâneas, sendo apontado por 55,88% dos entrevistados de Parnamirim e 35,00% dos de Nísia Floresta, tendo em vista que este último litoral é um pouco mais distante da capital.

A proximidade com a capital vai interferir na utilização dos serviços por esse grupo, que na maioria das vezes se desloca de suas residências temporárias, no

³⁰ Dados referentes à pesquisa de campo realizada em janeiro de 2012, na qual foram aplicados 186 questionários junto aos usuários de Segunda Residência, sendo 67 no litoral de Parnamirim e 119 no de Nísia Floresta (ver maiores detalhes na Etapa 1 da pesquisa – Introdução).

litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, para Natal a fim de adquirir produtos e utilizar serviços específicos.

A concessão feita pelo usuário de Segunda Residência à utilização de serviços ou comércio na localidade litorânea restringe-se, com maior frequência, aos serviços de supermercado, padaria e conveniências, ou seja, serviços básicos de uso diário. O percentual da utilização de bares e restaurantes é maior em Parnamirim, devido à oferta desse tipo de serviço em Pirangi do Norte.

Gráfico 15 - Tipo de Serviços utilizados no local pelo Usuário de Segunda Residência

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Ao ser questionada sobre a frequência de utilização desses serviços no local, a maioria afirma que frequentemente está utilizando-os. Mas, quando perguntamos sobre a frequência da utilização desses mesmos serviços em Natal, uma porcentagem superior afirmou que sempre utiliza esses serviços em Natal e quase sempre faz suas compras nessa cidade.

Gráfico 16- Frequência na utilização dos serviços no local

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Gráfico 17 -Frequência na utilização dos serviços em Natal

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No geral, a satisfação do grupo é “média”, no que se refere aos tipos de comércio e de serviços ofertados localmente, sendo apontado esse nível de satisfação por 69,17% dos entrevistados em Nísia Floresta, e 61,76%, em Parnamirim.

O maior percentual de nível de satisfação baixo (15,33%) é apontado pelos entrevistados no primeiro município (Nísia Floresta) e o maior de nível de satisfação elevado (30,88%) está no segundo (Parnamirim), conforme indica o Gráfico 18 - fato

que demonstra que Parnamirim dispõe de melhor infraestrutura do que Nísia Floresta.

Gráfico 18- Nível de Satisfação dos Usuários de Segunda Residência em relação aos Serviços Ofertados

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No que se refere à utilização dos serviços públicos de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo pelos usuários de Segunda Residência, os dados indicam que, o percentual dessa modalidade de residência que possui água encanada é maior em Parnamirim (75%) do que em Nísia Floresta (apenas 9,17%). Neste, a água consumida é oriunda de poço artesiano (90%), conforme aponta a Tabela 18:

Tabela 18- Abastecimento de Água em Parnamirim e Nísia Floresta (%)

Município	Encanada	Poço Artesiano	Outros	Não respondeu
Nísia Floresta	9,17	90,00	0,83	0,00
Parnamirim	75,00	20,59	2,94	1,47

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Quanto à energia elétrica (Tabela 19), 99,17% dos entrevistados em Nísia Floresta responderam que dispunham desse benefício; em Parnamirim, o percentual chegou a 100%.

Tabela 19 – Abastecimento de Energia Elétrica (%)

Município	Sim	Não	Não respondeu
Nísia Floresta	99,17	0,00	0,83
Parnamirim	100,00	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a maioria dos entrevistados em ambos os municípios diz utilizar a fossa séptica, sendo esse percentual maior em Nísia Floresta (85%); em Parnamirim, este foi de 63,24%. A minoria diz que o esgotamento sanitário é de rede pública, sendo esse percentual maior em Parnamirim e menor em Nísia Floresta, conforme dados da Tabela 20:

Tabela 20- Esgotamento Sanitário (%)

Esgotamento Sanitário	Parnamirim	Nísia Floresta
Rede Pública	30,88	1,67
Fossa Séptica	63,24	85,00
Sumidouro	0,00	3,33
Outro	1,47	7,50
Não respondeu	4,41	2,50

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Sobre a coleta de lixo (Tabela 21), a maioria nos dois municípios afirmou que esta é realizada três vezes por semana ou, diariamente, no período do Veraneio.

Tabela 21- Coleta de Lixo nos Municípios de Parnamirim e Nísia Floresta (%)

Coleta de Lixo	Parnamirim	Nísia Floresta
Coleta de Prefeitura	98,53	96,67
Queimado	0,00	0,83
Outro	0,00	0,83
Não respondeu	1,47	1,67

Fonte: Pesquisa de campo realizada (2012)

Conforme dados sobre os serviços públicos básicos oferecidos no Litoral, percebemos que estes apresentam uma maior precariedade em Nísia Floresta. É nessa porção do Litoral que há um percentual maior na utilização de poços artesianos, em vez de água encanada, e de fossa séptica, em vez da rede pública de esgoto.

No que se refere ao número de comércios e serviços, estes tem crescido nos últimos anos na área analisada - 70% entre os anos de 1992 e 2012. Constatamos

que, de forma geral, os serviços atendem as demandas geradas pelo usuário de segunda residência, turistas e população local, e que uma melhoria na qualidade ou uma diversidade da oferta não se justificaria, devido tanto à sazonalidade da demanda quanto à centralidade que Natal exerce com relação à oferta.

Toda essa dinâmica apontada nos capítulos anteriores - busca do lazer, expansão das Segundas Residências, desenvolvimento do Turismo, processo de urbanização, crescimento de comércios e serviços nessa área nos últimos anos - tem dado origem a novas centralidades, tema que está imbricado às nossas discussões anteriores e do qual iremos tratar a seguir.

4 AS NOVAS CENTRALIDADES NO LITORAL DE PARNAMIRIM E NÍSIA FLORESTA

O processo de urbanização da área em questão, como já foi ressaltado, ocorre, sobretudo, a partir do lazer, que vem dotando o Litoral Potiguar de infraestrutura básica, atraindo tipos de comércio e serviços privados, para atender aos turistas e aos usuários de Segunda Residência, que se deslocam para o litoral em determinados períodos do ano em busca de lazer. Tal dinâmica gerou novas centralidades nessas áreas.

No geral, os estudos/pesquisas sobre centralidade partem das discussões em torno do espaço intraurbano, onde o centro tradicional é reestruturado a partir da descentralização das atividades de comércio e serviço para áreas distantes do grande centro, formando então novas centralidades.

Pois bem, nossa discussão parte do pressuposto de que as novas centralidades na área analisada, ou seja, no litoral dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, foram decorrentes do lazer, a partir das Segundas Residências e da atividade turística que dinamizou e atraiu um número maior de uma variedade de tipos de comércio e serviços públicos e privados para a referida área, como também decorrentes da expansão urbana de Natal, em função dessas atividades, que se estendeu ao longo do Litoral Sul Potiguar, extrapolando os limites litorâneos de Natal. Ou seja, a urbanização ao sul de Natal está diretamente relacionada com a dinâmica do centro metropolitano dessa capital, gerando, por sua vez, novas centralidades.

Alguns estudos atribuem tal forma estendida da cidade aos novos processos da Contemporaneidade, pelos quais o espaço urbano tem passado - em decorrência das características da própria Sociedade Pós-Moderna, que tem renovado suas ideologias, centrando-as no consumo, no sentimento de autorrealização e na busca por uma melhor qualidade de vida -, e a fatores que estão diretamente ligados à busca por atividades do lazer.

4.1 Os Processos que redefinem as novas Centralidades

De forma geral, a centralidade sempre esteve relacionada com as relações comerciais e, mais tarde, com a reprodução capitalista, desde a renovação da cidade política - esta considerada por Lefebvre (1999) “o início do eixo da ausência de urbanização (a pura natureza, a terra entregue aos elementos)” - à culminação desse processo, que seria a completa urbanização, quando a praça do mercado torna-se central na luta de classes contra os senhores, possuidores e dominadores daquele território.

O mercado é nesse momento a ágora de antes. Em torno dele, são construídas as igrejas e a Prefeitura. Segundo Lefebvre, p. 20, “o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas, das pessoas, da troca”. Logo, esse espaço, por excelência centralizador/concentrador, atrai pessoas, objetos, diferentes classes sociais, intensa divisão do trabalho, comércios e serviços públicos e privados.

A cidade industrial, na análise de Lefebvre (1999), antecede a urbanização completa da Sociedade, que o autor define como sendo a “zona crítica”, ou seja, o instante em que a implosão se torna explosão, decorrente do caráter centralizador que tem o espaço urbano. A este respeito, Lefebvre (1999, p. 24) diz:

[...] a implosão – explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.).

Assim, os espaços urbanos sempre tiveram um caráter centralizador, desde os primeiros sinais desse fenômeno, sendo, por isto, espaços naturalmente complexos, podendo suas análises seguirem uma infinidade de viés.

Spósito (1991), analisando o centro e as formas de expressão da centralidade urbana, parte de um contexto por ela vivenciado: o Estado de São Paulo - que difere da realidade das cidades do estado Rio Grande do Norte. Dessas diferenças, ressaltam-se a densidade demográfica, a dimensão das cidades e o contingente populacional. Nem por isto, contudo, alguns dos pressupostos teóricos desenvolvidos pela autora vêm a ser completamente desconsiderados em nosso

estudo, o qual trata das novas centralidades que emergiram a partir do desenvolvimento da atividade turística no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.

Segundo Spósito (1991, p. 9), “[...]até meados da década de 1970, as cidades brasileiras até um determinado porte tinham praticamente um centro único e monopolizador, com forte concentração de atividades comerciais e de serviços”.

A partir da década de 1970, as cidades e suas estruturas urbanas³¹ têm se modificado bastante. Surgiram as novas morfologias urbanas, onde o urbano tornou-se cada vez mais espraiado, os centros urbanos passaram a congregar novas e velhas funções, ganharam novas dinâmicas e redefiniram seu papel. Assim, o espaço urbano se expandiu e novos centros vão surgindo, ou como reprodução do antigo centro ou especializado em atividades antes encontradas somente nos centros urbanos mais tradicionais.

Spósito (1998, p. 28) elenca quatro dinâmicas que marcam a redefinição das centralidades urbanas, a saber:

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição do centro, da periferia e da relação centro-periferia.
2. A rapidez das transformações econômicas, observada, inclusive, através das formas flexíveis de produção, que impõem mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede.
3. A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo: ruas ganham novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais, e a sua ocorrência não apenas se dá nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio.
4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços.

Neste sentido, podemos pensar essas dinâmicas a partir especificamente do escopo da nossa análise, uma vez que as novas centralidades que emergem no Litoral são decorrentes do crescimento e das novas localizações de comércio e

³¹ Spósito (1991) define “estrutura urbana” como o arranjo dos diferentes usos de solo no interior das cidades; a estrutura seria, então, como o mosaico-resultado desse processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residenciais e de lazer nas cidades

serviços antes encontrados somente em Natal. Com o desenvolvimento da atividade econômica do Turismo no Litoral Potiguar, nas últimas duas décadas - atividade esta própria das novas necessidades de consumo geradas pela economia flexível -, como também com a importância que o lazer ganhou nos últimos anos, os diversos tipos de comércio e serviços encontrados anteriormente somente em Natal têm se reproduzido nessas áreas, gerando novas centralidades, a partir da sua concentração em determinados trechos do Litoral.

Embora a análise da autora anteriormente mencionada se refira à redefinição da centralidade em espaços intraurbanos de uma mesma cidade, alguns aspectos podem ser considerados no que se refere à reprodução desses espaços centrais em diferentes cidades. A própria autora faz essa ressalva posteriormente, ao dizer “A extensão dessas dinâmicas impõe novas formas de centralidade e uma recomposição contínua da estrutura interna das cidades, mas, sob certos aspectos, uma homogeneização das territorialidades intra-urbanas em diferentes cidades” (SPOSITO, 1998, p.28).

Spósito (1991) trata também da redefinição dos centros das cidades, a partir de sua expansão acompanhada da emergência de subcentros, tendo os *shoppings centers* como principal elemento criador dessa nova expressão de centralidade.

Sabemos que nossa análise aborda a emergência de novas centralidades não a partir de *shoppings centers*, mas em função das atividades de lazer no litoral dos municípios analisados, embora deva-se considerar que tais espaços se comportam de maneira semelhante, pois partem da lógica de concentração de comércios e serviços em uma determinada área.

São centralidades que se distinguem das centralidades convencionais, pois estão inseridas em um contexto da urbanização turística, que, conforme discutido anteriormente, tem suas especificidades e é um tipo de urbanização voltado para o turista. Logo, essas centralidades formadas nessa forma de contexto possuem caráter sazonal - na baixa estação os comércios e serviços de oferta inteiramente turística migram para Natal e na alta retornam ao litoral, sobretudo as franquias, reproduzindo as atividades do centro urbano de Natal.

As fotografias 14 e 15 mostram as lojas de franquias da sanduicheria *Pitts Burg* e *Tantico's*, em períodos diferentes do ano, em que esses estabelecimentos assumem dinâmicas diferenciadas na alta e na baixa estação.

Fotografias 14 e 15 – A sanduicheria “Pitts Burg” na alta e na baixa estação, respectivamente em Pirangi do Norte- Parnamirim

Fotos: Elizângela Oliveira – Trabalho de campo (2012)

Fotografias 16 e 17- A sanduicheria *Tantico's* na alta e na baixa estação em Pirangi do Norte – Parnamirim

Fotos: Elizângela Oliveira – Trabalho de campo (2012)

Natal, como capital do Estado do Rio Grande do Norte, obviamente concentra uma infinidade de tipos de comércio e serviços, públicos e privados. É nela que se encontram as grandes Redes de Supermercados, vários *Shoppings Centers*, que variam entre pequeno, médio e grande porte. Lá também se encontram os serviços de saúde, redes de restaurantes e franquias (estas últimas são encontradas frequentemente no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta somente na alta estação), como também uma variedade e os melhores serviços turísticos do Estado, como hotelaria, restauração, etc.

Sobre a localização e o papel que definem a centralidade tanto do ponto vista da análise intraurbana, quanto da força que a centralidade de uma cidade pode exercer para outras cidades, Spósito (1991, p. 6) diz:

[...] o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas e as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim o centro pode ser qualificado com integrador e dispersor ao mesmo tempo.

Assim Natal se constitui no principal nó de uma rede que possui função de convergência e divergência. Sua função de convergência pode ser identificada pelo fato de se constituir como principal reabastecedor das novas centralidades no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, tanto no que se refere às compras realizadas pelos comerciantes para abastecer seus estabelecimentos - a maioria dessas compras é realizada em Natal, nas grandes Redes de Supermercados, como o “Atacadão”, o “Nordestão”, o “Extra” e o “Carrefour” -, quanto no que se refere à mão de obra mais qualificada utilizada nos estabelecimentos, como, por exemplo, as funções de gerência.

Mas Natal, paradoxalmente, funciona também como dispersor em relação aos fluxos que se realizam em grande intensidade nos períodos de alta estação no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, tendo em vista que é dessa capital que sai a maior parte dos usuários de Segunda Residência, em busca de lazer no litoral e é nela onde os turistas, em sua maioria, se hospedam e de onde partem para o litoral dos referidos municípios, que é onde estão localizados alguns dos atrativos naturais do Estado.

Em referência a essa capacidade de atração e dispersão que o centro exerce, a autora diz:

Esta qualidade (integrador e dispersor do centro) pressupõe, provoca e reforça o traço concentrador desta área, permitindo dizer que mesmo que a dimensão ou uma nova dinâmica da divisão territorial do trabalho provoque a emergência de outros “centros”, o principal e cada um deles desempenham um papel de concêntrica, ou seja, para diferentes setores da cidade e para diferentes escalas de atuação/atração, é uma área de interesse de convergência (SPÓSITO, 1991, p. 6-7).

Assim, a demanda por lazer da população natalense e da sociedade em geral tem impulsionado os fluxos de deslocamento de pessoas para as áreas litorâneas.

No caso dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, tal dinâmica tem reafirmado a centralidade de Natal, porque esta se constitui no centro dispersor desses fluxos, mas também tem redefinido o papel desses lugares no contexto econômico. Pois turistas e usuários de segundas residências demandam serviços que atendam às suas necessidades imediatas de consumo, o que tem gerado novas centralidades.

4.2 A Constituição de novas Centralidades

As novas centralidades identificadas no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta poderiam ser interpretadas como um processo de descentralização de Natal em direção a outros municípios, no entanto tal processo caracteriza-se, na realidade, como expansão do tecido urbano de Natal e reforço da centralidade exercida por essa capital, ao tentar reproduzir as mesmas atividades comerciais e de serviços nessas novas centralidades, que vêm a se constituir em subcentros.

Spósito (1991), ao tratar da expansão do centro urbano nas cidades de escala metropolitana, afirma que essa expansão foi acompanhada da emergência de subcentros. A referida autora aborda o processo de expansão por razões diferentes das sugeridas neste estudo (expansão decorrente de atividades de lazer no litoral), mas isto não impede que percebamos que o processo, num e noutro caso, apresenta características semelhantes.

No que tange à origem e formação dos subcentros, Spósito (1991, p. 9-10), afirma que “Tais subcentros podem ser caracterizados como áreas em que se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas [...]”.

No caso enfocado neste estudo, verificamos a ocorrência de centros especializados em atividades de lazer.

Em seguida, a mesma autora (1991, p. 12), referindo-se ao papel dos *Shopping Centers* como nova expressão de centralidade, os quais, apesar de não se constituírem a origem das novas centralidades que emergiram no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta, pois estas ocorrem por outras razões, são exemplos caracterizadores do que define nova centralidade, pelos mesmos elementos, ou seja, a concentração de tipos de comércio e serviços públicos e privados, afirma:

[...]através da concentração de um conjunto de estabelecimentos voltados ao comércio e serviços, em uma nova localização, recria-se a centralidade, ou seja, reúnem-se em outro locus as mesmas qualidades de concentração que se encontra no centro [...] (SPÓSITO, 1991, p.12).

É partindo deste ponto, através da pesquisa de campo realizada em janeiro e fevereiro de 2012, quando foram contabilizados 364 tipos de comércio e de serviços públicos e privados no litoral dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, sendo envolvidas as oito praias que fazem parte dos referidos municípios (Barreta, Camurupim, Barra de Tabatinga, Búzios, Pirangi do Sul e Pirangi do Norte, Cotovelo e Pium), que identificamos a emergência de três subcentros nessa área.

É importante ressaltar que os referidos tipos de comércio e de serviços públicos e privados estão distribuídos nas principais vias que compõem o litoral dos municípios em foco. No geral, era uma única via, no máximo duas, em cada uma das praias. A principal via de acesso aos dois municípios, ressaltamos, é a RN063, que corta todo o litoral, saindo de Natal, passando por Parnamirim e seguindo até as praias de Nísia Floresta.

Tendo em vista que as vias de circulação e de acesso a determinados locais estão diretamente relacionadas à expansão urbana e à concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços, além de se constituírem nas principais áreas de investimentos do capital imobiliário, redefinindo espaços e possibilitando os mais variados fluxos, de pessoas, mercadorias, etc, Spósito (2010, p. 214) afirma que:

A ideia de centralidade é associada a tal maneira à organização do sistema de vias, de transportes e de comunicações que todos os esforços de reconstituição, mesmo parciais, dos papéis dos centros urbanos são acompanhados de medidas efetivas para o melhoramento da acessibilidade.

Neste sentido, a Rodovia RN063 tem papel fundamental na estruturação do Litoral, ampliando o fluxo de pessoas e mercadorias significativamente, possibilitando, assim, a ocupação, a expansão das Segundas Residências e o desenvolvimento do Turismo - contexto bem diferente comparado a décadas anteriores, conforme coloca Miller (2002, p. 96): “até 1970 o transporte no litoral se dava em carro-de-boi ou no lombo dos animais”, pelo menos no que diz respeito a Barra de Tabatinga (praia de Nísia Floresta).

A autora diz que a referida rodovia era uma estrada de barro até a primeira metade dos anos oitenta e se tornava intransitável quando chovia, de forma que o acesso à comunidade só se dava pelo mar ou por Nísia Floresta. Essa via foi por onde inicialmente se estabeleceu a relação com a capital Natal, tendo sido fundamental tanto para o desenvolvimento da atividade turística quanto para a expansão das Segundas Residências. O fato evidenciado por Miller (2002) também indica a precariedade dos serviços relacionados ao transporte e ao acesso ao Litoral até a década de 80.

Tal precariedade é revelada também, por outros estudiosos do litoral dos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta em outro item básico: o da energia elétrica. Assim, Pontes *et al.* (1993, p. 76) revelam que:

[...] em 1979, Búzios [praia também pertencente ao município de Nísia Floresta] ainda não dispunha de energia. A população veranista e alguns moradores fixos lutavam para que a COSERN levasse luz até lá, a fim de facilitar a vida dos que ali moravam. Nessa época, a energia chegava até Pirangi do Sul [praia anterior a Búzios e a primeira do litoral de Nísia Floresta, no sentido norte-sul].

E, um ano depois, “em outubro de 1980”, esse serviço chega na praia que se segue a Búzios, ou seja, em Barra de Tabatinga.

Ainda acerca dos impactos sobre a RN063 para o litoral dos municípios em questão, Miller (2002) diz que essa via de acesso ao litoral foi responsável até mesmo por mudar as relações sociais das comunidades litorâneas. Segundo a autora:

[...] foi após a abertura da estrada de Natal-Tabatinga que se evidenciou uma mudança na organização social com a introdução de relações de assalariamento, alteração na estrutura fundiária, por venda das terras a preços baixos, exploração turística e imobiliária (MILLER, 2002, p. 92).

No que se refere às principais vias de acesso (Mapa 4) e simultaneamente concentradoras da variedade de estabelecimentos comerciais e de serviço do litoral de Parnamirim, conforme as praias, elas estão distribuídas da seguinte maneira:

- Praia de Pium - possui duas vias importantes: a Joaquim Patrício e a Edgar Medeiros;
- Pirangi do Norte- as principais vias são: a Avenida Deputado Márcio Marinho e a São Sebastião.

Em Nísia Floresta, a divisão é a seguinte:

- Praia de Búzios – onde há apenas uma via principal: a Alceu Emiliano da Silva
- Praia de Barra de Tabatinga/Praia de Camurupim- Praia de Barreta – que dispõem de uma única via: a Monsenhor Antônio Barros.³²

³² A Rodovia RN063 liga todo o Litoral Sul, de Natal até a Praia de Barreta, em Nísia Floresta, mas em alguns trechos, conforme mostra o Mapa 4, ela ganha nomes específicos.

Mapa 4- Localização das principais Vias do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta

Em função da concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços públicos e privados e da relação turista/morador local/usuário de Segunda Residência, enquanto consumidores e usuários desses 364 tipos de comércio e serviços ao longo do litoral dos dois municípios analisados, detectamos a existência de três subcentros na área analisada, sendo dois deles localizados no município de Parnamirim - nas praias de Pirangi do Norte e Pium (Mapa 5) -, e o outro, em Nísia Floresta, na Praia de Barra de Tabatinga (Mapa 6), com características bem distintas entre eles.

Notamos que o fato de Parnamirim estar mais próximo de Natal e possuir um maior contingente populacional (fixo e flutuante) propiciou a emergência de dois subcentros, enquanto Nísia Floresta, que possui um litoral bem mais extenso, porém com um contingente populacional menor, dispõe apenas de um subcentro, uma vez que parte de sua demanda é sazonal (flutuante), não justificando a constituição de outras áreas centrais.

No geral, o litoral de Nísia Floresta possui uma demanda sazonal maior do que a do litoral de Parnamirim, embora o subcentro de Pirangi do Norte (Parnamirim) possua uma maior sazonalidade em relação aos demais subcentros, por ser o que mais atende à demanda turística. Por isto, após os períodos de alta estação, essa localidade perde parte de seu dinamismo, embora ganhe uma nova dinâmica: nos fins de semana, essa área de praia acaba tornando-se uma extensão de Natal, para onde os natalenses se deslocam a fim de frequentarem seus restaurantes e bares, retornando em seguida para Natal.

A constituição dessas áreas centrais está relacionada à expansão das atividades de lazer (Segundas Residências) e de turismo em direção ao Litoral Sul. Tais áreas são formadas a partir da concentração de vários comércios e serviços privados que atendem à demanda turística, como restaurantes, bares, feira de artesanato, parques temáticos, etc; atendendo também à demanda dos usuários de Segundas Residências e da população local. A formação das áreas centrais conta também com a concentração de serviços públicos como unidades básicas e mistas de saúde, delegacias, Correios, etc.

4.2.1 Subcentro de Pirangi do Norte

O primeiro desses subcentros está localizado em Pirangi do Norte - Parnamirim. Segundo o Inventário Turístico do Litoral de Parnamirim (2001) *Pirangi* é uma palavra de origem indígena. Na localidade em foco, há um rio que foi chamado pelos indígenas de “rio-de-piranhas”, “pira-gi-pe”, daí *Pirangi*.

Esse subcentro é o maior em termos de diversidade e qualidade dos tipos de comércio e de serviços privados e públicos. A praia de Pirangi do Norte é bastante conhecida por turistas, sobretudo porque é nessa praia que está um dos principais atrativos turísticos do Estado: o Maior Cajueiro do Mundo. A praia também é muito frequentada - no período da alta estação, nos fins de semana e nos feriados -, por usuários de Segunda Residência, concentrando um grande número dessa modalidade de domicílios.

Segundo pesquisa de campo, entre os serviços e comércios encontrados nessa praia, destaca-se uma variedade considerável de restaurantes, bares, inclusive alguns deles encontrados somente em Natal, como a *Pizzaria “Mister Pizza”* (Fotografia 18), a lanchonete *Tantico’s*, o *PittsBurg*, o *Mr. Empadas* e o tradicional restaurante *Paçoca de Pilão* (Fotografia 19).

Fotografias 18 e 19 - Estabelecimento comercial da franquia *Mister Pizza* e o tradicional restaurante *Paçoca de Pilão* - Pirangi do Norte/Parnamirim

Foto 1: Elizângela Oliveira – Trabalho de campo (2012)

Foto 2: disponível em: <<http://www.assessorn.com/>>³³

Foram totalizados nessa praia 108 tipos de comércio e de serviços públicos e privados (ver Tabela 17), tais como: bares; restaurantes, pizzarias, pousadas, hotéis,

³³ Acesso em: 18 fev. 2012

supermercados, sorveterias, lojas de material de construção, lanchonete, clubes de dança, salões de beleza, academia, farmácias, *lan houses* e lojas de artesanato.

Com relação aos serviços públicos, Pirangi do Norte dispõe de uma unidade mista de saúde, escolas, um posto dos Correios e delegacia de polícia.

4.2.2 Subcentro de Pium

O segundo subcentro é Pium. Segundo o Inventário Turístico do litoral de Parnamirim (2001, p. 7), a origem da palavra *Pium* deriva de uma espécie de mosquito de mesmo nome, existente em grande quantidade na região, devido aos muitos rios e várzeas dessa localidade.

Esse subcentro é de tamanho semelhante ao de Pirangi do Norte, porém com dinâmica muito diferenciada quanto ao tipo de consumidores e usuários dos serviços oferecidos. Em Pium, estes são destinados, em sua maioria, para atender à população local, e são caracterizados por sua simplicidade.

Os tipos de serviços e de comércio de Pium são compostos de bares simples e pequenos, apenas três restaurantes, um posto de combustíveis, empórios, salões de beleza, lojas de material de construção, borracharia, lojas de confecções, loja de móveis, academia, farmácia, uma unidade de saúde, três escolas, um posto dos Correios e um posto da Polícia Rodoviária Federal.

Mapa 5- Distribuição de comércios e serviços públicos e privados e localização dos Subcentros no litoral do Município de Parnamirim-RN

4.2.3 Subcentro de Barra de Tabatinga

O terceiro subcentro está localizado na praia de Barra de Tabatinga (Mapa 6), no município de Nísia Floresta, e concentra uma diversidade de serviços, a saber: empórios e lojas de conveniência, pousadas, farmácia, bares e restaurantes, pizzaria, lanchonetes e sorveterias, lojas de material de construção, borracharia, salão de beleza, lojas de confecções. Dentre os serviços públicos, a praia conta com um posto dos Correios, uma escola e uma unidade básica de saúde, totalizando 43 tipos de comércio e de serviços públicos e privados.

Embora esse subcentro seja bem menor - comparado ao de Pirangi do Norte e Pium - percebemos sua centralidade nessa área litorânea, em relação às praias de Camurupim e Barreta, pois é lá que se encontra uma variedade maior de comércio, como restaurantes e bares, e também os serviços públicos de correio, segurança, e saúde do litoral de Nísia Floresta.

Apesar das praias de Barreta e Búzios disporem de suas próprias unidades de saúde, os demais serviços mencionados são encontrados apenas em Tabatinga, como o Posto Policial e o dos Correios. Nessa praia, também está localizada a única farmácia que atende às demais praias de Nísia Floresta.

Mapa 6- Distribuição de comércios e serviços públicos e privados e localização de Subcentro no litoral do Município de Nísia Floresta - RN

Os subcentros dessas praias apresentam diferentes dinâmicas entre si, sobretudo, no que se refere ao tipo de consumidores e usuários de tais modalidades de comércio e serviço e sua dinâmica de funcionamento.

Pirangi do Norte destaca-se, em relação aos outros dois subcentros, no que se refere ao atendimento aos turistas (Gráfico 19), pois nesse subcentro verifica-se a presença de um maior número de equipamentos turísticos, tais como hotéis e pousadas, bares e restaurantes, entre outros, e os atrativos: “O Maior Cajueiro do Mundo”, local de visitaço obrigatria, e o passeio de barco do complexo turstico “Marina Badau”.

Do total de estabelecimentos entrevistados³⁴, 13,79% atendem principalmente turistas, constituindo-se no maior percentual encontrado na rea pesquisada. Apesar da presena de turistas, importante ressaltar que a maioria dos consumidores dos servios oferecidos nesse subcentro constituda pelos prprios moradores locais (41,38%). Tal fato pode ser explicado pela refuncionalizao do territrio (Residncias de Secundrias se transformaram em Residncia Permanente), mencionada anteriormente, decorrente das melhorias das estradas, que facilitaram o acesso a esse subcentro, havendo assim, um crescimento da populao permanente.

Em Pium, a populao local (53,85%) constitui-se nos principais consumidores da variedade de servios e de comrcio oferecida (Gráfico 19). O nmero de Segundas Residncias nessa praia restrito - apenas 62³⁵, conforme podemos verificar na Tabela 8 -, logo no poderia ter esse pblico como seu principal consumidor. Essa rea tambm no atrai turistas - a feira de frutas que se destaca mais, recebendo, mesmo assim, um nmero limitado de visitao.

J em Tabatinga, a maior porcentagem dos consumidores dos servios e produtos oferecidos no comrcio de usurios de Segunda Residncia, sendo isto apontado por 25% dos respondentes. Tal fato explicado pela grande concentrao dessa modalidade de residncia no litoral do municpio de Nsia Floresta. Mas tal rea tambm foi apontada por 33,33% dos entrevistados como sendo uma rea mista que atende tanto ao usurio de Segunda Residncia, quanto a turistas e

³⁴ Dados referentes s entrevistas realizadas com os comerciantes e prestadores de servios no litoral de Parnamirim e Nsia Floresta.

³⁵ importante destacar que esse nmero de Segundas Residncias refere-se apenas aos Setores Censitrios do Litoral, pois, no geral, Pium tem sido na ltima dcada rea de expanso imobiliria, embora esses novos empreendimentos encontrem-se mais no interior da localidade e no no litoral.

população local, sendo este, de fato, o subcentro menos definido quanto ao atendimento a um dos segmentos.

Gráfico 19- Principais Usuários e/ou Consumidores dos Estabelecimentos por Subcentro

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro e fevereiro de 2012

Esses subcentros também possuem uma dinâmica distinta quanto ao funcionamento de seus estabelecimentos (Gráfico 20). Pirangi do Norte, por exemplo, é o que apresenta a maior porcentagem de estabelecimentos que não funcionam durante a maior parte do ano (20,69%), sendo abertos somente no período de alta estação ou em fins de semana e feriados, dado que é condizente com o fato de esse subcentro ser o que mais atende às demandas dos turistas. Esse subcentro, na alta estação (nos meses de dezembro a fevereiro), é bastante agitado, com seus estabelecimentos comerciais abertos e em pleno funcionamento todos os dias; sobretudo nos fins de semana, essa “badalação” ainda é mais intensa com a abertura da casa de show “Arena circo da folia”, a qual é palco de apresentações de grandes nomes da música brasileira e de bandas também nacionais.

Depois vem Barra de Tabatinga, que conta com 16,67% de seus estabelecimentos funcionando somente na alta estação e 83,33% durante todo o ano, isto porque esse subcentro atende à população de Praia de Barra de Tabatinga, Camurupim e Barreta, que conta com um contingente de residente

permanente de 1.641, atendendo também aos usuários de Segunda Residência, cuja maioria é oriunda de Natal, e geralmente se encontra em suas residências temporárias nos fins de semana e feriados, algumas vezes realizando compras complementares nos estabelecimentos desse subcentro.

Já em Pium, 100% dos estabelecimentos funcionam durante todo o ano, isto porque esse subcentro atende maciçamente à população local, conforme foi mencionado anteriormente.

Percebemos que essa dinâmica de funcionamento dos estabelecimentos está intrinsecamente ligada ao tipo de cliente atendido nesses locais. Nos subcentros que atendem a um maior número de turistas ou de usuários de Segunda Residência - no caso de Pirangi do Norte e Barra de Tabatinga -, esse funcionamento apresenta uma maior sazonalidade. Em Pium, todavia, como a maioria dos clientes é constituída pelos moradores locais, tal funcionamento ocorre durante todo o ano.

Gráfico 20- Funcionamento dos Estabelecimentos durante todo o ano

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Mesmo com a existência de subcentros nessas áreas, não ocorre, por parte dessas localidades, uma independência em relação a Natal; ao contrário, a centralidade da capital se mantém forte, sobretudo no que se refere ao abastecimento desses estabelecimentos. Dos comerciantes e prestadores de serviços entrevistados, 43,88% afirmam que seus principais fornecedores encontra-se no polo metropolitano, conforme mostra a Tabela 22:

Tabela 22 – Município dos principais Fornecedores dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços públicos e privados do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta

Município fornecedor	%
Natal	43,88
Natal e Brejinho	14,29
Natal e São José de Mipibú ³⁶	7,14
Natal e Parnamirim	5,10
Parnamirim	3,06
Natal e Nísia Floresta	4,08
Natal, Parnamirim e Nísia Floresta	2,04
Outros municípios	20,41

Fonte: Trabalho de campo - 2012

Os dados também mostram que a relação dos comerciantes e prestadores de serviços com Natal, considerando este aspecto, é mais intensa do que com os próprios municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, tendo em vista que além do baixo percentual daqueles que afirmaram abastecer seus estabelecimentos com compras realizadas nestes últimos, sempre mencionavam também Natal. Apenas 3,06% dos entrevistados afirmaram realizar somente em Parnamirim.

De maneira geral, os subcentros apresentam características relacionadas no Quadro 4:

³⁶ Município pertencente a Região Metropolitana de Natal e limita-se a leste com Nísia Floresta.

Quadro 4- Características dos Subcentros

Características	Subcentros		
	Pirangi do Norte (Parnamirim)	Tabatinga (Nísia Floresta)	Pium (Parnamirim)
Sazonalidade	Alta	Alta	Baixa
Principais Consumidores	Turistas; usuário de Segunda Residência e População local	Usuário de Segunda Residência e População local	População local
Comércio	Maior diversificação	Elementar	Elementar
Articulação com Natal	Alta	Média	Alta
Equipamento Turístico	Alto	Médio	Baixo
Turismo	Alto	Médio	não
DUO*	Alto	Alto	Baixo
DP**	Alto	Médio	Baixo ³⁷

Fonte: Pesquisa de campo (2012)
 Org. Elizângela Justino de Oliveira
 *Domicílios de Uso Ocasional
 **Domicílios Permanentes

É importante ressaltar que a dispersão urbana ao longo da faixa litorânea com a formação de novas centralidades não implica a diminuição da força econômica e administrativa, nem a oferta de serviços especializados em Natal e nem tampouco a transferência desses serviços de Natal para o litoral dos municípios analisados, mas, sim, a reprodução no litoral de alguns tipos de comércio e serviços existentes no polo metropolitano. Este, mesmo continuando como o grande centro com toda sua força político-econômica, após o desenvolvimento da atividade turística, passou a estabelecer com as novas centralidades uma relação também de complementaridade, uma vez que Natal dispõe dos melhores hotéis, da maior quantidade de meios de hospedagem do Rio Grande do Norte, concentrando quase 1/3 dos meios de hospedagem de todo o Estado (SETUR-RN, 2008), além de uma oferta diversificada de bons restaurantes, bares e entretenimento. Todavia, convém ressaltarmos, Parnamirim e Nísia Floresta possuem em seus territórios importantes atrativos naturais para o desenvolvimento do Turismo.

Santos (2008, p. 169), fazendo referência à relação estabelecida entre as redes urbanas, na perspectiva da economia entre diferentes cidades, em um

³⁷ O baixo número de Domicílios Particulares Permanentes no litoral de Pium pode ser explicado pela grande área militar em seu litoral, que dificulta a ocupação. No Censo de 2010, os Domicílios Permanentes em Pium contabilizaram 1.104, contra 2.402 em Pirangi do Norte e 1.609 foram contabilizados em Tabatinga-Camurupim.

contexto onde as hierarquias já não se apresentam de forma tão rígida quanto antes, observa o seguinte: “[...], em um mesmo espaço defrontam-se influências de alcance e intensidade diferentes, de natureza quase distinta. É, pois, impossível e inútil tentar determinar um espaço que dependa completamente de uma dada cidade”.

Assim, embora Natal disponha de centralidade enquanto capital de um estado, a relação com as novas centralidades nesse contexto não se impõe de forma rígida, uma vez que esta precisa desses municípios para aumentar os recursos captados da atividade turística.

CONCLUSÃO

Na Sociedade Contemporânea, a busca pelo prazer torna-se algo cada vez mais apreciado, o que faz do hedonismo uma de suas características principais. Atividades relacionadas ao lazer vêm sendo, cada vez mais, comercializadas e o lazer passa a ser uma forma um tanto inédita de se venderem novos produtos. A expansão desse fenômeno - o lazer - tem impulsionado o processo de urbanização em várias localidades do Litoral Brasileiro e em outras áreas do Mundo.

No caso enfocado neste estudo – a faixa litorânea ao sul de Natal, correspondente aos municípios de Parnamirim e Nísia Floresta -, a Segunda Residência e a atividade do Turismo se constituem em expressão máxima do lazer, a ponto de desencadear uma nova dinâmica na área e de propiciarem a implantação de infraestrutura, além de promoverem o crescimento de uma variedade de comércio e de serviços, que surgem para atender às demandas de consumo do usuário dessa modalidade de residência e do turista.

Em função de tal demanda por parte principalmente de turistas e usuários de Segunda Residência - e também pelos residentes permanentes que têm aumentado, verificamos que, entre os anos de 1992 e 2012, houve um crescimento de estabelecimentos comerciais e de serviços de 70%, originando novas centralidades na área enfocada nesta pesquisa.

Constatamos que as centralidades emergentes nessa área, que desempenha funções voltadas para o lazer, apresentam algumas especificidades, tais como:

- são especializadas no segmento voltado para o lazer – a maioria de seus estabelecimentos comerciais e de serviços busca atender ao usuário de Segunda Residência ou a turistas.
- são sazonais – o nível de centralidade varia de acordo com os períodos de alta e baixa estação, assumindo maior expressividade na primeira (período que compreende principalmente os meses de dezembro a fevereiro).

Dá, assim, para concluir que a economia local é caracterizada por uma sazonalidade. No período de alta estação - nos meses de dezembro a fevereiro, como também no mês de julho -, hotéis e pousadas recebem expressivo número de hóspedes; restaurantes, bares e casas de shows abrem diariamente suas portas; e a procura por produtos nos estabelecimentos comerciais se intensifica, evidenciando

uma centralidade significativa, dada a atração que exerce tanto em investidores, quanto em consumidores e usuários dos serviços oferecidos.

Na baixa estação, a realidade se passa diferentemente: os estabelecimentos comerciais tendem a eleger dias específicos para funcionar - geralmente nos fins de semana, quando as praias ganham uma dinâmica maior em comparação com os dias úteis da semana. Nessa época do ano, restaurantes e bares costumam funcionar para atender, especialmente, clientes de Natal que se deslocam até o Litoral para apenas consumirem serviços de restauração, retornando em seguida para essa capital. Esta se constitui uma das estratégias de “sobrevivência” de alguns bares e restaurantes do Litoral. Muitos estabelecimentos, inclusive, encerram suas atividades nesse período, na medida que a fraca demanda não justifica seu funcionamento, sobretudo no caso das franquias de lanchonetes e pizzarias, que permanecem no Litoral apenas no período da alta estação.

Alguns comércios e serviços que servem aos usuários de Segunda Residência, tais como padaria, lojas de conveniências e empórios, mesmo com a queda significativa nas vendas, continuam funcionando, pois geralmente atendem também à população local.

No que se refere a alguns serviços públicos e infraestrutura básica de fornecimento de água, coleta de lixo, esgoto, saúde e segurança, essa porção do Litoral ainda apresenta grande precariedade, sendo esta mais evidente em Nísia Floresta, onde o consumo de água ainda se dá, em grande medida, através de poços artesianos – a água encanada representa apenas uma pequena parcela -, não há rede de esgoto, utilizando-se, assim, a fossa séptica, os serviços de segurança também são precários - basicamente funcionam com um pouco mais de eficiência na alta estação - e a coleta de lixo só ocorre com maior frequência também nesse período chamado de “veraneio”.

Os serviços de saúde geralmente não estão disponíveis aos fins de semana, fato que contraria a dinâmica sazonal do local, tendo em vista que é no fim de semana que esses locais recebem maior quantidade de visitantes.

Em relação às vias de acesso até o Litoral, a mais precária também é a que dá acesso às praias desse município: a RN 315, no sentido oeste-leste. Essa via há muito encontra-se bastante deteriorada.

Outro agravante é que na alta estação a demanda por esses serviços de segurança, água, energia, esgoto e coleta de lixo aumenta, suplantando a oferta -

fato que dificulta a administração pública dos municípios, que já é deficiente nessas áreas.

Um aspecto também observado é que o turismo em Nísia Floresta é menos desenvolvido do que em Parnamirim e sua população residente também é inferior, sendo esta praticamente metade da de Parnamirim, possuindo um número de Segunda Residência duas vezes superior ao deste último, de forma que, na baixa estação, o litoral de Nísia Floresta apresenta-se como típica cidade-fantasma, apenas com alguns estabelecimentos comerciais abertos, que atendem aos poucos moradores locais; quanto aos restaurantes, estes, em geral, fecham durante a semana, reabrindo apenas nos fins de semana.

Em termos econômicos, o litoral de Nísia Floresta e o de Parnamirim constituem áreas complementares de Natal e sua dinâmica de funcionamento é regida pela dinâmica desse centro urbano. Mas, se, por um lado, a proximidade com Natal inibe um maior desenvolvimento do comércio e serviços na área, por outro, a economia local termina por se justificar a partir do transbordamento das demandas por lazer existentes em Natal (usuários de Segunda Residência e turistas).

Tal dinâmica vem reforçar a centralidade de Natal, considerando que os serviços ofertados na capital apresentam maior diversidade e qualidade - o que justifica o fato de a maioria dos turistas estar hospedada nessa capital.

Devido a ali se concentrarem os melhores hotéis e a oferta de bares, restaurantes e entretenimento ser significativa, a permanência do turista em Natal termina por ser superior, em relação ao que ocorre naquela porção do Litoral que estamos enfocando. Assim, os espaços litorâneos dessa área, destinados à visitação turística, justificam a economia de Natal, isto é, configurando-se, enquanto espaços complementares.

No entanto, apesar dessa forte centralidade exercida por Natal, verifica-se a emergência e constituição de novas centralidades na área enfocada neste estudo, que assumem características particulares, uma vez que funcionam a partir de atividades voltadas para o lazer, diferentemente de algumas centralidades que surgem a partir de outras dinâmicas.

O fator determinante do surgimento dessas novas centralidades foi o processo de urbanização identificado na área, o qual caracteriza-se por um aumento da população flutuante e permanente; pela substituição das Residências Secundárias em Residências Permanentes; pelo crescimento do comércio e da

oferta de serviços; e pela implementação de uma infraestrutura, tal como a melhoria das vias de acesso já existentes e a implantação de novas vias de circulação.

É importante ressaltar que as vias de acesso foram fundamentais para o desenvolvimento do Turismo e para a expansão urbana do Litoral Sul Potiguar. Foram estas que possibilitaram o fácil e rápido acesso a tais áreas, viabilizando sobremaneira a refuncionalização do território e a expansão de residências temporárias e permanentes. Toda a dinâmica dessa parte do Litoral ocorre, portanto, em torno das vias de acesso, ao longo das quais, concentram-se os restaurantes, bares, casas de shows, empórios, lojas de conveniência e outros tipos de serviço.

Nesse processo, algumas áreas assumem mais relevância que outras, decorrentemente da infraestrutura que oferecem, da oferta de tipos de comércio e de serviço, por agregarem uma população residente ou flutuante maior. Considerando tais dinâmicas, foram identificadas três áreas centrais ao longo dessa porção litorânea: uma em Nísia Floresta, na Praia de Barra de Tabatinga; e duas em Parnamirim, uma em Pirangi do Norte e outra em Pium.

Dessas áreas centrais, todavia, Pirangi do Norte (em Parnamirim) se constitui na área mais dinâmica, considerando o litoral de ambos os municípios em questão. Constatamos que essa relevância ocorre, primeiramente, devido aquela praia ser um dos primeiros núcleos de Segunda Residência da população natalense e, em seu território, estar situado um dos principais atrativos turísticos do Estado e de visitaço obrigatria: o Maior Cajueiro do Mundo.

Este atrativo comeou a ser visitado na dcada de 1950 - fato que, ao longo dos anos, foi atraindo, para o seu entorno, pequenos comerciantes de alimentos e objetos que pudessem interessar aos visitantes.

Somado a isto, Pirangi do Norte tambm se constitui na praia que oferece melhor infraestrutura bsica, de comrcio e servios pblicos e privados, fator que contribuiu tambm para o crescimento de residncias permanentes.

Assim, essa localidade tornou-se a praia com maior destaque no Litoral Sul, dispondo de uma oferta de servios mais diversificada e recebendo um maior nmero de turistas, o que a torna a praia mais afetada pelos efeitos da sazonalidade.

Verificamos ainda que o processo de urbanizao decorrente da melhoria da infraestrutura (equipamentos, comrcio e servios) na rea objeto de estudo gerou uma valorizao fundiria, atraiu investidores e desencadeou uma intensa

especulação imobiliária ali, onde observamos a ocorrência de vários investimentos nacionais e estrangeiros, notadamente nas praias de Tabatinga, Búzios, Cotovelo e Pirangi do Norte. Entre os investidores internacionais, estão os noruegueses, os espanhóis e os franceses.

Concluimos, em função das dinâmicas anteriormente apontadas, que, nas últimas duas décadas, o litoral de Parnamirim e Nísia Floresta tem se tornado palco de significativas mudanças socioespaciais, requerendo olhares de pesquisadores diversos, no intuito de se vir a apreender sua realidade que compreende processos múltiplos e complexos.

Neste estudo, procuramos trazer alguma contribuição, analisando a natureza, características e funcionamento das centralidades emergentes em áreas funcionalmente voltadas para o lazer e para o turismo.

REFERÊNCIAS

ALEDO, Antonio; MAZÓN, Tomás; MANTECÓN, Alejandro. **La Insostenibilidad del Turismo Residencial**. Universidad de Alicante (España). P. 1- 30.

ANJOS, Francisco Antônio dos; OLIVEIRA, Lisete Assen de. **Turismo e dispersão urbana no litoral de Santa Catarina**. In: REIS, Nestor Goulart (Org.). **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das artes, 2009. p. 197-210.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano VII-nº 11,12,13-set./out., 2003.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das Viagens e do Turismo**. 2ª Ed. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados da Sinopse por setor censitário. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações Documentação do Arquivo. Rio de Janeiro, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do Consumo**. Biblioteca Nacional de Portugal: Arte e comunicação, 2010. p.121-252.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSP, 2003.

BRUHNS, Heloisa Turini. **Relações entre a educação física e o lazer**. In: _____. Introdução aos estudos do lazer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 33-37.

_____. **Turismo e lazer: Viajando com personagens**. In.: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes (Orgs). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas, SP: Papirus, 2000. – (Coleção Turismo). P. 81-103.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CLAVÉ, Salvador Anton. **La urbanización turística: De la conquista Del viaje a la reestruturación de la ciudad turística**. In.: Documents d' Análisi Geogràfica, 1998. p.17-48.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; PESSOA, Zoraide Souza. Tipologia sócioespacial numa metrópole em formação: A RMNatal. In.: _____. (Orgs.). **Natal: uma metrópole em formação**. 1a ed. São Paulo: Educ, 2009. P. 73-113.

CRUZ, Rita de Cássia Arida da. **Introdução a Geografia do turismo**. São Paulo: Rocca, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do turismo: De lugares a pseudolugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p.41-91.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; FERREIRA, Angela Lúcia; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Introdução. In: _____. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 09-13.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; FERREIRA, Angela Lúcia; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 71-83.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Alexandre Queiroz; PANIZZA, Andreia. Urbanização litorânea das metrópoles nordestinas brasileiras. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; FERREIRA, Angela Lúcia; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 85-113.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización: Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, Francisco Javier. **La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias**. Barcelona: CCCB, 1998.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. 3ª ed. São Paulo: Editora perspectiva S.A, 2004.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; COSTA, Ademir Araújo da. A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004. P. 25-32.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal, RN: EDUFRN, 2005. 226p.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. SILVA, Kelson de Oliveira. Origem e Evolução das segundas residências no Pólo Costa das Dunas/RN. In.: FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. (org.). **Segunda residência, lazer e Turismo**. Natal,RN:EDUFRN, 2012.p, 95-126.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; LIMA, Renata Mayara Moreira de. Segunda Residência: Conceito, características e significados. In.: FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. (org.). **Segunda residência, lazer e Turismo**. Natal, RN: EDUFRN, 2012.p, 11-18.

GEBARA, Ademir. Considerações para uma história do lazer no Brasil. In: BRUHNS, Heloisa Turini. **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GOMES, Christianne Luce. Verbetes lazer - concepções. In: GOMES, Christianne Luce. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 125.

_____. O “ócio” como objeto de estudos: Notas introdutórias sobre conceitos e ocorrência histórica em nossa sociedade. **Cuadernos de ocio y sociedad**, v. 1, p. 23-40, 2007. Disponível em <<http://grupootium.files.wordpress.com/2011/06/o-ocio-como-objeto-de-estudos.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

_____. GOMES, Christianne Luce. O **lazer como campo de formação para profissionais da educação física: a questão das competências**. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Salvador – Bahia – Brasil 20 a 25 de setembro de 2009.p.: 1-11. Disponível em:<<http://rbceonline.or.br/congressos/index.php/>>. Acesso em: 30 nov. 2012

GOMES, Christianne; OSORIO, Esperanza; PINTO, Leila; ELIZALDE, Rodrigo. (Orgs). **Lazer na América Latina/tiempo libre, ócio y recreación em Latinoamérica**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e Prazer Questões Metodológicas e Alternativas Políticas**. São Paulo: Edusp, 2001.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HERNÁNDEZ, Rafael Mas. **Periferias urbanas e novas formas espaciais**. Biblioteca Virtual Universal-Editorial Del Cardo, 2006.

HIERNAUX-NICOLAS, D. **La promoción inmobiliaria y El turismo residencial: El caso mexicano**. In: Sriptá Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. IX, n. 194(05), agosto/2005.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico**. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012 as 10h06min.

_____. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse>>. Acesso em: 15 abr. 2012 as 10h07min.

_____. Cidades@. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 05 abr. 2013 as 01h16min.

Inventário Turístico do litoral de Parnamirim. Ministério da Educação e do Desporto. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pro-Reitoria de Extensão. Natal/RN, julho de 2001. Coordenação e supervisão: Keila Brandão Cavalcanti.

Jornal Metropolitano. Parnamirim – Especial: **Um Litoral aberto ao Turismo.** Ano XI - Edição 619 - 14 de Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.jornalmetropolitano.com.br/?pg=caderno&cad=10>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

KON, Anita. **Sobre as atividades de Serviços:** Revendo Conceitos e Tipologias. Revista de Economia Política, Vol. 19, nº 2 (74), abril-junho/1999. p.64-83.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

LÓPES COLÁS, Julián. **La residencia secundaria en España:** estudio territorial de uso y tenencia. Barcelona, 2003. 440 p. Tese (Doutorado em Geografia). Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **Urbanização Turística:** um novo nexos entre o lugar e o mundo. In.: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes (Orgs). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas, SP: Papirus, 2000. – (Coleção Turismo). P. 105-130.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos sobre o lazer: Uma introdução.** 3ª Ed. – Campinas, SP: Autores associados, 2002. (Coleção educação física e esportes).

MILLER, Francisca de Souza. **Barra de Tabatinga:** Terra do Povo, Mar de todos: a organização social de uma comunidade de pescadores do Litoral do Rio Grande do Norte. Natal (RN): EDUFRN Editora da UFRN, 2002.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999).** Coleção Natal 400 anos: Volume VII, Governo do Rio Grande do Norte, Prefeitura de Natal, 1999.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Revista Paranaense de desenvolvimento, Curitiba, nº 111, p. 09-18, jul./dez. 2006.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade:** Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Vol. II. Perspectivas. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 2001. (Biblioteca Tempo Universitário. N. 89. Série estudos Alemães). p.9-109.

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa das Dunas. Disponível em: <http://www.iadb.org/regions/re1/br/br0323/pditrn1.pdf>. Acesso em 19 dez. 2012.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: contradições da vilegiatura marítima à metropolização no nordeste do Brasil**. Fortaleza, 2012, 452 p. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós- graduação em geografia, Universidade Federal do Ceará.

PONTES, Maria Beatriz Soares; Nóbrega Júnior, Orgival; LIMA, Juarez Antunes de; BRITO, Maria Taveira de. **Meio – Ambiente e processo fundiário em conflito: Parnamirim e Nísia Floresta**. Natal: UFRN/CCHLA, 1993.

PRODETUR/NE II. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em: 24 mar. 2013

SÁNCHEZ, Joan – Eugeni. **La dinamica territorializadora de una actividad productiva**. IN: Espacio, economia y sociedad. Madri: siglo XXI, 1991.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SETUR. **Dados Estatísticos do Turismo no Rio Grande do Norte**. Fluxo de Turistas (Natal e RN) 2001-2007. Disponível em < <http://www.natalbrasil.tur.br/>>. Acesso em 04 de abril de 2012 às 23h15mim.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. **O litoral e a metrópole: dinâmica imobiliária, turismo e expansão da Região Metropolitana de Natal-RN**. Natal, 2007. 428 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pósgraduação em Arquitetura e Urbanismo.

SILVA, Kelson de Oliveira. **A residência secundária e uso do espaço público no litoral oriental potiguar**. Natal, 2010, 190 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós- graduação em geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Harley; MONTE-MÓR, Roberto L. **Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis**. 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_3/abep2010_2530.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 10, p.1-18. 1991.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, ano 111,nº 4, jan./jun. 1998. P. 27-37.

_____. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais Contemporâneas. In: REIS, Nestor Goulart (Org.). **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das artes, 2009. p. 38-54.

_____. Multi (poli)centralidade urbana. In: **Uma geografia em movimento**. SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (orgs). 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 199-228.

TAVEIRA, Marcelo; GONÇALVES, Salete. Lazer e Turismo: Uma análise teórico-conceitual. In.: FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. (org.). **Segunda residência, lazer e Turismo**. Natal, RN: EDUFRN, 2012.p, 19-50.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001. 113 p.

URRY, John. **O olhar do turista**: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobre – SESC, 1999. (Coleção megalópolis)

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Elizângela Justino de Oliveira, *orientanda*

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Pontes da Fonseca, *orientadora*

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS USUÁRIOS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

Entrevistador: _____ Data: ____/____/____ Local: _____

Bloco A - Identificar o perfil da demanda (proprietário) que vem consumindo os imóveis destinados à segunda residência (individual e empresarial).

1. Município onde reside: _____

2. Nacionalidade:

1. () Brasileira 2. () Português 3. () Norueguês 4. () Espanhol
5. () Italiano 6. () Outros _____

3. Sexo: 1. () Masculino 2. () Feminino

4. Idade _____

5. Profissão/ocupação:

1. () profissional liberal 2. () funcionário público 3. () comercial / financeiro
4. () industrial 5. () agricultor 6. () aposentado
7. () Outros: _____

6. Nível de instrução:

- 1.() sem instrução formal
 2.() Fundamental incompleto
 3.() Fundamental completo
 4.() Médio completo
 5.() Superior incompleto
 6.() Superior completo
 7.() Pós-graduação completo

7. Situação conjugal:

1. () solteiro 2. () Casado 3. () Separado/ divorciado
 4. () Viúvo 5. () Outros _____

8. Tem filhos?

1. () sim 2. () Não Quantos? _____

9. Faixa de rendimentos e/ou salarial:

- 1.() Até 1 SM 2. () 2 – 4 SM 3.() 5 – 8 SM 4.() 9 -11 SM
 5.() Acima de 12 SM

10. Possui a propriedade da primeira residência (aquela na qual mora habitualmente)?

1. () sim 2.() não

11. Tipologias dos imóveis:

- 1.() Casas 2.() Condomínios de casas 3.() Apartamentos
 4.() Condotéis 5.() Resorts 6.() Terrenos na cidade/município
 7. () Terrenos beira mar 8.() Outros _____

Bloco B - Identificar o tipo de vínculo que os usuários de residência secundária estabelecem com o lugar.

12. Relação com a propriedade:

- 1.() própria 2.() alugada 3.() cedida 4.() outra: _____

13. Há quanto tempo frequenta este lugar para fins de veraneio/ lazer / descanso?

- 1.() até 3 anos 2.() 3 – 5 anos 3.() 5 – 10 anos
 4.() 10 – 15 anos 5.() 15 – 20 anos 6.() + de 20 anos

14. O que este lugar representa para o Sr(a)?

- 1.() lazer/diversão 2. () tranquilidade 3.() descanso 4.() veraneio
 5. () reunião familiar 6.() trabalho 7.() outros _____

15. O que o faz manter a frequência a este lugar?

- 1.() passeio 2. () descanso 3. () reunião familiar 4.() festa 5. () trabalho
 6.() outros _____

16. O que representa esse lugar em termos afetivos e pessoais?

17. O que o Sr(a). mais gosta daqui?

- 1.() clima 2.() tranquilidade 3.() paisagem 4.() bares
5.() outros_____

18. Como é o seu lazer no local?

- 1.() caminhar 2.() banho de mar 3.() descanso
4.() festa 5.() outros_____

19. Quais os locais que frequenta no local?

- 1.() Praia 2.() Bar/restaurante () 3. Casa de Festa
4.() outros_____

20. Qual é o seu vínculo principal com este lugar?

- () 1. afetivo () 2. financeiro 3.() familiar
4.() outros _____

21. Mantém relações de vizinhança? 0.() não 1.() sim

22. Tem relação com os moradores locais? 0.() não 1.() sim

23. Qual é o tipo de relação:

- 1.() social 2.() profissional 3.() outro. Especificar: _____

24. Tem relação com outros veranistas? 0.() não 1.() sim

25. Qual é o tipo de relação:

- 1.() social 2.() vizinhança 3.() profissional 4.() outro. _____

Bloco C - Analisar as motivações da demanda para adquirir/alugar imóveis de segunda residência.

26. Quais fatores levaram o Sr(a). a adquirir/alugar imóveis nesse município (indicar 2 mais importantes):

- 1.() proximidade com a capital
2.() disponibilidade e preço da terra mais acessível
3.() preço do imóvel acessível
4.() facilidades para aquisição dos imóveis
5.() infraestrutura disponível (comércio, serviços, urbanização)
6.() condições sociais favoráveis (segurança, hospitalidade, etc)
7.() qualidade ambiental
8.() influenciados por amigos e parentes
9.() outros _____

27. Quais das motivações abaixo pesaram mais na aquisição e/ou aluguel desses imóveis?

- 1.() O investimento
2.() O lazer
3.() O investimento como motivação principal e o lazer como motivação adicional na aquisição do imóvel

4. () O lazer como motivação principal e o investimento como motivação adicional na aquisição do imóvel

28. Aluga o imóvel com frequência para outras pessoas?

1. () Raramente 2. () As vezes 3. () Sempre

29. Como se dá a administração desses imóveis?

1. () conta própria 2 () terceirizado 3.()
outros_____

30. Se terceirizada, qual a forma?

1. () administradora 2. () administração informal 3. () serviço de condomínio

4. () Outros_____

Bloco D – Infraestrutura e serviços utilizados pelos usuários de segundas residências localmente.

31. Água: 1.() encanada 2. () poço artesiano 3.() outro. _____

32. Energia elétrica: 1.() sim 2. () não

33. Esgota sanitário:

1. () rede pública 2.() fossa séptica 3.() sumidouro 4.() outro

34. Destinação da coleta de lixo:

1. () coletada pela prefeitura 2.() queimado 3.() outro_____

35. Tipo de serviços utilizados no local:

() 1.supermercado () 2. Padaria () 3. Conveniência () 4. bares / restaurantes

() 5. lazer / entretenimento / clube () 6. outros: _____

36. Frequência na utilização destes serviços:

1. () raramente 2. () as vezes 3.() sempre

37. Nível de satisfação em relação aos serviços ofertados localmente:

1.() elevado 2.() médio 3.() baixo

38. Frequência na utilização destes serviços em Natal:

1.() raramente 2.() as vezes 3. () sempre

39. Quais outras localidades onde o Sr(a). realiza suas compras?

Obrigado pela atenção!

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Elizângela Justino de Oliveira, *orientanda*

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Pontes da Fonseca, *orientadora*

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AO SETOR DE SERVIÇOS

Entrevistador: _____ Data: __/__/__ Local: _____
Nome do estabelecimento: _____ Ponto: _____

Objetivo específico: Caracterizar os tipos de serviços (públicos e privados) implantados nas áreas turísticas do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta para atender as necessidades de turistas e usuário de segunda residência.

Bloco A- Perfil do entrevistado

1. Função do entrevistado no estabelecimento: _____
2. Onde reside o proprietário: _____
3. Profissão/ocupação: _____
4. Idade _____

5. Nível de instrução:

1. () sem instrução formal / primário incompleto	4. () segundo grau completo
2. () primário completo	5. () superior completo

3.() primeiro grau completo

6.() pós-graduação completo

Bloco B-Tipologia e caracterização dos serviços:

6. Ano de abertura do estabelecimento:_____

7. Tipo de serviço:

1.() privado 2.() público

8. Tipologia do estabelecimento:

1.() supermercado

10.() Hotel e pousada

2.() padaria

11.() locadoras de carro

3.() conveniência

12.() Agência bancária

4.() empório

13.() Posto de combustível

5.() loja de confecções

14.() Farmácia

6.() bares

15.() Lan House

7.() restaurantes

16.() Estabelecimento de ensino

8.() bar e restaurante

17.() Posto policial

9.() lazer / entretenimento / clube

18.() Posto de saúde

19. () outros. Especificar: _____

9. Que tipo de serviços são oferecidos no estabelecimento?

10. Natureza do estabelecimento

1.() Matriz 2.() Filial 3.() franquia

11. Se filial, onde se localiza a

matriz?_____

12. O estabelecimento funciona durante todo o ano?

0.() não 1.() sim

13. Se não funciona durante todo o ano, qual o período que permanece funcionando?

1.() finais de semana 2.() feriados prolongados 3.() Período de alta estação (junho/julho; dezembro/fevereiro) 4.() outros_____

14. Quais os municípios dos seus principais fornecedores?_____

15. Quem são os principais usuários e/ou consumidores deste estabelecimento?

1.() a população local

- 2.()o usuário de segunda residência
3.()Turista nacional e estrangeiro
4.()População local e usuário de segunda residência
5.() Usuário de segunda residência e turistas
6.() População local, usuário de segunda residência e turistas
16. O sr(a) considera que a centralidade de Natal interfere no funcionamento de sua empresa?
0.()não 1.()sim
17. Em caso afirmativo, de que maneira ocorre esta interferência?

18. O Sr(a) considera que a centralidade de Natal interfere na expansão do comércio e serviços locais?
0.()não 1.()sim
19. Em caso afirmativo, de que maneira ocorre esta interferência?

20. Quais as dificuldades enfrentadas pela empresa para se manter neste local marcado por uma grande sazonalidade?

21. Quantas pessoas o Sr (a) emprega no estabelecimento regularmente:
0.() Nenhuma 1.()uma 2.()duas 3.() três 4.() quatro
5.()acima de cinco 6.()mão de obra familiar
22. No período de alta estação é realizado contrato temporário?
0.()não 1.()sim
- 23 Quantos empregados são contratados temporariamente nesse período?_____
23. Qual a procedência da mão de obra contratada:
1.()local 2.()Natal 3.()outro município do RN 4.()outro estado brasileiro

5. ()outro país Qual:_____

24. O sr(a) tem dificuldades para contratar mão de obra local?

0.()não 1.()sim

Por que?_____

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Elizângela Justino de Oliveira, *orientanda*

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Pontes da Fonseca, *orientadora*

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS TURISTAS

Entrevistador: _____ Data: __/__/__ Local: _____

1. Qual o município onde reside? _____

2. Qual o município que está hospedado? _____

3. Quais as praias que o sr(a) visitou ou pretende visitar no RN?

()Pipa ()Barreta ()Camurupim ()Tabatinga ()Buzios ()Cotovelo

()Pirangi do Sul ()Pirangi do Norte ()Ponta Negra ()Praia do meio

() Genipabu ()Jacumã ()Muriú ()Outras

4. O Sr(a) utilizou algum tipo de serviços/comércio nos municípios de Nísia Floresta e/ou Parnamirim nesta viagem?

()sim ()não

5. Se utilizou, quais modalidades de serviços:

a)Serviços turísticos

()Hotel e pousada () bares ()restaurantes

lazer / entretenimento / clube.

Especificar: _____

b) Comércio e serviços em geral

supermercado padaria conveniência empório loja de artesanato, moda praia locadoras de carro Posto de combustível Farmácia Lan house

c) Serviços públicos

Posto policial Posto de saúde

outros. Especificar: _____

6. Qual o nível de satisfação em relação aos serviços/comércios ofertados nos municípios de Nísia Floresta e Parnamirim:

Baixo médio elevado

7. Quais os tipos de serviços/comércios que a sr(a) precisou utilizar nesses municípios e não encontrou?

8. Quais tipos de serviços e/ou comércios o sr(a) considera importante serem ofertados nos municípios de Nísia Floresta e Parnamirim para atender o turista de modo mais satisfatório?

APÊNDICE D **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO**

Elizângela Justino de Oliveira, *orientanda*

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Pontes da Fonseca, *orientadora*

ENTREVISTA – COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Entrevistado (a): _____

Bloco A – Identificar de que forma o poder público tem promovido /estimulado a economia local.

- 1 – Quais são os principais segmentos econômicos do município?
- 2 – Há incentivos para atrair a iniciativa privada para o município?

Bloco B – Como gerir um município no âmbito econômico, social e infraestrutura urbana, marcado por uma forte sazonalidade promovida pela dinâmica do veraneio

- 3 – Como o poder público administra a sazonalidade da economia local?
- 4 - Quais as principais medidas tomadas pelo poder público no período de alta estação (Dezembro à fevereiro), Quanto aos serviços básicos tais como fornecimento de água, coleta de lixo, saúde, segurança e lazer, em uma área marcada pela sazonalidade deste período? Essas medidas diferem do período de junho e julho?
- 5 – Com relação ao uso e ocupação do solo, como o município vem gerindo o crescimento e o processo de urbanização no litoral? O município tem plano diretor? E há alguma referência neste documento sobre o planejamento do litoral? Existe

algum tipo de controle do crescimento das casas de veraneio e/ou condomínios fechados no litoral?

6 –É possível quantificar e identificar a população flutuante no período de alta estação?Qual a metodologia utilizada?

7 – Há um inventário da área litorânea, que tenha quantificado e identificado os tipos de comércio e serviços públicos e privados presentes nesta área? Quando foi elaborado o(os) inventário (os)?

Bloco C – Identificar quais são as expectativas da gestão pública com relação ao lazer e turismo.

8 – Qual é a relevância do turismo para o município?

9 – Que medidas têm sido tomadas para promoção do turismo local?

10 – E na perspectiva da gestão pública, como é vista a população local diante da sazonalidade do veraneio, no âmbito econômico e sociocultural?

APÊNDICE E

GEOREFERENCIAMENTO DE COMÉRCIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS, NOME DO ESTABELECIMENTO, CATEGORIZAÇÃO E A LOCALIZAÇÃO DA PRAIA.

APÊNDICE F

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSULTORIA ESTATÍSTICA**

PLANO AMOSTRAL

CONSULENTE: Elizângela Oliveira

CONSULTORAS: Izabelly Tinoco;

Patrícia Viana;

Pollyanne Evangelista.

NATAL/RN

2011

2. OBJETIVOS

Geral: Analisar o processo de urbanização desencadeado pelas atividades de lazer no litoral de Parnamirim e Nísia Floresta.

Específicos:

Caracterizar os tipos de serviços (públicos e privados) implantados nas áreas turísticas do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta para atender as necessidades do conjunto da população local, turistas e usuário de segunda residência.

3. METODOLOGIA

3.1 POPULAÇÃO ALVO

População foram tipos de serviços (públicos e privados) implantados nas áreas turísticas do litoral de Parnamirim e Nísia Floresta do Rio Grande do Norte.

Foi feito uma divisão da população em 8 estratos, sendo cada um composto pelas praias dos municípios previamente selecionados.

População de serviços (públicos e privados)

Estrato 1 Cotovelo(Parnamirim) – 08

Estrato 2 Pirangi do Sul (Parnamirim) – 15

Estrato 3 Pirangi do Norte(Parnamirim) – 104

Estrato 4 Pium (Parnamirim) – 93

Estrato 5 Barreta (Nísia Floresta) – 23

Estrato 6 Búzios (Nísia Floresta) – 38

Estrato 7 Camurupim (Nísia Floresta) – 23

Estrato 8 Tabatinga (Nísia Floresta) – 43

3.2 PLANO AMOSTRAL

O plano amostral utilizado foi **Amostragem Aleatória Estratificada em com Alocação Proporcional**. Este plano amostral caracteriza-se por dividir a população em partes que sejam mais homogêneas do que a população em geral, será retirado uma amostra aleatória simples dos serviços (públicos e privados), alocando o tamanho da amostra de maneira proporcional ao tamanho de cada estrato

3.3 TAMANHO DA AMOSTRA

O tamanho da amostra foi calculado através do seguinte procedimento. Foi atribuído um $\alpha=10\%$ e margem de erro de 0,10. Como a proporção era desconhecida foi atribuído um $p=0,5$ (variância máxima).

Amostra

Estrato 1 Cotovelo (Parnamirim)– 02

Estrato 2 Pirangi do Sul (Parnamirim) – 04

Estrato 3 Pirango do Norte(Parnamirim) – 29

Estrato 4 Pium (Parnamirim) – 26

Estrato 5 Barreta (Nísia Floresta) – 07

Estrato 6 Búzios (Nísia Floresta) – 11

Estrato 7 Camurupim (Nísia Floresta) – 07

Estrato 8 Tabatinga (Nísia Floresta) – 12

Fórmula do tamanho da amostra com alocação proporcional:

$$n = \frac{\sum_{h=1}^H \frac{N_h^2 \cdot \hat{p}_h \cdot \hat{q}_h}{w_h}}{\frac{N^2 \cdot E^2}{Z_{\alpha/2}^2} + \sum_{h=1}^H N_h \cdot \hat{p}_h \cdot \hat{q}_h} \quad w_h = \frac{N_h}{\sum_{k=1}^H N_k} = \frac{N_h}{N}$$

Fórmula da alocação proporcional:

$$nh = \frac{NH}{N} n$$

3.4 AMOSTRA

A amostra foi de 98 serviços (públicos e privados), alocado em 8 (oito) estratos.

Utilizamos o software estatístico R, para o cálculo do tamanho da amostra e a seleção da amostra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano amostral utilizado foi amostragem aleatória estratificada com alocação proporcional, pois, os estratos têm tamanhos diferentes, dessa forma é de interesse do pesquisador que a amostra represente o tamanho proporcional a cada estrato.

ANEXOS

Parnamirim	Praia	Estabelecimento
	Pirangi do Sul	L e R material de Construção
	Pirangi do Sul	Bangalú pastéis
	Pirangi do Sul	Bar do Zé Magro
	Pirangi do Sul	Unidade Básica de Saúde Ana Miguel da Silva
	Pirangi do Norte	Unidade Mista de saúde Deputado Márcio Marinho
	Pirangi do Norte	Escola Municipal Deputado Erivan França
	Pirangi do Norte	Pousada esquina do sol
	Pirangi do Norte	Narciso revendedor Liquigás
	Pirangi do Norte	Personal piscinas
	Pirangi do Norte	Restaurante pôr do sol
	Pirangi do Norte	Sorveteria doce mel
	Pirangi do Norte	Salão de beleza estrela do mar
	Pirangi do Norte	Bar do sabiá
	Pirangi do Norte	Passione Pizzaria
	Pirangi do Norte	Arena circo da folia
	Pirangi do Norte	Posto de correios de Pirangi do Norte
	Pirangi do Norte	Mercadinho Carla
	Pirangi do Norte	Lanchonete e Bar açaí beach
	Pirangi do Norte	Pig's Sanduicheria

	Pirangi do Norte	Hotel e pousada Praia Bela
	Pirangi do Norte	Delegacia de polícia civil, secretaria de tributação e a secretaria de Limpeza urbana e controle da dengue
	Pirangi do Norte	Mercadinho rota do sol
	Pirangi do Norte	Sorveteria e pastelaria Caicó
	Pirangi do Norte	Pão Quente Mercadinho e padaria
	Pirangi do Norte	Mercadinho 3 irmãos
	Pirangi do Norte	Hotel Village sol
	Pirangi do Norte	Sorveteria oba
	Pirangi do Norte	Art da terra Pirangi-Artesanato
	Pirangi do Norte	Hot dog e hot frango
	Pirangi do Norte	Colônia dos pescadores
	Pirangi do Norte	No metro Pizzaria
	Pirangi do Norte	Paulista Pizzaria e restaurante
	Pirangi do Norte	Borracharia
	Cotovelo	Pousada praia de cotovelo
	Cotovelo	Falésias restaurante
	Pium	Depósito Sabugi-material de construção e casa das rações
	Pium	Lojinha das promoções
	Pium	Centro Infantil Santa Luzia
	Pium	Laboratório HEMCLIM- análises clínicas
	Pium	Loja santa Luzia-confecções
	Pium	Jarrolândia

	Pium	Pré moldado do gordo
	Pium	Carne e companhia Pium
	Pium	Opção (Xerox e impressão gráfica)
	Pium	Bar
	Pium	Brasil Gás- distribuidora de gás
	Pium	New fitness academia
	Pium	FR moto turismo-aluguel de motos
	Pium	Loja de confecções
	Pium	Sorveteria e pastelaria
	Pium	Bar volta do Mar
	Pium	Pousada conquistador
	Pium	Nitto's bar-aluguel de mesas e cadeiras
	Pium	Flora Pium- plantas, adubos, e jarros.
	Pium	JUMANJI caldos, petiscos e lanches (agrupar como bar ou lanchonete)
	Pium	Dentista em geral
	Pium	Escola Municipal Raimunda Maria da Conceição _ ensino fundamental
	Pium	Mercadinho rota do mar
	Pium	Salão de Beleza
	Pium	Nego móveis rústicos
	Pium	Distribuidora de Pedras
Nísia Floresta	Barreta	Bar e restaurante do Tatá
	Barreta	Liquigás-Bezerra e Companhia

	Barreta	Lanchonete e sorveteria
	Barreta	Lanches Tôa Tôa
	Barreta	Comercial Mar e Sol: material de construção e mercadinho
	Barreta	Bar Boró
	Barreta	Mercadinho estrela do mar
	Camurupim	Restaurante Camurutaba
	Camurupim	Mercadinho Gustavo
	Camurupim	Bar e restaurante gosto da terra.
	Camurupim	Bar e restaurante do Canário
	Camurupim	Bar do Wlisses
	Camurupim	Corais de Pedra-restaurante e bar
	Camurupim	Serv Club Praia
	Tabatinga	Lanchonete e Bar
	Tabatinga	Farmácia Unifarma
	Tabatinga	Bar e restaurante do Galego
	Tabatinga	Conveniência Disk água meu rei
	Tabatinga	Bar e restaurante recanto da galinha
	Tabatinga	Bar e restaurante do Nazareno
	Tabatinga	Restaurante Cozinha Capixaba
	Tabatinga	Rações e etc
	Tabatinga	Kaká Conveniência
	Tabatinga	Borracharia Santo Antônio
	Tabatinga	Casa da Tapioca

	Tabatinga	Flávia Caleireira e variedades
	Búzios	Mercadinho Girassol
	Búzios	O rei da geladeira- serviço técnico, pintura, freezer, geladeira, ar-condicionado
	Búzios	Costa do Sol restaurante-bar
	Búzios	Pousada sol e mar – Bar, restaurante e pizzeria
	Búzios	Unidade Básica de Saúde de Búzios
	Búzios	Escolta segurança
	Búzios	Mossoró bar e restaurante
	Búzios	Self-servise do Wilson
	Búzios	Renata Cabelos e unhas
	Búzios	Moacir restaurante (cardápio regional e internacional)
	Búzios	Escola Municipal Alberto de Carvalho Araújo

REFERÊNCIAS

Freire, Flávio Henrique Miranda. Notas de aula.

Silva, Damião Nóbrega. Notas de aula.

ANEXO 1

FOTOGRAFIAS DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS, ENTREVISTAS E OUTROS